

Perspectivas para a agropecuária

Volume 5 – Safra 2017/2018
Produtos de Verão

BRASÍLIA, 2017



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Blairo Maggi

Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

Diretor de Operações e Abastecimento

Jorge Luiz Andrade da Silva

Diretor de Gestão de Pessoas

Marcus Luis Hartmann

Diretor Administrativo, Financeiro e Fiscalização

Danilo Borges dos Santos

Diretor de Política Agrícola e Informações

Cleide Edvirges Santos Laia

Superintendente de Gestão de Oferta

Wellington Silva Teixeira

Gerência de Fibras e Alimentos Básicos

Sérgio Roberto Gomes dos Santos Junior

Gerência de Produtos Agropecuários

Thomé Luiz Freire Guth

Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade

Ianelli Sobral Loureiro

Gerência de Inteligência, Análise Econômica e Projetos Especiais

Fernando Gomes da Motta

Diretoria de Política Agrícola e Informações
Superintendência de Gestão da Oferta

Perspectivas para a agropecuária

Volume 5 – Safra 2017/2018

ISSN 2318-3241

PERSPEC. AGROPEC., BRASÍLIA, V.5, P. 1-111, AGO. 2017



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Copyright © 2017 – Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: < <http://www.conab.gov.br>>
Impresso no Brasil
ISSN: 2318-3241

Responsáveis Técnicos: Wellington Silva Teixeira e Stelito Assis dos Reis Neto
Colaboradores: Fernando Gomes da Motta, João Figueiredo Ruas, Leonardo Amazonas, Maria Helena Fagundes, Sérgio Roberto Gomes dos Santos Junior, Thomé Luiz Freire Guth, Wander Fernandes de Sousa.
Editoração: Superintendência de Marketing e Comunicação – Sumac / Gerência de Eventos e Promoção Institucional - Gepin
Diagramação: Marília Yamashita
Fotografias: Acervo Conab
Normalização: Thelma Das Graças Fernandes Sousa CRB-1/1843, Narda Paula Mendes – CRB-1/562.

Catálogo na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

338.5
C737r

Companhia Nacional de Abastecimento.
Perspectivas para a agropecuária / Companhia Nacional de Abastecimento – v.1
– Brasília : Conab, 2013-
v.

Disponível em: <http://www.conab.gov.br>

ISSN: 2318-3241

Anual

1. Produção agrícola. 2. Custo de produção. 3. Comércio interno. 3. Comércio externo. I. Título.

Distribuição:
Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência de Gestão de Oferta
SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF
(61) 3312-6240
<http://www.conab.gov.br> / sugof@conab.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação	07
Algodão	
1. Introdução	09
2. Panorama internacional	10
3. Panorama nacional	11
4. Perspectiva para a próxima safra	14
5. Considerações finais	16
Arroz em casca natural	
1. Introdução	17
2. Panorama internacional	19
3. Panorama nacional	23
4. Perspectiva para a próxima safra	28
5. Considerações finais	31
Carnes	
1. Introdução	32
2. Mercado internacional	33
3. Mercado interno	37
4. Mercado externo	40
5. Perspectivas para 2018	43
Feijão	
1. Introdução	45
2. Panorama internacional	46
2. Panorama nacional	47
3. Perspectivas para 2017/2018	53
4. Considerações finais	55
Lácteos	
1. Introdução	59
2. Mercado internacional	59
3. Mercado nacional	68
4. Considerações finais.....	78
Milho	
1. Introdução	80
2. Panorama internacional	81
3. Panorama nacional	86
4. Análise prospectiva para a safra nacional 2017/18	88
5. Considerações finais	94
Soja	
1. Introdução	95
2. Mercado internacional	96
3. Mercado nacional	103
4. Análise prospectiva para a safra nacional 2017/18	108

APRESENTAÇÃO



O trabalho de perspectivas realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desde o ano 2006 se apresenta como uma valiosa e consolidada ferramenta de análise disponibilizada aos diversos agentes da cadeia produtiva agropecuária. As distintas variáveis econômicas de influência nos preços do produto final, do custo de produção e da demanda são avaliadas por técnicos especializados e publicadas nesta coletânea de análises.

Assim, é imperioso que este compêndio de estudos observe o atual quadro da economia brasileira e sua influência mútua no comportamento do setor agrícola. Do mesmo modo, é sabido e amplamente divulgado que a taxa de crescimento do PIB agropecuário manteve-se em crescimento superior ao PIB brasileiro desde 2013. Entretanto, esse cenário reverteu em 2016, quando o PIB agropecuário recuou 6,6% e o PIB total caiu apenas 3,8%. Ou seja, dentre as variáveis do PIB, sob a ótica da renda, a atividade agropecuária foi a que apresentou o pior desempenho em 2016, com uma forte retração relativa em comparação ao ano imediatamente anterior. Cabe lembrar que naquele ano a forte desvalorização cambial refletiu diretamente sobre os preços dos insumos importados e, portanto, elevou sobremaneira os custos da safra 2016/17, além de dificultar a expansão dos investimentos nas lavouras.

Importante lembrar que a crise econômica se arrasta desde 2014, e a recessão parece não ser apenas um ajuste cíclico, e sim uma resposta à forte degradação das variáveis fiscais do governo e da baixa competitividade industrial. De acordo com o Boletim Focus de 21 de julho, o mercado espera uma recuperação tímida de 0,34% do PIB em 2017 e de 2% em 2018 (foi utilizada a mediana para essa análise). Essas expectativas, em parte, se dão pelo desempenho do setor agrícola em 2017 que, apesar de perder participação relativa no PIB, comparada com outros setores, se recupera em ritmo satisfatório.

Apresentada essa avaliação macroeconômica, é mandatório destacar que a Conab

também mantém sua intenção de acompanhar variáveis específicas do setor agropecuário, como a cadeia de insumos e a composição da oferta do crédito rural, assunto de grande especificidade e valioso para qualquer produtor rural.

A Conab identificou que as entregas de insumos como fertilizantes e defensivos estão em ritmo desacelerado em comparação a anos anteriores no mesmo período do ano (início do segundo semestre), fato que indica queda no ímpeto de ampliar a produção ou confiança reduzida do agricultor. Por outro lado, esse fato pode ser reflexo de uma expectativa de melhoria de preços para, somente então, realizar novos negócios e compra de insumos. Esse tipo de questionamento e ponderações será apresentado neste estudo por produto.

Também chama atenção a nova composição do crédito rural que se apresenta ao produtor. Os bancos públicos e agências de fomento, apesar de oferecerem maior volume de recursos financeiros, seguem reduzindo sua participação no segmento de crédito ao agricultor enquanto bancos privados e cooperativas de crédito ampliam sua oferta relativa de crédito. De acordo com o Banco Central do Brasil (Bacen), o valor contratado acumulado de 12 meses até junho reduziu 17,4% para os bancos públicos, aumentou 16,7% para os bancos privados e cresceu 21,3% para as cooperativas de crédito. Ou seja, houve uma evidente realocação do setor.

Apresentado esse cenário, na qual se insere os diversos agentes da cadeia produtiva agropecuária, este trabalho de perspectivas tenta reduzir as incertezas do produtor rural para os preços futuros e o panorama econômico para a safra 2017/18 ao apresentar uma compilação de estudos que busca apresentar uma conjectura das variáveis do agronegócio brasileiro e mundial, além de avaliar criteriosamente os possíveis cenários de comercialização da safra 2017/18.

Fernando Gomes da Motta

Gerente de Inteligência, Análise Econômica e Projetos Especiais - Geiap



ALGODÃO

BRUNO PEREIRA NOGUEIRA



1. Introdução

A fibra de algodão é a principal matéria-prima da indústria têxtil brasileira e mundial, mesmo diante da crescente concorrência com as fibras sintéticas. Seu subproduto, o caroço, representa importante fonte energética, podendo ser utilizado de forma in natura para alimentação animal ou esmagado, permitindo a elaboração de subprodutos importantes, tais como a torta para ração animal e o óleo, utilizado pela indústria de gênero alimentício, de combustíveis, entre outros.

O algodão é um produto de extrema importância socioeconômica para o país. Além de ser a mais significativa fonte natural de fibras, toda a cadeia que envolve o produto e seus derivados é uma importante fonte de renda e empregos. Assumindo uma posição de destaque entre os principais produtores de algodão, o Brasil possui grande vantagem competitiva e estratégica, devido à sua posição geográfica. Segundo o ranking ordenado pelo ICAC, o país assume a 5ª posição entre os maiores produtores, atrás da Índia, da China, dos EUA e do Paquistão. Já entre os maiores consumidores de pluma, ele ocupa a 8ª posição.

Este presente trabalho tem como escopo analisar os números do mercado nacional e internacional de algodão, com o intuito de antever a sua situação no que tange ao ano-safra 2017/18. Será feita uma análise dos mercados nacional e internacional, separadamente, para depois finalizar com a análise de perspectiva baseada em projeções das questões macroeconômicas que afetam o mercado desta fibra.

2. Panorama internacional

2.1. Oferta e demanda mundial

De acordo com o boletim de 18 de julho do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC) para a safra 2016/17, em toneladas, a produção deverá ser de 22,94 milhões, o consumo de 24,24 milhões e o estoque de passagem de 17,54 milhões. Já para a safra 2017/18, a previsão é que a produção venha a aumentar 7,19%, com um volume produzido previsto de 24,59 milhões de toneladas. O comitê prevê, ainda, um crescimento de 2,06% no consumo, atingindo 24,74 milhões de toneladas. Com isso, espera-se que o movimento nessas variáveis reduza em 0,85% os estoques mundiais e atinja o montante de 17,39 milhões de toneladas.

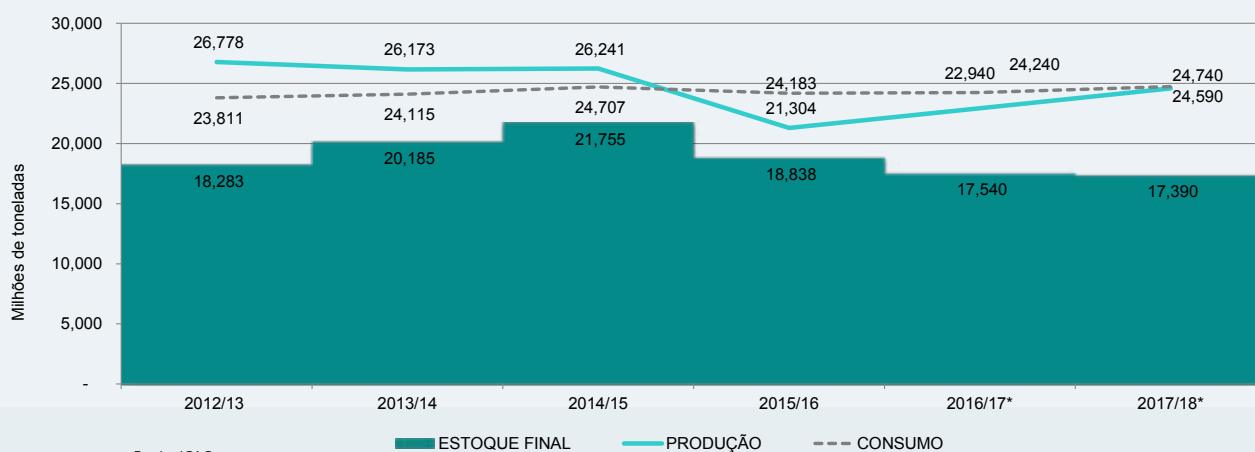
Tabela 1.
Suprimento mundial de algodão em pluma em milhões de toneladas

	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17*	2017/18*
EST. INICIAL	15,240	18,283	20,185	21,755	18,840	17,540
PRODUÇÃO	26,778	26,173	26,241	21,304	22,940	24,590
IMPORTAÇÃO	10,203	8,936	7,782	7,547	7,950	7,780
OFERTA TOTAL	52,221	53,392	54,208	50,606	49,730	49,910
CONSUMO	23,811	24,115	24,707	24,183	24,240	24,740
EXPORTAÇÃO	10,051	9,028	7,699	7,552	7,950	7,780
PERDAS	0,076	0,064	0,047	0,033	-	-
ESTOQUE FINAL	18,283	20,185	21,755	18,838	17,540	17,390

Fonte: ICAC
Nota: julho/2017

Como pode ser visto na Tabela 1 e no Gráfico 1, os dados indicam o terceiro ano-safra consecutivo com um consumo acima da produção mundial. O consumo mundial de pluma superou a produção em 2015 pela primeira vez, desde 2009, movimento que se mostrou inevitável, posto que a continuidade desse cenário de produção superior ao consumo causaria fortes impactos negativos sobre os preços, uma vez que os estoques mundiais alcançaram montantes muito elevados.

Gráfico 1.
Disponibilidade de pluma no mercado mundial

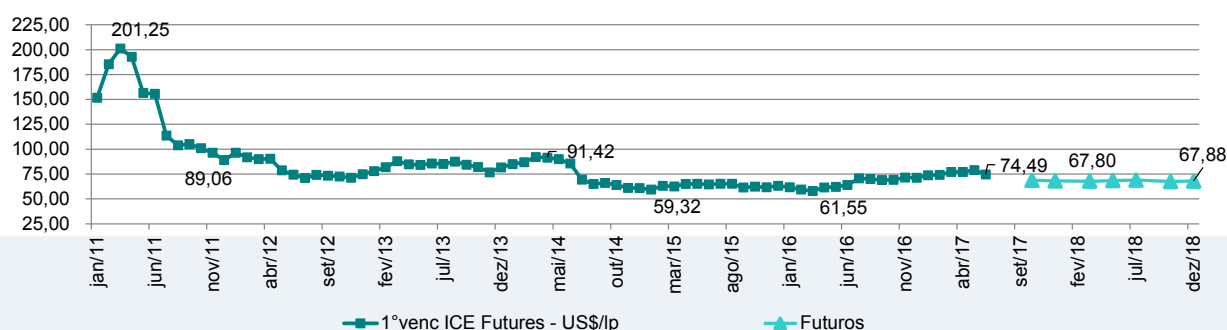


Fonte: ICAC
Nota: julho/2017

2.2. Preços internacionais

Como na maioria das commodities, o quadro de oferta e demanda mundial é fundamental para análise da trajetória dos preços, sendo a disponibilidade do produto fator primordial para tal diagnóstico. O mercado de algodão vinha apresentando um viés de queda desde meados do primeiro semestre de 2011, quando os estoques apresentaram uma intensa trajetória de alta, principalmente devido à política chinesa de formação de estoques estratégicos. Deste modo, este panorama de alta disponibilidade da pluma contribuiu para um intenso movimento baixista, que pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2.
Cotações algodão ICE Futures em US\$/lp e futuros



Fonte: ICE Futures
Nota: julho/2017

Já no período 2016/17, com a retomada, mesmo que lenta, do volume consumido pela China e com um consumo mundial acima do produzido, em grande parte devido ao incremento na demanda de vários países, a trajetória dos preços sofreu uma inflexão. Por exemplo, Bangladesh, no período entre 2012/13 e 2016/17, incrementou as suas importações em 34%, passando de um volume importado de 1,04 milhões de toneladas para 1,4 milhões toneladas de pluma. Ademais, o país ultrapassou a China no período 2015/16 e desde então figura como o maior importador mundial de algodão.

O Vietnã também segue esse caminho de aumento das importações. Do ano-safra 2012/13 até o projetado para 2016/17, o país passou de 517 mil toneladas para 1,24 milhões de toneladas de plumas importadas. Também no período 2015/16, o Vietnã ultrapassou a China e ocupa o posto de segundo maior importador de algodão mundial. Assim, a despeito da demanda chinesa por pluma arrefecer, novos mercados surgiram e sustentaram o consumo mundial, fazendo a média do mês de maio do contrato 1º vencimento na ICE Futures chegar a US\$ 78,93 cents/lp.

3. Panorama nacional

3.1. Oferta e demanda nacional

De acordo com o 10º Levantamento de Safra da Conab, do dia 11 de julho de 2017, o Brasil reduziu em 1,7% a área destinada ao plantio de algodão na safra 2016/17 em comparação à safra 2015/16. Com um total de 939,4 mil hectares cultivados, o país deverá produzir 1.484,7 mil toneladas de pluma nesta safra em curso. Apesar da queda na área destinada à cultura, esta produção representa um volume 15,2% superior às 1.288,2 mil toneladas produzidas na

safras anteriores. Com a melhora nas condições climáticas, a produtividade esperada para a safra 2016/17 é de 1,580kg/ha, valor 17,1% maior que da safra anterior. Para detalhes e série histórica, ver Tabela 2.

Tabela 2.
Oferta e demanda nacional em mil toneladas

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Oferta	2.418,5	1.798,2	2.070,5	2.003,3	1.665,2	1.740,9
Estoque Inicial	521,7	470,5	305,1	438,4	349,0	201,2
Produção	1.893,3	1.310,3	1.734,0	1.562,8	1.289,2	1.484,70
- Centro/Sul	1.343,2	905,1	1.192,0	1.061,6	996,9	1.111,3
- Norte/Nordeste	550,1	405,2	542,0	501,2	292,3	373,4
Importações	3,5	17,4	31,5	2,1	27,0	55,0
Demanda	1.948,0	1.493,1	1.632,1	1.654,3	1.464,0	1.330,0
Consumo Interno	895,2	920,2	883,5	820,0	660,0	700,0
Exportações	1.052,8	572,9	748,6	834,3	804,0	630,0
Estoque Final	470,5	305,1	438,4	349,0	201,2	410,9
Meses de Uso	2,9	2,5	3,2	2,5	1,6	3,7

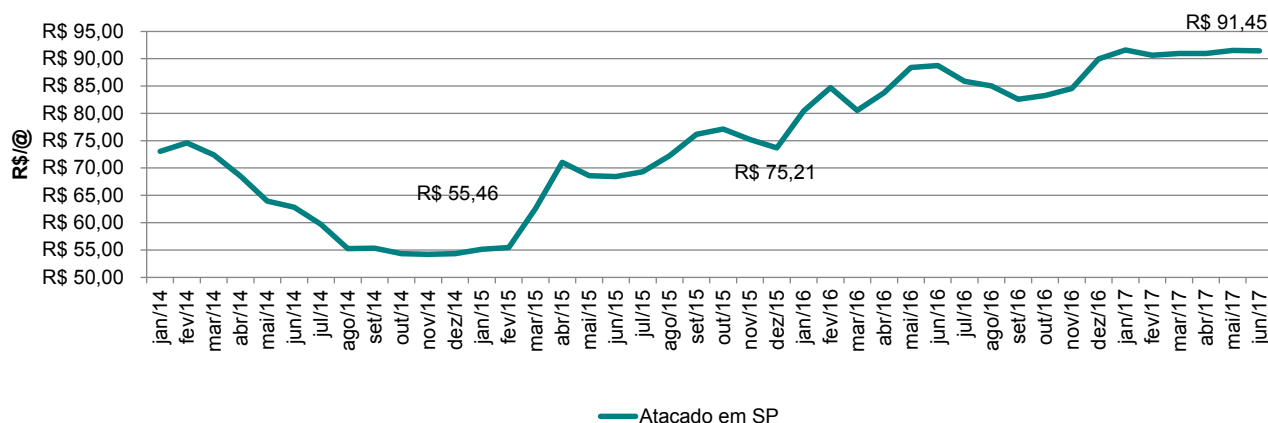
Fonte: Conab / Secex
Nota: estimativa julho/2016

3.2. Preços nacionais

A média dos preços pagos ao produtor se manteve em recuperação ao longo de 2015. Este fato foi justificado pela forte valorização do dólar, que aumentou o poder de barganha dos vendedores. Ao mesmo tempo, essa desvalorização do câmbio, acumulada ao longo de 2014 e 2015, impulsionou os custos de produção, o que exigiu uma remuneração maior da pluma para compensar os gastos realizados com agrotóxicos e fertilizantes, que são insumos importados e precificados em dólar. Cabe ainda destacar que a menor produção da safra 2014/15 e aumento das exportações em 2015 foram fatores determinantes na elevação das cotações internas, uma vez que a disponibilidade de produto reduziu no mercado doméstico.

No decorrer de 2016 e início de 2017, os preços continuaram a subir. Além da desvalorização no câmbio já citado, o clima extremamente desfavorável nas principais regiões produtoras do Brasil (Mato Grosso e Bahia) reduziu a oferta de algodão no mercado. A queda de produção da safra 2015/16 foi de 17,5%, comparando-se com a safra imediatamente anterior. As altas nos preços só não foram maiores devido ao desaquecimento da economia brasileira, que recuou 3,6% em 2016. No Gráfico 3 pode-se visualizar essa trajetória ascendente dos preços.

Gráfico 3.
Preços nacionais – Cepea, 8 dias em R\$/15kg



4. Perspectivas para a próxima safra

4.1. Análise do suprimento

São diversas as variáveis para que se possa construir e prever um cenário para o mercado de algodão global e, principalmente, o nacional na próxima safra. E, para se chegar neste objetivo, é imprescindível observar as expectativas quanto ao comércio internacional. O Brasil possui uma importante posição dentre os exportadores de pluma, por volta da metade de sua produção tem o mercado externo como destino final. Deste modo, faz-se necessário avaliar a demanda dos principais países importadores de pluma.

Segundo previsões do ICAC, o consumo mundial deverá sofrer um incremento de cerca de 2% no período 2017/18 em relação ao período anterior, totalizando por volta de 24,74 milhões de toneladas de pluma. Já a oferta do produto também deverá sofrer um incremento, mas que não será suficiente para superar o consumo. Segundo o instituto, esse déficit entre demanda e oferta deverá ser de 150 mil toneladas. Neste cenário, apesar das notícias sobre as boas condições atuais das lavouras de algodão no Hemisfério Norte, que influenciarão na tomada de decisão do produtor brasileiro em 2018, o consumo mundial superior à produção e a retomada da economia brasileira deverão agir como sustentação para os preços internos.

Como já foi dito anteriormente, a expectativa quanto à colheita vigente do algodão safra 2016/17 no Brasil é de aumento de cerca de 15%, por volta de 1.484 mil toneladas, de acordo com o 10º Levantamento de Safras da Conab. Em se mantendo a normalidade climática e os preços remuneradores, a expectativa da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) é de que haja outro crescimento de dois dígitos na quantidade a ser produzida na safra 2017/18. Atualmente, o algodão que está sendo colhido é vendido em média a R\$ 78,00 por arroba, e os contratos para 2017/18 estão sendo negociado por valor semelhante.

Diante deste cenário de expectativas, deve-se ater-se ao desempenho da economia brasileira como um todo e os seus impactos sobre o mercado têxtil. O PIB do Brasil encolheu 3,77% e 3,60% em 2015 e 2016, respectivamente, fato que afetou negativamente o consumo de produtos de algodão e seus derivados.

Para 2017 e 2018, o cenário é de uma recuperação progressiva, com o mercado projetando um crescimento para o PIB brasileiro de 0,34% e 2,00%, respectivamente. Do mesmo modo, a projeção é de expansão do faturamento do setor têxtil e de confecções. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o faturamento do setor, depois de cair R\$ 131 bilhões em 2015, voltou a crescer para R\$ 129 bilhões em 2016. O setor espera que em 2017 esse valor chegue a R\$ 135 bilhões, aumento de 4,65% e, para 2018, é previsto um aumento ainda maior nessas cifras.

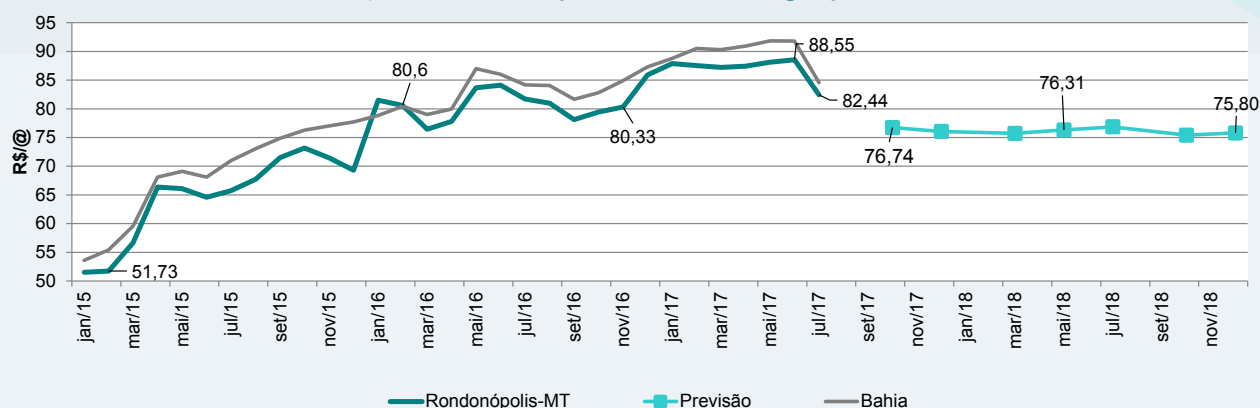
4.2. Estimativa de preço futuros

Diante de todo este cenário, em que pese a retomada do crescimento da produção de algodão em 2017 com o retorno da normalidade climática, a volta do crescimento econômico brasileiro e o consumo internacional um pouco acima da oferta deverão contribuir para uma certa estabilidade no mercado até a tomada de decisão do produtor para a safra 2017/18. No Gráfico 4, pode-se visualizar a série de preços coletada pela Conab até a terceira semana de julho de 2017, mês em que começa a entrada da safra nacional no mercado. Por esse motivo, já começa a se notar uma redução dos preços internos.

Os preços nacionais possuem um altíssimo índice de correlação positiva com os contratos futuros negociados na Bolsa de Nova Iorque. Deste modo, por meio do cenário macroeconômico esperado pelo mercado para o próximo ano, das previsões mundiais de produção e de consumo mundial, além da expectativa da manutenção de uma normalidade climática nas regiões produtoras brasileiras, foi feita uma decomposição dos preços futuros na Bolsa de Nova Iorque até o produtor no interior de Mato Grosso e, assim, procura-se projetar como poderão estar os preços internos no período da safra brasileira 2017/18. Foi utilizada como parâmetro a taxa de câmbio de fim do período de R\$ 3,51/US\$, média top 5 que consta no boletim Focus de 21 de julho de 2017.

Grande parte da produção nacional é vendida antecipadamente e, como foi relatado anteriormente, os preços informados pela Abrapa dos contratos para a safra 2017/18 estão bem próximos da previsão que pode ser vista no Gráfico 4.

Gráfico 4.
Preços nacionais ao produtor em R\$/15kg, e previsão



Fonte: Conab

4.3. Análise de rentabilidade

As Tabelas 3 e 4 mostram uma avaliação da rentabilidade estimada para a safra 2017/18 de algodão, utilizando como base para a receita o preço projetado neste trabalho para julho de 2018. A produtividade utilizada foi 100@/ha, que é um valor possível dentro de um cenário climático nos padrões de normalidade.

Com uma taxa de câmbio média menor que a de 2016, os custos em 2017 foram inferiores, já que grande parte dos custos para o produtor de algodão são com insumos importados. Para calcular a rentabilidade dos anos de 2017 e 2018, foi utilizado o custo calculado pela Conab de maio de 2017.

Depois de uma safra de 2015/16 com baixa produtividade, principalmente na Bahia, e, consequentemente, queda na produção brasileira, os preços internos da pluma chegaram a patamares elevados. Na Bahia, o preço da arroba da pluma paga ao produtor passou dos R\$ 90,00 por diversas vezes em 2017, já no Mato Grosso os preços também chegaram perto deste patamar.

Com o início da entrada da safra 2017/18, que indica boa produtividade, os preços começaram a ceder, atingindo patamares pouco abaixo dos R\$ 80,00/@ na Bahia e Mato Grosso. Diante de uma boa produção, e do cenário nacional e internacional apresentado neste trabalho, o quadro abaixo corrobora uma certa estabilidade nos preços internos para a safra 2017/18 nos patamares indicados no Gráfico 3.

Caso os cenários apresentados se confirmem, a previsão *ceteris paribus* de rentabilidade para as praças de Rondonópolis-MT e Barreiras-BA, usadas como modelo, podem ser visualizadas nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3.
Rentabilidade Barreiras-BA

ITENS	UNID.	2015/16	2016/17	2017/18*
1 - Produtividade/ha	@	70	106	100
2 - Preço Barreiras - BA	R\$ / @	84,16	84,54	76,85
3 - Receita - produção (1*2)	R\$ / HA	5.902,42	8.927,42	7.685,00
4 - Receita - caroço	R\$ / HA	772,01	1.162,41	1.100,77
5 - Receita Bruta (3+4)	R\$ / HA	6.674,43	10.089,83	8.785,77
6 - Custo Variável Médio	R\$ / HA	5.234,32	4.907,43	4.907,43
7 - Margem Bruta (5-6)	R\$ / HA	1.440,11	5.182,40	3.878,34
8 - Rentabilidade (5/6)	%	27,5%	105,6%	79,0%

Fonte: Conab

Notas: Preços: Julho 2016, Julho 2017 e *Previsão para Julho 2018 (Barreiras-BA)
Custo Produção: 2016/Maio 2016 ; 2017/Maio 2017 ; e *2018/Maio 2017

Tabela 4.
Rentabilidade Rondonópolis - MT

ITENS	UNID.	2015/16	2016/17	2017/18*
1 - Produtividade/ha	@	98	105	100
2 - Preços Rondonópolis - MT	R\$ / @	81,72	82,44	76,85
3 - Receita - produção (1*2)	R\$ / HA	7.986,77	8.694,67	7.685,00
4 - Receita - caroço	R\$ / HA	1.075,82	1.160,94	1.100,77
5 - Receita Bruta (3+4)	R\$ / HA	9.062,59	9.855,61	8.785,77
6 - Custo Variável Médio	R\$ / HA	6.268,85	5.254,40	5.254,40
7 - Margem Bruta (5-6)	R\$ / HA	2.793,74	4.601,21	3.531,37
8 - Rentabilidade (5/6)	%	44,6%	87,6%	67,2%

Fonte: Conab

Notas: Preços: Julho 2016, Julho 2017 e *Previsão para Julho 2018 (Rondonópolis - MT)
Custo Produção: Maio 2016, Maio 2017

5. Considerações finais

Após uma avaliação da oferta e da demanda mundial, aliada às especificidades do mercado brasileiro, as projeções para a safra 2017/18, apesar de apontarem para uma queda nos preços, são de um cenário que estimula o aumento da área a ser plantada e, consequentemente, da produção.

Atualmente, com o avanço da colheita, o aumento da disponibilidade da pluma no mercado deve seguir pressionando os preços para baixo. O suporte para este recuo no mercado interno é a paridade de exportação, que é o ponto em que os vendedores têm nas vendas internacionais uma alternativa viável de comercialização. No decorrer da safra atual, a tendência é que o mercado brasileiro de algodão se aproxime dessa paridade, devido ao aumento de quase 20% na produção em comparação com a safra anterior. Além do bom desempenho da safra vigente, o desempenho ainda fraco da economia nacional também contribuirá para esse movimento.



ARROZ EM CASCA NATURAL

SÉRGIO ROBERTO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR



1. Introdução

A cadeia orizícola desempenha importante papel na ótica cultural, social e econômica brasileira. O arroz é tradicionalmente um dos produtos alimentícios mais consumidos no país, sendo o seu consumo anual estimado em torno de 11,5 milhões de toneladas. Ademais, a cadeia produtiva do arroz apresenta destaque na criação de trabalho e renda para a economia interna, com um parque industrial nacional de beneficiamento altamente desenvolvido. Apesar desses pontos fortes do setor, a estrutura de financiamento, as questões tributárias e os problemas logísticos têm dificultado o pleno desenvolvimento da cadeia.

Hoje, o cenário do mercado de arroz interno e externo encontram-se em situações opostas. No mercado mundial, apesar do restabelecimento da produção mundial após um ano de El Niño, a expansão está aquém do inicialmente estimado. Somado a isso, o aumento da demanda reflete em viés de alta nos preços. No Brasil, a recuperação da produção, em conjunto com a concentração da oferta, problemas na estrutura de financiamento e a volatilidade cambial, acarreta desvalorização nos preços locais na comparação com a safra anterior. Ressalta-se, todavia, que, em meio a entrada da entressafra e a recente desvalorização da moeda nacional, espera-se um aquecimento das cotações nas principais praças produtoras.

A produção de arroz compete intensamente com a da soja, principalmente no Centro-Oeste brasileiro. Nas últimas safras, a consistente demanda internacional e os preços atrativos da soja atuaram como variáveis inibidoras na expansão da orizicultura. Diferentemente do mercado de soja, o arroz possui mais de 90% de sua demanda concentrada dentro do próprio país, sendo o mercado internacional de menor relevância na formação dos preços internos, se comparado com a soja e o milho, importantes commodities comercializadas pelo Brasil. Porém,

apesar de ter menor importância, o fluxo comercial internacional tem sido, nos últimos anos fundamental no equilíbrio da oferta e demanda brasileira de arroz. Como exemplo, pode-se citar a safra 2015/16, que registrou uma forte redução produtiva no estado do Rio Grande do Sul em razão de problemas climáticos. A safra em questão contabilizou um montante de 1,4 milhões de toneladas de arroz (base casca) abaixo da média do setor. Em face a este cenário e ao Real valorizado ao longo de 2016, as importações apresentaram um crescimento anual de 135,91%, contabilizando 1,2 milhões de toneladas de arroz (base casca), produto principalmente advindo dos parceiros do Mercosul. Na contramão, as exportações retraíram 34,39% e registraram um volume de 893,7 mil toneladas.

Nas últimas safras, todavia, houve um esforço maior por parte da cadeia produtiva na promoção do arroz brasileiro no âmbito internacional, fato que garantiu para o produtor mais um canal de comercialização do produto colhido. Somado a isso, o produtor gaúcho diversificou a produção e, conseqüentemente, a geração de renda ao destinar antigas áreas de arroz para o plantio da soja. Ou seja, no Sul, diferentemente de outras regiões do Brasil, a introdução da soja nas áreas altas destinadas ao arroz foi fator benéfico ao fortalecimento do setor.

O desenvolvimento tecnológico adaptativo das sementes de soja para a Região Sul foi fundamental nesse processo. Em resumo, o produtor gaúcho, com a diversificação na formação de seu fluxo de caixa, garantiu um maior poder de negociação com o mercado atacadista e varejista, o que representou ganho de margem pelos produtores e menor volatilidade dos preços.

Na atual safra, a redução do preço da soja no RS afetou a gestão de escalonamento da comercialização do arroz ao longo de todo o ano. Com isso, observou-se uma intensa entrada de arroz novo no mercado no mês de março e, conseqüentemente, os preços sofreram forte desvalorização. Ademais, o Real valorizado, no início de 2017, contribuiu para a perda de competitividade do grão brasileiro no mercado internacional, expandindo a oferta interna por meio de deficit da balança comercial do produto. A expectativa para o final do ano, entretanto, é do Dólar mais valorizado, fato que possivelmente equilibrará as importações e exportações no período, porém com ameno deficit na balança comercial anualizada.

Em suma, diante de todos os fatores expostos, a expectativa é de mercado com amena tendência de alta no segundo semestre de 2017 e preços superiores na entrada da safra 2017/18 (março/18), ao identificado na entrada da safra 2016/17 (março/17). Logo, espera-se que a recuperação dos fluxos de exportação e a estabilidade econômica e política nacional serão fundamentais na concretização deste cenário esperado.

2. Panorama internacional

No mercado internacional, segundo dados do United States Department of Agriculture (USDA), a produção mundial de arroz base beneficiado ficará em 483,66 milhões de toneladas na safra 2017/18, em meio ao clima favorável à cultura nas principais regiões produtoras. Esse resultado é importante após uma safra 2015/16 prejudicada pelo fenômeno El Niño. Com a retração da oferta mundial naquela safra, os preços internacionais cessaram a tendência de queda identificada desde o início da política tailandesa de formação de estoques públicos em 2011/12. Ressalta-se, ainda, que a safra 2016/17, apesar da recuperação produtiva, apresentou problemas climáticos pontuais (enchentes) em dois importantes países, Bangladesh e Sri Lanka.

Outro fator determinante na formação das cotações internacionais foi a nova política orizícola tailandesa, a qual reduziu os estoques de passagem e deve realizar a venda completa de todo o produto adquirido durante a administração anterior ainda em 2017. O USDA estima que, para o final da safra 2017/18, o estoque final tailandês seja de 6,08 milhões de toneladas, sendo em sua maioria de propriedade privada.

Sobre a produção tailandesa, após a grave escassez hídrica ao longo da safra 2015/16, momento no qual houve incentivo governamental de substituição de área destinada à orizicultura, identifica-se um cenário climático favorável. Esta melhora já pôde ser notada no aumento produtivo da safra 2016/17. Atualmente, o arroz tailandês está comercializado a US\$ 427,40/tonelada, sustentado pela maior demanda de Bangladesh, do Sri Lanka e da África.

A China, como maior país importador, desempenha papel fundamental na formação dos preços internacionais. Esse país é o maior produtor e consumidor mundial, com uma produção e um consumo em torno de 145 milhões de toneladas. Para a safra 2017/18, a previsão do USDA é de pouca alteração no comportamento do mercado chinês. Nos últimos anos, observa-se uma tendência chinesa de crescimento do estoque de passagem por meio principalmente da importação de produto tailandês e vietnamita.

Ao longo de 2017, o câmbio foi outra variável de influência no preço do arroz, com as moedas locais tailandesa (Baht) e indiana (Rupee) se valorizando e, conseqüentemente, elevando a cotação do produto no mercado internacional, por se tratarem dos dois maiores exportadores mundiais. No Vietnã, também importante exportador, observa-se um excesso hídrico que comprometeu parte da safra de inverno 2016/17. Com isso, houve majoração nos valores negociados do produto internamente e perda de competitividade do arroz vietnamita no concorrido mercado asiático. Com o início da safra 2017/18, a expectativa é de maior produção e de leve incremento no volume exportado. Destaca-se que essa expansão no volume negociado já vem sendo identificada na balança comercial vietnamita, porém os preços negociados apontam para uma perda de renda do setor.

Nos Estados Unidos da América, apesar da boa produção 2016/17 em meio a um clima favorável, há apreensão em torno da nova política externa norte-americana, pois o grande mercado importador de arroz dos EUA é o México. Recentemente o México retirou as taxas de importação para os principais países produtores do grão, sendo este benefício estendido para o Brasil. Para a safra 2017/18, a produção deve ser menor e mais de 1 milhão de toneladas devem ser importadas, como resultado de problemas climáticos no Arkansas e na Califórnia, importantes estados produtores.

Mais especificamente sobre a demanda mundial, ressalta-se a expansão nos principais países consumidores africanos. Esta procura por arroz tem sustentado os preços mesmo em meio a boa safra mundial. Dado todos os fatores expostos, para 2017 projeta-se um mercado com leve tendência de alta na comparação anual com a safra 2016/17. Todavia, com a intensificação da colheita em importantes países asiáticos no segundo semestre de 2017, os preços devem sofrer leve arrefecimento. Abaixo seguem o Gráfico 1 e a Tabela 1 para a melhor elucidação da conjuntura.

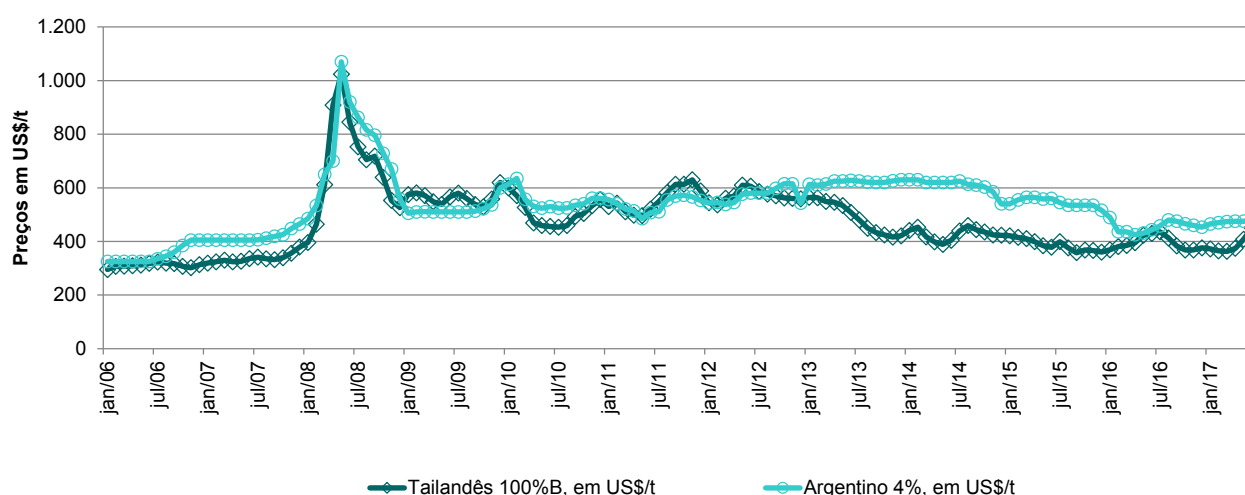
Tabela 1.

Balanco de oferta e demanda dos principais *players* mundiais - em milhões de toneladas de arroz beneficiado

SAFRA	EVENTOS	PRODUTORES		EXPORTADORES			IMPORTADOR		MUNDO
		CHINA	ÍNDIA	TAILÂNDIA	VIETNÃ	EUA	FILIPINAS	NIGÉRIA	
2015/16	1-ESTOQUE INICIAL	57,44	17,80	11,27	1,26	1,55	2,21	0,99	115,03
	2-PRODUÇÃO	145,77	104,41	15,80	27,58	6,13	11,00	2,71	471,83
	3-IMPORTAÇÃO	4,80	0,00	0,30	0,30	0,77	1,60	2,10	38,27
	4-SUPRIMENTO TOTAL (1+2+3)	208,01	122,21	27,37	29,14	8,45	14,81	5,80	625,13
	5-CONSUMO	144,00	93,57	9,10	22,60	3,55	13,00	5,20	471,17
	6-EXPORTAÇÃO	0,27	10,24	9,87	5,09	3,42	0,00	0,00	40,52
	7-DEMANDA TOTAL (5+6)	144,27	103,81	18,97	27,69	6,97	13,00	5,20	511,69
	8-ESTOQUE FINAL (4-7)	63,74	18,40	8,40	1,46	1,48	1,81	0,60	115,69
	9- RELAÇÃO ESTOQUE X CONSUMO	44,26	19,66	92,31	6,46	41,69	13,92	11,54	24,55
2016/17 (ESTIMATIVA)	1-ESTOQUE INICIAL	63,74	18,40	8,40	1,46	1,48	1,81	0,60	115,80
	2-PRODUÇÃO	144,85	108,00	19,20	27,97	7,12	11,50	2,70	483,81
	3-IMPORTAÇÃO	5,15	0,00	0,25	0,30	0,75	1,00	2,20	38,89
	4-SUPRIMENTO TOTAL (1+2+3)	213,74	126,40	27,85	29,73	9,35	14,31	5,50	638,50
	5-CONSUMO	143,50	96,50	12,00	22,60	4,19	12,90	5,10	481,11
	6-EXPORTAÇÃO	0,70	10,50	10,00	5,80	3,68	0,00	0,00	42,63
	7-DEMANDA TOTAL (5+6)	144,20	107,00	22,00	28,40	7,87	12,90	5,10	523,74
	8-ESTOQUE FINAL (4-7)	69,54	19,40	5,85	1,33	1,46	1,41	0,40	118,50
	9- RELAÇÃO ESTOQUE X CONSUMO	48,46	20,10	48,75	5,88	34,84	10,93	7,84	24,63
2017/18 (PREVISÃO)	1-ESTOQUE INICIAL	69,54	19,40	5,85	1,33	1,46	1,41	0,40	118,50
	2-PRODUÇÃO	145,00	108,00	20,40	28,45	6,07	11,20	2,77	483,66
	3-IMPORTAÇÃO	5,00	0,00	0,25	0,30	0,77	1,80	2,20	40,81
	4-SUPRIMENTO TOTAL (1+2+3)	219,54	127,40	26,50	30,08	8,30	14,41	5,37	642,97
	5-CONSUMO	143,00	97,00	11,50	22,70	3,81	12,90	4,90	479,64
	6-EXPORTAÇÃO	0,80	11,00	10,00	6,00	3,46	0,00	0,00	43,21
	7-DEMANDA TOTAL (5+6)	143,80	108,00	21,50	28,70	7,27	12,90	4,90	522,85
	8-ESTOQUE FINAL (4-7)	75,74	19,40	5,00	1,38	1,04	1,51	0,47	122,52
	9- RELAÇÃO ESTOQUE X CONSUMO	52,97	20,00	43,48	6,08	27,30	11,71	9,59	25,54

Fonte: Wasde julho/2017 (www.fas.usda.gov, acessado em 12/07/2017)

Gráfico 1.
Comparativos de preços do arroz - tailandês, argentino e brasileiro



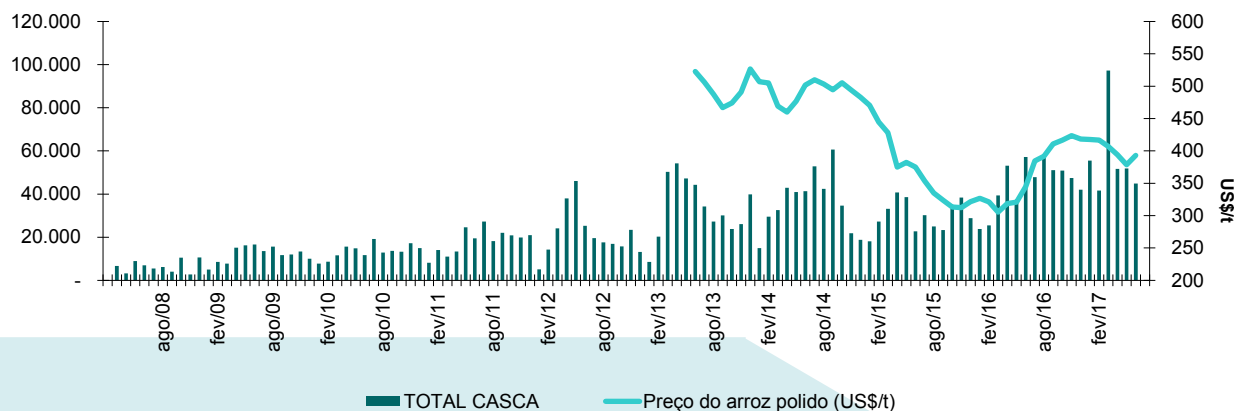
Fontes: Infoarroz
Nota: Julho/2017

No Mercosul, com base nos dados divulgados pelo FAS/USDA e expostos na Tabela 2, os países integrantes do Mercosul deverão produzir, na safra 2016/17, o total de 15,4 milhões de toneladas de arroz em casca (retração de 1,1% em relação à safra anterior), sendo o Brasil responsável por 76,14% da produção do bloco. Argentina e Uruguai, segundo a estimativa, produzirão 1,4 milhão de toneladas. Estes países, na série histórica da balança comercial brasileira se apresentam como importantes mercados exportadores, suprindo, quando necessário, os deficits brasileiros entre a oferta e a demanda interna.

Mais recentemente, ao longo da análise dos períodos comerciais a partir de 2014/15, o Paraguai (com uma produção estimada de 0,96 milhão de toneladas para a próxima safra) apresenta-se como o principal exportador para o mercado brasileiro. Esse produto paraguaio é basicamente direcionado para suprir a demanda por arroz das indústrias de beneficiamento localizadas na Região Sudeste, sobretudo São Paulo e Minas Gerais. Essas transações comerciais elevaram-se, principalmente, em face do alto custo logístico de escoamento da produção da Região Sul, da retração da produção da Região Centro-Oeste nos últimos dez anos e do preço paraguaio competitivo.

Com a oferta restrita e a elevação dos preços internos brasileiros ao longo da comercialização da safra 2015/16, observou-se um crescimento dos volumes adquiridos da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, com exportações de 197,2 mil toneladas, de 372,5 mil toneladas e de 581,2 mil toneladas, respectivamente. Com a ampliação do fluxo de comercialização, os preços argentinos e uruguaios recuaram para um patamar em torno de US\$450/t de arroz polido beneficiado. Já o Paraguai demonstrou um comportamento contrário, elevando as cotações ao longo do ano de 2016 em relação ao ano de 2015, vide Gráfico 2. O preço paraguaio cotado em março de 2016 foi de US\$416,57/t.

Gráfico 2.
Evolução das exportações de arroz em casca do Paraguai em toneladas



Esse comportamento do produto paraguaio ilustra a flexibilidade de preço desta cadeia produtiva, por possuir custos de produção menores que os identificados no Brasil. Ou seja, em 2015, ano em que os preços internos encontravam-se desaquecidos, os agentes de mercado paraguaio reduziram a pedida pelo grão. Porém, em 2016, com a possibilidade de alargamento das margens de lucro mantendo a competitividade do produto, os exportadores elevaram os preços ofertados. Em 2017, com preços brasileiros menores, é provável que o fluxo vindo do Paraguai mantenha o volume com preços menores de comercialização, fato este que vem sendo confirmado ao longo do ano. Este cenário é resultado da atual dependência do mercado paraguaio em relação à venda de seu produto para o mercado brasileiro, haja vista que o mercado interno paraguaio é reduzido (59,7 mil toneladas) e não possui outros países clientes com o mesmo potencial de compra do Brasil. No último mês de junho, o Paraguai vendeu a tonelada do arroz beneficiado para o Brasil a US\$393,05.

Acerca do consumo, o Brasil destaca-se como maior mercado consumidor, com uma demanda estimada de 11,5 milhões de toneladas. Os outros integrantes do Mercosul não possuem uma forte cultura de consumo do produto, sendo as suas produções, em grande parte, não destinadas ao consumo interno, e sim ao mercado internacional (o Brasil é o mais importante destino). Sobre as exportações brasileiras, estimadas em 1,0 milhão de toneladas, o principal destino são países não pertencentes ao grupo, com destaque para nações africanas e latino-americanas. Por meio dos dados disponibilizados pelo Aliceweb/MDIC de junho/17, os preços efetivos médios de exportação brasileira (US\$ 538,66/tonelada) apresentaram-se superiores aos preços efetivos de importação (US\$419,39/tonelada).

Tabela 2.
Mercosul, oferta e demanda - em mil toneladas

SAFRA	ATRIBUTOS	TERRITÓRIOS REGIONAIS				
		ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	MERCOSUL
2014/15	PRODUÇÃO	1.560,0	12.448,5	780,6	1.395,7	16.184,8
	CONSUMO	769,2	11.654,4	34,3	92,9	12.550,8
	EXPORTAÇÃO	480,0	1.369,1	553,7	1.094,3	3.497,1
	ESTOQUE FINAL	813,8	942,6	200,0	237,1	2.193,6
2015/16	PRODUÇÃO	1.400,0	10.602,9	671,6	1.304,3	13.978,9
	CONSUMO	800,0	11.617,6	34,3	85,7	12.537,7
	EXPORTAÇÃO	809,2	804,4	831,3	1.388,6	3.833,6
	ESTOQUE FINAL	612,3	452,9	9,0	67,1	1.141,3
2016/17	PRODUÇÃO	1.327,7	12.129,4	749,3	1.414,3	15.620,6
	CONSUMO	784,6	11.544,1	44,8	92,9	12.466,4
	EXPORTAÇÃO	846,2	1.029,4	701,5	1.321,4	3.898,5
	ESTOQUE FINAL	316,9	707,4	14,9	67,1	1.106,3
2017/18	PRODUÇÃO	1.353,8	11.764,7	959,7	1.371,4	15.449,7
	CONSUMO	692,3	11.617,6	59,7	85,7	12.455,4
	EXPORTAÇÃO	846,2	1.029,4	746,3	1.285,7	3.907,5
	ESTOQUE FINAL	186,2	707,4	171,6	67,1	1.132,3

Fonte: PSD on line julho 2017. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov>>. Acesso em: 27 jul. 2017

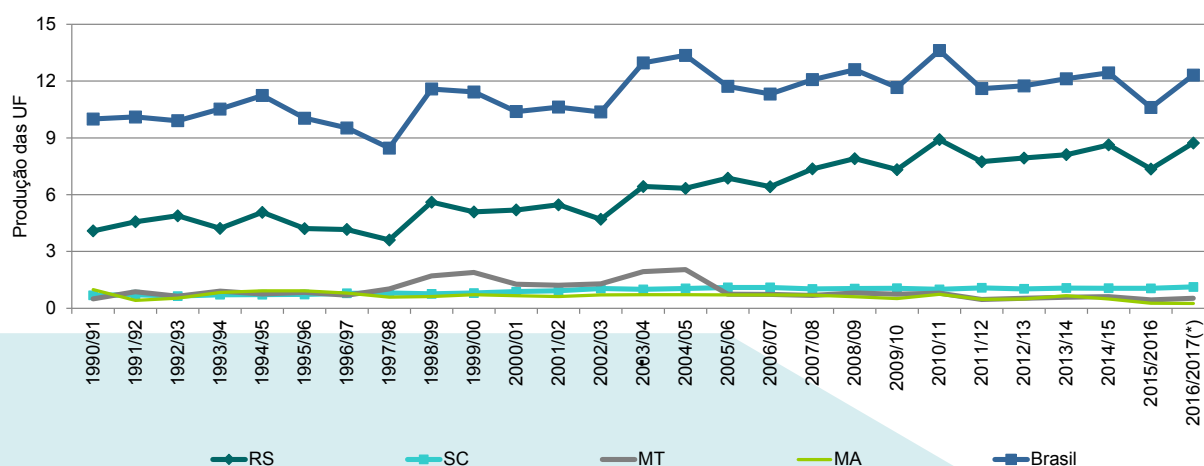
As estimativas do USDA sobre estoques de passagem de 0,71 milhão de toneladas divergem, em -0,73 milhão de tonelada, das estimativas realizadas pela Conab para a safra 2016/17 para o Brasil. Na safra 2017/18, na Argentina, o estoque se reduzirá em relação à safra passada em 41,26%, para 186,2 mil toneladas. No Uruguai, os estoques seguem constantes em volume baixo (67,1 mil toneladas). Na ótica absoluta dos estoques argentino e uruguaio, ambos possuirão baixos números, porém, na ótica relativa (razão estoque/consumo), ambos possuirão números elevados. Sobre a produção brasileira, a estimada pelo USDA está abaixo da produção estimada pela Conab.

3. Panorama nacional

3.1. Oferta e demanda nacional

No Gráfico 3, acerca do mercado brasileiro, observa-se o crescimento apresentado pela orizicultura nos últimos anos. Entre as safras 1990/91 e projeção de safra 2016/17, a produção expandiu-se 24,40%, resultado obtido principalmente devido um aumento da produtividade do setor. O grande impulsionador do crescimento do arroz no Brasil foi o estado do Rio Grande do Sul (RS), o qual aumentou em 111,21% a sua produção entre as safras 1990/91 e 2016/17. Atualmente, o RS, sozinho, é responsável por mais de 2/3 de toda a produção do grão no Brasil. Esta concentração e dependência produtiva pode ser bem ilustrada na safra 2015/16, cuja retração da produção no RS refletiu em expressiva queda da oferta nacional.

Gráfico 3.
Principais estados produtores em milhões de toneladas de arroz em casca



Legenda: (*) estimativa

Fonte: Levantamento de Safras Conab (julho/2017)

Ilustra-se, todavia, que este cenário de concentração produtiva é fenômeno que se intensificou com o decorrer dos anos. Em 1990/91, o RS participava com 40,55% da produção, seguido do Maranhão com 9,86%, Minas Gerais, com 8,44%; Santa Catarina, com 6,88%; Goiás, com 5,44%; Mato Grosso, com 4,99%; e os demais, com 23,84%. Nas últimas safras, nos estados do GO, do MS e de MT, identificou-se significativa redução de área de arroz em substituição pela cultura da soja, que tem apresentado maiores rentabilidades. No MA e PI, a redução foi resultado da desestruturação da cadeia produtiva estadual e da falta de assistência técnica e financeira.

Na Tabela 3, é exposto o comparativo de área, produtividade e produção para as safras 2015/16 e 2016/17 no Brasil e nos principais estados produtores. Na atual safra 2016/17, a Conab estima uma produção 16,2% maior do que a anterior, atingindo o montante de 12.317,7 mil toneladas no Brasil. Ou seja, haverá significativa alteração no volume produzido do grão no país em razão do bom clima no período de plantio, diferentemente do ocorrido no plantio da safra 2015/16, que sofreu com o excesso hídrico ocasionado pelo fenômeno El Niño. O excesso de chuva danificou áreas e reduziu a produtividade média brasileira, o que refletiu na produção de 10,6 milhões de toneladas base casca no Brasil, volume 1,4 milhão abaixo do volume médio dos últimos dez anos, de 12,0 milhões de toneladas.

Tabela 3.
Comparativo de área, produtividade e produção - safras 2015/16 e 2016/17

REGIÃO/UF	ÁREA (EM MIL HA)			PRODUTIVIDADE (EM KG/HA)			PRODUÇÃO (EM MIL T)		
	SAFRA 15/16	SAFRA 16/17	VAR %	SAFRA 15/16	SAFRA 16/17	VAR. %	SAFRA 15/16	SAFRA 16/17	VAR %
	(A)	(B)	(B/A)	(C)	(D)	(D/C)	(E)	(F)	(F/E)
NORTE	265,4	261,7	(1,4)	3.835	4.127	7,6	1.017,8	1.079,9	6,1
RR	8,6	12,3	43,0	7.023	7.100	1,1	60,4	87,3	44,5
RO	42,6	40,6	(4,7)	3.423	2.956	(13,6)	145,8	120,0	(17,7)
PA	72,9	68,7	(5,8)	2.520	2.694	6,9	183,7	185,1	0,8
TO	132,8	132,2	(0,5)	4.633	5.114	10,4	615,2	676,1	9,9
NORDESTE	283,3	228,8	(19,2)	1.389	1.892	36,2	393,7	432,9	10,0
MA	181,5	141,6	(22,0)	1.478	1.789	21,0	268,3	253,3	(5,6)
PI	79,1	65,2	(17,6)	755	1.629	115,8	59,7	106,2	77,9
AL	3,0	2,8	(6,7)	5.720	6.250	9,3	17,2	17,5	1,7
SE	5,1	4,7	(7,8)	7.255	7.255	-	37,0	34,1	(7,8)
CENTRO-OESTE	192,5	197,3	2,5	3.159	3.713	17,6	608,0	732,7	20,5
MT	152,5	160,2	5,0	2.876	3.311	15,1	438,6	530,4	20,9
MS	14,0	15,5	10,7	4.860	6.000	23,5	68,0	93,0	36,8
GO	26,0	21,6	(16,9)	3.900	5.059	29,7	101,4	109,3	7,8
SUDESTE	17,2	16,1	(6,4)	3.173	3.386	6,7	54,6	54,5	(0,2)
MG	6,5	6,0	(7,7)	2.306	2.501	8,4	15,0	15,0	-
SP	10,0	9,7	(3,0)	3.790	3.935	3,8	37,9	38,2	0,8
SUL	1.249,6	1.273,2	1,9	6.825	7.868	15,3	8.528,9	10.017,7	17,5
PR	26,2	25,1	(4,2)	4.581	6.506	42,0	120,0	163,3	36,1
SC	147,4	147,4	-	7.139	7.638	7,0	1.052,3	1.125,8	7,0
RS	1.076,0	1.100,7	2,3	6.837	7.930	16,0	7.356,6	8.728,6	18,6
NORTE/NORDESTE	548,7	490,5	(10,6)	2.572	3.084	19,9	1.411,5	1.512,8	7,2
CENTRO-SUL	1.459,3	1.486,6	1,9	6.299	7.268	15,4	9.191,5	10.804,9	17,6
BRASIL	2.008,0	1.977,1	(1,5)	5.280	6.230	18,0	10.603,0	12.317,7	16,2

Fonte: Conab

Nota: Estimativa em julho/2017

Em face da oferta interna restrita na safra 2015/16, os preços nacionais valorizaram e o volume importado, principalmente, do Paraguai, Uruguai e Argentina cresceu, com valores comercializados abaixo do encontrado no mercado brasileiro. O fortalecimento do Real, a partir do segundo semestre de 2016, foi outro fator determinante na expansão das importações e retração das exportações brasileiras.

Outra variável relevante na conjuntura orizícola é o aumento de área de soja em relação à área de arroz no RS. Nas últimas três safras, a soja foi um ativo importante em posse dos produtores, o que amenizou as usuais fortes quedas de cotações na entrada da safra entre fevereiro e abril. Logo, nos últimos períodos comerciais, a variância de preço ao longo do ano foi mais baixa do que a histórica de mercado. Esse efeito ocasionado pela soja foi resultado das boas safras do produto e dos bons preços, gerando capital para o produtor escalonar e postergar a venda de arroz para o período de entressafra.

Na atual safra 2016/17, a produção de 12,3 milhões de toneladas é considerada normal, próxima da média histórica. A produção é historicamente a principal variável na formação do preço interno, e a oferta nacional atual não é fator de desestabilização de mercado, porém a concentração produtiva, a estrutura de financiamento dos produtores e o câmbio valorizado têm mantido os preços significativamente abaixo do comercializado na safra anterior. No Gráfico 4, ao analisar os preços reais, inflacionados pelo IPCA, confirma-se a menor volatilidade nos preços nas últimas safras. Porém, os valores comercializados atualmente encontram-se perto da mínima nos últimos 5 anos.

Gráfico 4.
Evolução da quantidade colhida de arroz no Brasil e dos preços no RS

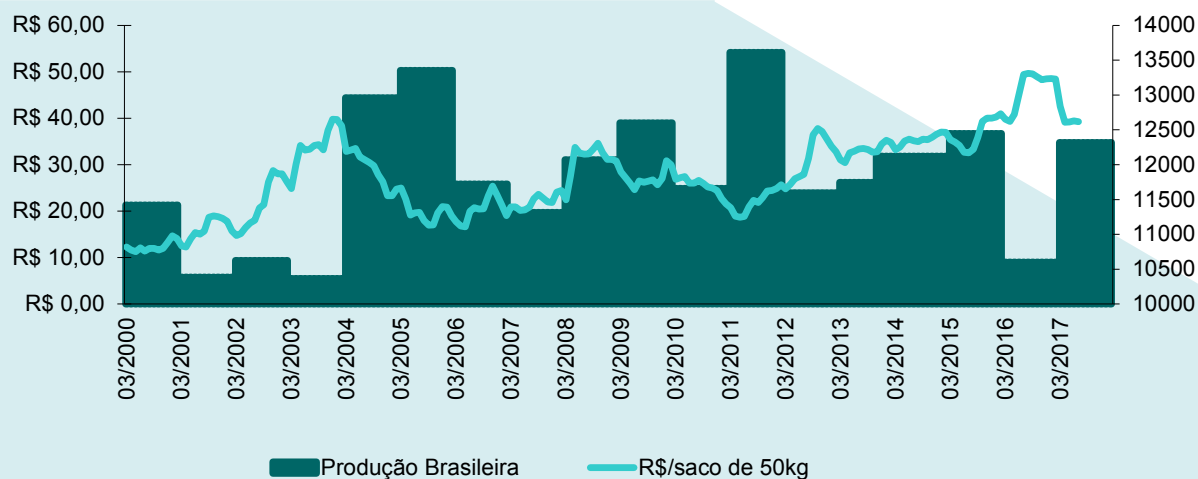


Tabela 4.
Suprimento de arroz em casca - em mil toneladas

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
2006/07	2.259,5	11.315,9	1.069,6	14.645,0	12.305,5	313,1	2.026,4
2007/08	2.026,4	12.074,0	589,9	14.690,3	11.866,7	789,9	2.033,7
2008/09	2.033,7	12.602,5	908,0	15.544,2	12.118,3	894,4	2.531,5
2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
2015/16 (*)	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
2016/17 (**)	430,8	12.317,7	1.000,0	13.748,5	11.500,0	800,0	1.448,5

Fonte: Conab

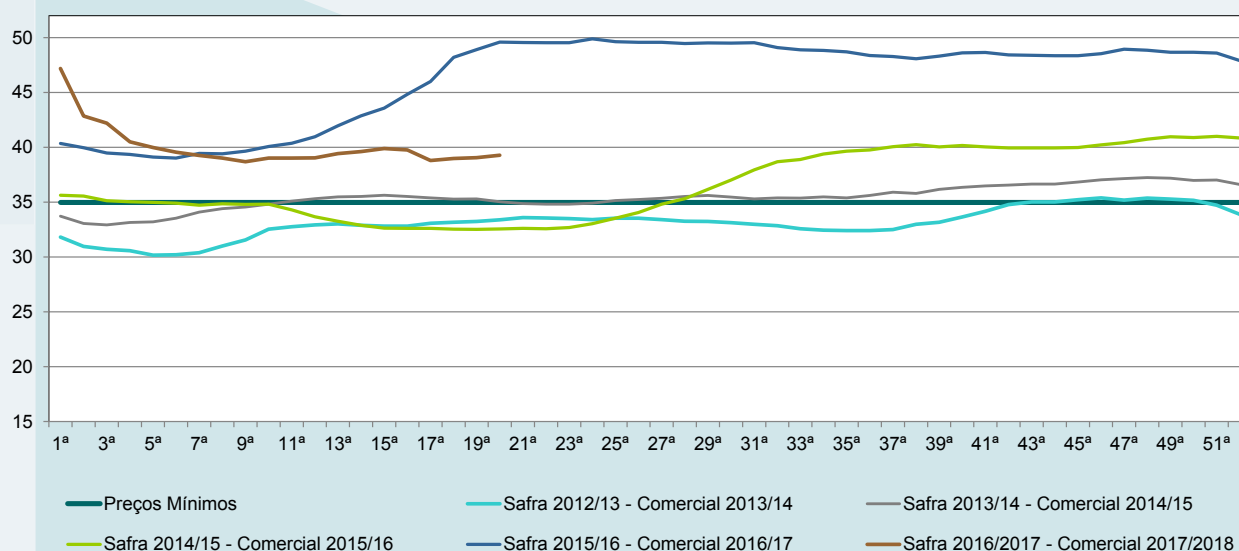
Gráfico 5.
Preços de arroz no RS inflacionados pelo IPCA



Fonte: Conab/Ipeadata -
Nota: Julho/2017

Sobre os financiamentos, ressalta-se o incremento do volume de crédito adquirido pelos produtores junto às indústrias de beneficiamento, em detrimento ao crédito oficial. Estima-se que mais de 30% dos produtores do RS obtiveram crédito dessa forma, com vencimento dos contratos para o final de março de 2017. Logo, com o início da entrada de produto novo no mercado ao final de fevereiro, foi intensa a pressão das beneficiadoras para reduzir os valores negociados, pois grande parte delas possuíam estoques até a entrada de abril e visavam uma melhor relação de troca ao final de março. De fato, como ilustrado no Gráfico 6, o que ocorreu foi uma abrupta queda nos preços, e o saco de 50kg encerrou o mês cotado à R\$ 39,98, apesar de, naquele momento, apenas 50% da área estar colhida.

Gráfico 6.
Arroz em casca tipo 1 - 58/10 - média estadual - preços médios semanais nominais no RS, em R\$/50 kg



Fonte: Siagro/Conab
Notas: 1ª semana de março até última semana de fevereiro
acessado em 21/07/2017

No mês de abril, com o abastecimento das principais indústrias por meio dos contratos de financiamento, observou-se uma demanda fraca no mercado ao produtor em meio a uma oferta menor, com os produtores esperando preços mais elevados para comercializarem. Nos meses seguintes (maio, junho e julho), identificou-se uma manutenção das cotações e do baixo volume de comercialização, com as indústrias alegando dificuldades nas vendas para o varejo. Segundo o Dieese, no varejo de São Paulo, o preço do quilo reduziu de R\$3,05 em junho de 2016 para R\$2,96 em junho de 2017. O câmbio e a compra de produto paraguaio beneficiado são algumas das variáveis importantes na definição desse cenário.

No MT, em virtude da baixa demanda das indústrias estaduais e da dificuldade de escoamento para outros estados, em meio a forte concorrência do arroz gaúcho e do Mercosul, o preço encontra-se a R\$40,58/60kg, abaixo do atual preço mínimo regional de R\$41,97/60kg.

4. Perspectivas para a próxima safra

No mercado de arroz ao produtor do Rio Grande do Sul, observou-se, ao longo dos primeiros meses de comercialização da safra 2016/17, uma baixa liquidez ao se comparar com o volume normal de negociações para esse período do ano, como já citado acima. Atualmente, com a extensão dos vencimentos financeiros para setembro e outubro deste ano, é previsto um alongamento do período de baixo volume de negócios. Logo, apenas com o início do plantio da safra 2017/18, principalmente em outubro, a liquidez deverá aumentar. Ademais, espera-se que o dólar mais valorizado (de R\$3,51/US\$, segundo o Boletim Focus) colabore com melhores cotações ao produtor e, conseqüentemente, aumento do fluxo comercial interno.

Ao analisar a Tabela 5 de rentabilidade das diferentes culturas, com base no município de Sorriso/MT, observa-se que a previsão de rentabilidade (margem bruta/receita) do arroz de sequeiro para a próxima safra é estimada em um lucro líquido de 8,02%, com base na projeção do valor do saco de 60kg a R\$51,60 (ou R\$43,00 por saco de 50kg). Na comparação com a rentabilidade da soja, que é estimada com um lucro de 18,85%, nota-se a disparidade de rentabilidade entre as culturas. Ou seja, utilizando o município de Sorriso como *proxy* para estas estimativas, conclui-se que a forte concorrência da soja por área de plantio tem desestimulado o plantio de arroz nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Segundo o mesmo estudo, para que as rentabilidades de soja e arroz sejam equivalentes, é necessário que o preço do arroz esteja por volta de R\$ 58,50 (R\$/60Kg). Na Região Sul, a rentabilidade prevista para a safra 2017/18 do arroz irrigado é de um lucro de 3,80%, com base na projeção de preços no município de Cachoeira do Sul. Ressalta-se que o cenário para a próxima safra sinaliza ser ligeiramente melhor do que o atual, porém muito distante das rentabilidades alcançadas na safra 2015/16.

Tabela 5.
Análise de rentabilidade entre produtos substitutos, em R\$ / hectare
(com base na produtividade efetiva com base nos levantamentos da Conab, em kg/ha e porcentagem)

PRODUTOS	ARROZ SEQUEIRO - MT			ARROZ IRRIGADO - RS			SOJA EM GRÃOS - MT	
SAFRAS	2015/16	2016/17	2017/18	2015/16	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
PREÇO (R\$/50 KG)	49,52	33,26	48,75	46,36	39,91	43,00	59,88	44,62
PRODUTIVIDADE DO PACOTE (KG/HA)	3.600	3.600	3.600	7.200	7.200	7.200	3.120	3.120
ANÁLISE FINANCEIRA:								
A - RECEITA BRUTA (I*II)	3.565,20	2.394,60	3.510,00	6.675,84	5.747,04	6.192,00	3.736,72	2.784,08
B - DESPESAS:								
B1 - DESPESAS DE CUSTEIO (DC)	2.030,11	1.880,76	1.940,29	3.644,88	4.172,75	4.290,76	1.811,68	1.695,13
B2 - CUSTOS VARIÁVEIS (CV)	2.460,72	2.308,36	2.380,92	4.565,13	5.185,98	5.343,39	2.208,96	2.064,18
B3 - CUSTO OPERACIONAL (CO)	3.105,93	2.747,07	2.847,55	5.100,53	5.729,70	5.956,40	2.387,32	2.259,24
A) - MARGEM BRUTA S/ DC (A - B1)	1.535,09	513,84	1.569,71	3.030,96	1.574,29	1.901,24	1.925,04	1.088,95
B) - MARGEM BRUTA S/ CV (A - B2)	1.104,48	86,24	1.129,08	2.110,71	561,06	848,61	1.527,76	719,90
C) - MARGEM LÍQUIDA S/ CO (A - B4)	459,27	-352,47	662,45	1.575,31	17,34	235,60	1.349,40	524,84
INDICADORES:								
RECEITA SOBRE O CUSTEIO (A / B1)	1,76	1,27	1,81	1,83	1,38	1,44	2,06	1,64
RECEITA SOBRE O CUSTO VARIÁVEL (A / B2)	1,45	1,04	1,47	1,46	1,11	1,16	1,69	1,35
RECEITA SOBRE O CUSTO OPERACIONAL (A / B3)	1,15	0,87	1,23	1,31	1,00	1,04	1,57	1,23
MARGEM BRUTA (DC) / RECEITA (A / A)	43,06%	21,46%	44,72%	45,40%	27,39%	30,70%	51,52%	39,11%
MARGEM BRUTA (CV) / RECEITA (B / A)	30,98%	3,60%	32,17%	31,62%	9,76%	13,70%	40,89%	25,86%
MARGEM LÍQUIDA (CO) / RECEITA (C / A)	12,88%	-14,72%	18,87%	23,60%	0,30%	3,80%	36,11%	18,85%

Fonte: Sistema de Custos da Conab/Siagro

Obs: Preços médios de comercialização e custos dos municípios de Sorriso/MT e Cachoeira do Sul/RS

Acerca da demanda por alimentos da população brasileira, o arroz apresenta-se como principal produto da base nutricional do indivíduo comum, estando presente na mesa de todas as camadas sociais. Por meio de diversos trabalhos acadêmicos, é evidenciada a elasticidade-renda negativa do produto, o que classifica o arroz como sendo um bem inferior. Isto é, elevações no nível de renda influenciam na redução do consumo de arroz, pois os agentes demandantes, ao disponibilizarem de mais renda, alteram seus hábitos alimentares, passando a consumir outros alimentos (especialmente comidas rápidas e massas).

Para o próximo período comercial, estima-se que o país terá uma taxa de crescimento moderada, de forma que o Boletim Focus, do Banco Central do Brasil (Bacen), indica uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,30% para 2018. Este resultado refletirá na demanda interna de arroz, que se manterá, possivelmente, nos níveis atuais – em torno de 11,5 milhões de toneladas. Cabe destacar, todavia, que a variabilidade dos preços do arroz e de seus bens substitutivos é variável fundamental na determinação da demanda nacional de arroz.

Outro fator que pode influenciar na demanda total do setor é o comportamento do mercado externo. A taxa de câmbio encontra-se, no presente momento valorizada em relação

à série histórica dos últimos meses. Para o final do ano, entretanto, a previsão do Bacen é o Real mais desvalorizado, o que incentivará a saída de arroz brasileiro para o mercado internacional em face da paridade favorável à exportação do grão. Para a semana de 31/07/2017 até 04/08/2017, o câmbio estava valorizado, cotado a R\$ 3,1528/US\$. Em suma, nos quatro primeiros meses de análise do período comercial 2016/17, março/17 a junho/17, o deficit identificado foi de 238,4 mil toneladas. No entanto, espera-se uma reversão da tendência deficitária na balança comercial do arroz e que o país encerre o período com um deficit de 200 mil toneladas.

Visto que o mercado externo ainda é muito reduzido se comparado com o mercado nacional, o volume produzido internamente atua como o fator mais relevante na determinação dos preços nacionais. Dessa forma, uma oferta mais abundante do setor redundará, seguramente, em baixas cotações. Ou seja, fatores como variações climáticas e incidência de pragas, por influírem na quantidade produzida, possuem significativa importância na definição do preço de mercado vigente, como identificado na safra 2015/16. Para a próxima safra 2017/18, o comportamento climático será variável preponderante no volume produzido de arroz no Brasil. Para a safra 2017/18, ainda não estão finalizados os estudos de intenção de área da Conab, porém a forte concorrência com a soja, que tem melhor rentabilidade e liquidez, tem agido como fator de retração da área orizícola no Brasil.

Com o intuito de projetar cenários para o decorrer da comercialização da atual safra e da próxima, foram elaborados diversos exercícios econométricos. Primeiramente, foi realizado um modelo de regressão simples com a variável produção, considerada fundamental na determinação do preço de equilíbrio, vide Tabela 6 a seguir. Como resultado dos modelos propostos, confirmou-se a relevância da produção nacional do ano corrente na formação de preço do arroz e, ressalta-se, o bom nível de significância ($P\text{-valor} < 10\%$) encontrado.

Ao analisar os resultados do modelo, identifica-se um preço médio para o período 2017/18 de R\$43,00/sc para a produção estimada de 13.317 mil toneladas. Esta previsão vai ao encontro das expectativas do mercado para o decorrer do período de comercialização 2017/18, entre março de 2017 e fevereiro de 2018. Hoje, a média cotada do período está em R\$39,92/sc. Porém, é esperada uma evolução das cotações com a intensificação do período de entressafra e desvalorização do Real. Não obstante, destaca-se que é provável que a média fique um pouco abaixo do estimado pelo modelo, em virtude dos baixos preços negociados no varejo brasileiro.

Para a próxima safra 2017/18, que será comercializada no período comercial 2018/19, foram definidos quatro cenários produtivos. Com base no Modelo 2, com uma produção de 12.000 mil toneladas, a previsão de preço médio é de R\$44,40/sc e, para março de 2018, após adicionar-se um fator de sazonalidade, encontra-se o valor de R\$41,40/sc. Ressalta-se que as produções utilizadas não se configuram como uma estimativa oficial de produção por parte da Conab e, sim, apenas como um *proxy* do modelo econométrico de estimação de preço.

Por fim, em virtude do reduzido estoque de passagem, da atual cotação do produto, do comportamento do câmbio e da balança comercial, projeta-se para esse segundo semestre baixa variância das cotações do grão com leve viés de alta. Destaca-se, todavia, que a expectativa é de que os preços continuem acima dos custos de produção do setor. Para 2018, com a manutenção da tendência altista no mundo, a intensa concorrência com a soja e o fluxo constante de importação de arroz paraguaio, estima-se um preço na entrada da safra 2017/18 em março de 2018 de R\$41,00/sc.

Tabela 6
Regressões simples com a produção (mil toneladas) como variável explicativa

MODELO - ANO 2016	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA $Pr(> T)$			PRODUÇÃO EM 2016 (BRASIL)	PREVISÃO DO PREÇO MÉDIO EM 2016/17 (DEFLACIONADO BASE=JUL/2017)
RESULTADOS	0,219	2,247	0,172	10.603	50,6
MODELO - ANO 2017	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA $Pr(> T)$			PRODUÇÃO EM 2017 (BRASIL)	PREVISÃO DO PREÇO MÉDIO EM 2017/18
RESULTADOS	0,219	2,247	0,172	12.317	43,0
MODELO 1 - ANO 2018	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA $Pr(> T)$			PRODUÇÃO EM 2018 (BRASIL)	PREVISÃO DO PREÇO MÉDIO EM 2018/19
RESULTADOS	0,219	2,247	0,172	11.500	46,7
MODELO 2 - ANO 2018	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA $Pr(> T)$			PRODUÇÃO EM 2018 (BRASIL)	PREVISÃO DO PREÇO MÉDIO EM 2018/19
RESULTADOS	0,219	2,247	0,172	12.000	44,4
MODELO 3 - ANO 2018	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA $Pr(> T)$			PRODUÇÃO EM 2018 (BRASIL)	PREVISÃO DO PREÇO MÉDIO EM 2018/19
RESULTADOS	0,219	2,247	0,172	12.500	42,2
MODELO 4 - ANO 2018	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA $Pr(> T)$			PRODUÇÃO EM 2018 (BRASIL)	PREVISÃO DO PREÇO MÉDIO EM 2018/19
RESULTADOS	0,219	2,247	0,172	13.000	40,0

Fonte: Conab

Nota: julho/2017

Os preços estimados para arroz em casca no Rio Grande do Sul, saco de 50kg.

5. Considerações finais

Dada a relevância do setor orizícola no abastecimento interno e na segurança alimentar da população, o arroz sempre teve grande importância na formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento. É um dos produtos que o Governo Federal tem dado maior atenção, de modo que quando ocorrem fatores conjunturais dentro do raio de ação dos instrumentos de apoio, o Poder Público tem sido bem presente. Todavia, no curto e médio prazo não há indícios de necessidade de intervenção governamental.



1. Introdução

O Brasil continua se destacando no cenário mundial como um dos mais importantes produtores e exportadores de proteína animal.

As melhores tecnologias disponíveis são utilizadas pela agroindústria brasileira, assegurando aos consumidores produtos de qualidade a preços competitivos, tendo o reconhecimento do mercado internacional em relação à qualidade e sanidade do produto.

Convém lembrar que o mercado interno tem grande expressividade no consumo de carnes, considerando que o consumo da carne de frango equivale a cerca de 70% da produção, e da carne suína, a 85%.

Significativa parte da produção de milho e de farelo de soja, principais componentes da ração animal, faz da produção de carnes um importante elo na cadeia produtiva de grãos.

2. Mercado internacional

2.1. Oferta e demanda

2.1.1. Carne de frango

Os dados divulgados em abril de 2017 pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) indicam que a produção mundial de carne de frango neste exercício deverá apresentar leve incremento, inferior a 1%, em relação ao ano de 2016, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1.
Suprimento mundial de carne de frango (em 1.000t)

	2014	2015	2016	2017 ABR*	VARIAÇÃO		
					2015/14	2016/15	2017/16
Produção	86.660	88.936	88.728	89.470	2,6%	-0,2%	0,8%
Consumo	85.049	87.160	86.908	87.608	2,5%	-0,3%	0,8%
Exportação	10.478	10.258	10.686	11.163	-2,1%	4,2%	4,5%
Importação	8.902	8.592	8.858	9.307	-3,5%	3,1%	5,1%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

Os EUA são os maiores produtores mundiais, mas também são os maiores consumidores de carne de frango (Tabela 2). Em seguida vem o Brasil, União Europeia e China como principais produtores.

Tabela 2.
Produção mundial de carne de frango (em 1.000t)

		2014	2015	2016	2017 ABR*	VARIAÇÃO		
						2015/14	2016/15	2017/16
1	EUA	17.306	17.971	18.261	18.634	3,8%	1,6%	2,0%
2	Brasil	12.692	13.146	12.910	13.440	3,6%	-1,8%	4,1%
3	União Europeia	10.450	10.890	11.330	11.450	4,2%	4,0%	1,1%
4	China	13.000	13.400	12.300	11.000	3,1%	-8,2%	-10,6%
5	Índia	3.725	3.900	4.200	4.500	4,7%	7,7%	7,1%
6	Rússia	3.260	3.600	3.720	3.750	10,4%	3,3%	0,8%
7	México	3.025	3.175	3.285	3.384	5,0%	3,5%	3,0%
8	Argentina	2.050	2.080	2.055	2.125	1,5%	-1,2%	3,4%
9	Turquia	1.894	1.909	1.871	1.925	0,8%	-2,0%	2,9%
10	Thailândia	1.570	1.700	1.780	1.870	8,3%	4,7%	5,1%
11	Indonésia	1.565	1.625	1.640	1.660	3,8%	0,9%	1,2%
12	Outros	16.123	15.540	15.376	15.732	-3,6%	-1,1%	2,3%
TOTAL		86.660	88.936	88.728	89.470	2,6%	-0,2%	0,8%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

Já os fluxos das exportações/importações mundiais apresentam um cenário aquecido, com destaque para as exportações brasileiras estimadas pelo USDA, com 10% de aumento em relação a 2016 (Tabela 3).

O Brasil continua a liderar as exportações mundiais, tendo como principais concorrentes os EUA e a União Europeia.

Tabela 3.
Exportação mundial de carne de frango (Em 1.000t)

		2014	2015	2016	2017 ABR*	VARIAÇÃO		
						2015/14	2016/15	2017/16
1	Brasil	3.558	3.841	3.889	4.280	8,0%	1,2%	10,1%
2	EUA	3.310	2.867	3.015	3.141	-13,4%	5,2%	4,2%
3	União Europeia	1.133	1.178	1.276	1.170	4,0%	8,3%	-8,3%
4	Thailândia	546	622	690	730	13,9%	10,9%	5,8%
5	China	430	401	386	350	-6,7%	-3,7%	-9,3%
6	Turquia	378	321	296	310	-15,1%	-7,8%	4,7%
7	Ucrânia	168	158	236	250	-6,0%	49,4%	5,9%
8	Argentina	278	187	158	185	-32,7%	-15,5%	17,1%
9	Canadá	137	133	134	145	-2,9%	0,8%	8,2%
10	Belarus	113	135	145	125	19,5%	7,4%	-13,8%
11	Rússia	50	71	104	115	42,0%	46,5%	10,6%
12	Outros	377	344	357	362	-8,8%	3,8%	1,4%
TOTAL		10.478	10.258	10.686	11.163	-2,1%	4,2%	4,5%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

Problemas relacionados à sanidade devem comprometer a produção da China neste ano, levando esse país a buscar em outros mercados o produto necessário a seu abastecimento interno. A China reduziu as importações de material genético a fim de combater a incidência de influenza aviária. Contudo, outros fatores, como a migração de aves silvestres, muito intensa naquela região, contribuem para a persistente contaminação das aves em produção.

A União Europeia também enfrenta sérias dificuldades com a contaminação por influenza aviária, comprometendo sua produção.

A Tabela 4 apresenta os maiores importadores de carne de frango do mundo, segundo os dados do USDA.

Tabela 4.
Importação mundial de carne de frango (1.000t)

		2014	2015	2016	2017 ABR*	VARIAÇÃO		
						2015/14	2016/15	2017/16
1	Japão	888	936	973	960	5,4%	4,0%	-1,3%
2	México	722	790	791	825	9,4%	0,1%	4,3%
3	Arábia Saudita	762	863	800	790	13,3%	-7,3%	-1,3%
4	União Europeia	712	730	761	770	2,5%	4,2%	1,2%
5	Iraque	698	625	661	663	-10,5%	5,8%	0,3%
6	China	260	268	430	600	3,1%	60,4%	39,5%
7	África do Sul	369	436	504	560	18,2%	15,6%	11,1%
8	Hong Kong	299	312	344	365	4,3%	10,3%	6,1%
9	Emirados Árabes Unidos	225	277	296	315	23,1%	6,9%	6,4%
10	Filipinas	199	205	245	250	3,0%	19,5%	2,0%
11	EUA	53	59	60	64	11,3%	1,7%	6,7%
12	Outros	3.715	3.091	2.993	3.145	-16,8%	-3,2%	5,1%
TOTAL		8.902	8.592	8.858	9.307	-3,5%	3,1%	5,1%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

2.1.2. Carne suína

De acordo ainda com dados divulgados pelo USDA, a produção de carne suína também deverá ficar abaixo de 1% em relação aos volumes de 2016 (Tabela 5).

Tabela 5.
Suprimento mundial de carne de suína (em 1.000t equivalente carcaça)

	2014	2015	2016	2017 ABR*	VARIAÇÃO		
					2015/14	2016/15	2017/16
Produção	110.652	110.614	109.853	110.727	0,0%	-0,7%	0,8%
Consumo	109.968	110.143	109.554	110.196	0,2%	-0,5%	0,6%
Exportação	6.983	7.236	8.317	8.750	3,6%	14,9%	5,2%
Importação	6.340	6.718	7.973	8.268	6,0%	18,7%	3,7%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

As estimativas para 2017 apontam para volumes de produção próximos àqueles do ano de 2016, com provável incremento menor que 1%.

A China, com sua expressiva produção na casa dos 52 milhões de toneladas, deverá ter uma redução da ordem de 0,5%, em face da ocorrência de problemas sanitários. Assim, deverá buscar a suplementação de suas necessidades nos mercados exportadores (Tabela 6).

Com as novas exigências regulamentares sanitárias de sustentabilidade da produção impostas pelo governo chinês, muitos produtores não conseguiram cumpri-las, saindo do mercado produtivo. Alie-se a isso a capacidade limitada de abate dos frigoríficos adequados a essas novas regras de sustentabilidade da produção.

Tabela 6.
Produção mundial de carne suína (em 1.000t equivalente carcaça)

		2014	2015	2016	2017 Abr*	VARIAÇÃO		
						2015/14	2016/15	2017/16
1	China	56.710	54.870	52.990	52.750	-3,2%	-3,4%	-0,5%
2	União Europeia	22.540	23.249	23.400	23.450	3,1%	0,6%	0,2%
3	EUA	10.368	11.121	11.319	11.844	7,3%	1,8%	4,6%
4	Brasil	3.400	3.519	3.700	3.815	3,5%	5,1%	3,1%
5	Rússia	2.510	2.615	2.870	3.000	4,2%	9,8%	4,5%
6	Vietnã	2.431	2.572	2.675	2.750	5,8%	4,0%	2,8%
7	Canadá	1.805	1.899	1.955	1.950	5,2%	2,9%	-0,3%
8	Filipinas	1.402	1.463	1.540	1.610	4,4%	5,3%	4,5%
9	México	1.290	1.323	1.376	1.420	2,6%	4,0%	3,2%
10	Coreia do Sul	1.200	1.217	1.266	1.305	1,4%	4,0%	3,1%
11	Japão	1.264	1.254	1.279	1.270	-0,8%	2,0%	-0,7%
12	Outros	5.732	5.512	5.483	5.563	-3,8%	-0,5%	1,5%
TOTAL		110.652	110.614	109.853	110.727	0,0%	-0,7%	0,8%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

No entanto, semelhante ao observado para a carne de frango, os fluxos das exportações/importações de carne suína também deverão estar aquecidos, porém com os mercados exportadores divididos entre Brasil, EUA e União Europeia (Tabela 7).

Tabela 7.
Exportação mundial de carne suína (em 1.000t equivalente carcaça)

		2014	2015	2016	2017 Abr*	VARIAÇÃO		
						2015/14	2016/15	2017/16
1	União Europeia	2.164	2.389	3.126	3.300	10,4%	30,8%	5,6%
2	EUA	2.309	2.272	2.374	2.572	-1,6%	4,5%	8,3%
3	Canadá	1.220	1.239	1.319	1.300	1,6%	6,5%	-1,4%
4	Brasil	556	627	832	900	12,8%	32,7%	8,2%
5	Chile	163	178	173	180	9,2%	-2,8%	4,0%
6	China	277	231	191	175	-16,6%	-17,3%	-8,4%
7	México	117	128	141	160	9,4%	10,2%	13,5%
8	Austrália	37	36	38	40	-2,7%	5,6%	5,3%
9	Vietnã	21	30	35	35	42,9%	16,7%	0,0%
10	Rússia	1	7	25	25	600,0%	257,1%	0,0%
11	África do Sul	13	17	14	14	30,8%	-17,6%	0,0%
12	Outros	105	82	49	49	-21,9%	-40,2%	0,0%
TOTAL		6.983	7.236	8.317	8.750	3,6%	14,9%	5,2%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

A Tabela 8 apresenta os principais importadores de carne suína no mundo.

Tabela 8.
Importação mundial de carne suína (em 1.000t equivalente carcaça)

		2014	2015	2016	2017 ABR*	VARIAÇÃO		
						2015/14	2016/15	2017/16
1	China	761	1.029	2.181	2.300	35,2%	112,0%	5,5%
2	Japão	1.332	1.270	1.361	1.350	-4,7%	7,2%	-0,8%
3	México	818	981	1.021	1.100	19,9%	4,1%	7,7%
4	Coreia do Sul	480	599	615	630	24,8%	2,7%	2,4%
5	EUA	459	506	495	474	10,2%	-2,2%	-4,2%
6	Hong Kong	347	397	429	450	14,4%	8,1%	4,9%
7	Rússia	515	408	347	300	-20,8%	-15,0%	-13,5%
8	Austrália	191	220	210	230	15,2%	-4,5%	9,5%
9	Canadá	214	216	215	215	0,9%	-0,5%	0,0%
10	Filipinas	199	175	195	215	-12,1%	11,4%	10,3%
11	Cingapura	117	116	117	120	-0,9%	0,9%	2,6%
12	Outros	907	801	787	884	-11,7%	-1,7%	12,3%
TOTAL		6.340	6.718	7.973	8.268	6,0%	18,7%	3,7%

Legenda: (*) Projeção USDA
Fonte: USDA - Abr/2017

3. Mercado interno

3.1. Carne de frango

O desempenho da produção de carne de frango no primeiro semestre de 2017 indica uma redução da ordem de 3%, em comparação ao volume produzido em 2016 (Tabela 9).

No cenário externo, o Brasil já exporta para mais de 150 países, tendo como forte concorrente os EUA. O acesso a novos mercados está bastante restrito, uma vez que o produto brasileiro já atende aos principais países importadores.

Internamente, a demanda enfrenta dificuldades com a crise econômica e os altos níveis de desemprego, que inibem o aumento do consumo.

Dessa maneira, os dados observados até o primeiro semestre de 2017 apontam para uma redução da disponibilidade per capita por habitante/ano, de 44,7kg em 2016 para 42,8kg em 2017.

Outro ponto a se destacar está relacionado aos efeitos negativos da imagem do produto em decorrência da chamada “Operação Carne Fraca” ocorrida em março/2017, quando foram apresentadas denúncias de irregularidades em alguns frigoríficos, afetando, sobremaneira, a demanda pelas carnes, tanto no mercado interno quanto externo. Ressalte-se que, de um universo de cerca de 4.000 frigoríficos, somente 21 apresentaram irregularidades. Dezoito desses frigoríficos estão localizados no Paraná, dois em Goiás e um em Santa Catarina. Ademais, parte dos países importadores de carne brasileira passou a pagar um valor menor pelo produto após a deflagração da Operação.

Tabela 9.
Quadro de suprimentos de carne de frango

ANO	2013	2014	2015	2016*	2017*
ALOJAMENTO DE PINTOS DE CORTE (milhões de cabeças)	6.138,9	6.226,3	6.500,5	6.444,6	6.205,3
PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO (1.000 t)	12.663,0	12.945,9	13.546,6	13.523,5	13.111,2
EXPORTAÇÃO (1.000 t)	3.891,7	3.995,2	4.225,1	4.307,1	4.221,4
DISPONIBILIDADE INTERNA (1.000 t)	8.771,2	8.950,7	9.321,5	9.216,4	8.889,8
POPULAÇÃO (milhões de habitantes)	201,03	202,77	204,45	206,08	207,66
DISPONIBILIDADE PER CAPITA (kg/hab./ano)	43,6	44,1	45,6	44,7	42,8
Variação Percentual:					
ALOJAMENTO DE PINTOS DE CORTE (milhões de cabeças)	-	1,4%	4,4%	-0,9%	-3,7%
PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO (1.000 t)	-	2,2%	4,6%	-0,2%	-3,0%
EXPORTAÇÃO (1.000 t)	-	2,7%	5,8%	1,9%	-2,0%
DISPONIBILIDADE INTERNA (1.000 t)	-	2,0%	4,1%	-1,1%	-3,5%
POPULAÇÃO (milhões de habitantes)	-	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%
DISPONIBILIDADE PER CAPITA (kg/hab./ano)	-	1,2%	3,3%	-1,9%	-4,3%

Legenda: (*) Estimativa

Fonte: Assoc. Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte - APINCO; SECEX; IBGE; Conab

Nota: O alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne.

3.1.1. Preços

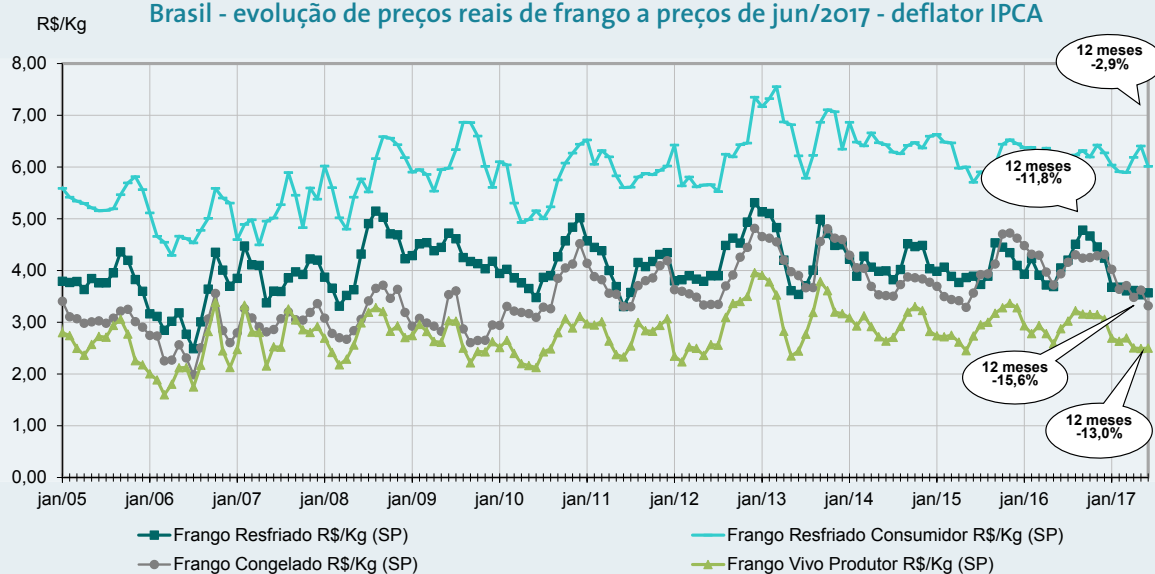
O Gráfico 1 mostra a evolução dos preços reais da carne de frango nos diversos níveis de mercado, deflacionados pelo IPCA de junho de 2017.

O primeiro semestre do ano mostra a sazonalidade de preços em queda, recuperando-se no segundo semestre. Todavia, em 2017 os preços apresentam desempenho negativo nos últimos doze meses do ano, no período acumulado de julho/2016 a junho/2017.

A atual conjuntura político/econômica do Brasil, aliada aos elevados níveis de desemprego têm reduzido a renda dos consumidores, contribuindo para essa redução de preços, não somente para a carne de frango, mas também para as outras carnes.

Gráfico 1.

Brasil - evolução de preços reais de frango a preços de jun/2017 - deflator IPCA



Fonte: Conab

3.2. Carne suína

A produção de carne suína deverá fechar 2017 com volumes próximos aos de 2016, conforme os dados de produção observados no primeiro semestre desse ano.

Um aumento da oferta mundial de carne suína produzida pelos EUA e Rússia (Tabela 6) inibe o aumento da produção brasileira.

Não há indicativos para aumento significativo do consumo interno de carne suína, devendo a disponibilidade per capita por habitante/ano permanecer por volta de 14,7kg.

Tabela 10.
Quadro de suprimentos de carne suína

ANO	2013	2014	2015	2016*	2017*
REBANHO (1.000 CABEÇAS)	36.743,6	37.930,3	40.332,6	40.918,7	41.099,9
PRODUÇÃO DE CARNE (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	3.422,0	3.627,0	3.676,0	3.731,4	3.721,9
IMPORTAÇÃO (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	12,2	15,4	10,3	13,8	14,4
EXPORTAÇÃO (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	528,3	504,8	499,2	735,9	687,6
DISPONIBILIDADE INTERNA (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	2.905,9	3.137,6	3.187,1	3.009,3	3.048,7
POPULAÇÃO (MILHÕES DE HABITANTES)	201,03	202,77	204,45	206,08	207,66
DISPONIBILIDADE PER CAPITA (KG/HAB./ANO)	14,5	15,5	15,6	14,6	14,7
Variação Percentual:					
REBANHO (1.000 CABEÇAS)	-	3,2%	6,3%	1,5%	0,4%
PRODUÇÃO DE CARNE (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	-	6,0%	1,3%	1,5%	-0,3%
IMPORTAÇÃO (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	-	26,2%	-33,1%	34,0%	4,3%
EXPORTAÇÃO (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	-	-4,5%	-1,1%	47,4%	-6,6%
DISPONIBILIDADE INTERNA (1.000 T EQUIV. CARCAÇA)	-	8,0%	1,6%	-5,6%	1,3%
POPULAÇÃO (MILHÕES DE HABITANTES)	-	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%
DISPONIBILIDADE PER CAPITA (KG/HAB./ANO)	-	7,0%	0,7%	-6,3%	0,5%

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal; SECEX; IBGE; ABIPECS/ABPA/7FLUIR; Conab.

Nota: As exportações e as importações, convertidos para equivalente carcaça

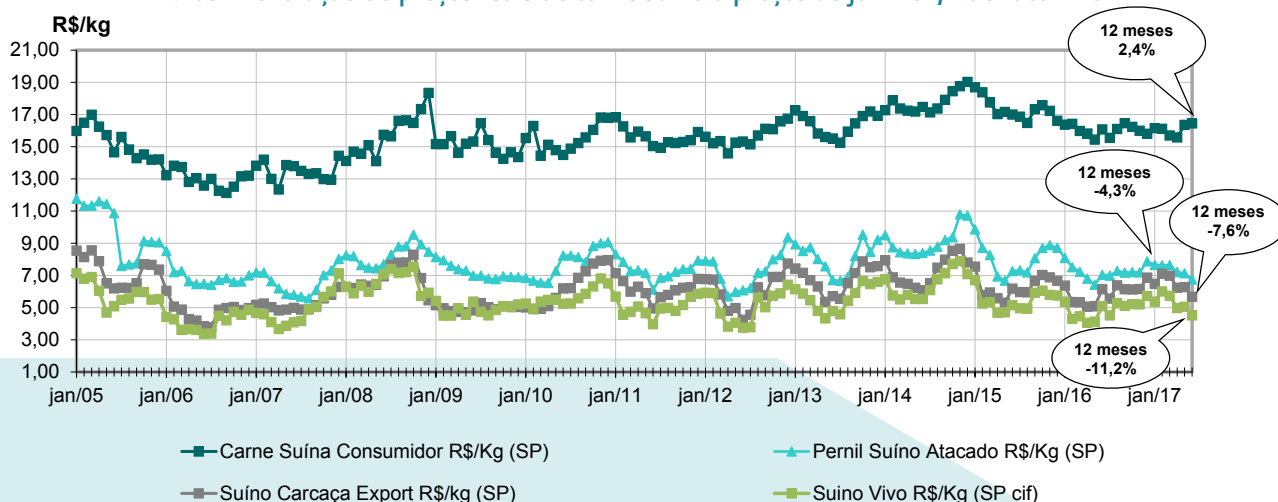
*estimativa

3.2.1. Preços

O Gráfico 2 demonstra a evolução dos preços reais da carne suína nos diversos níveis de mercado, deflacionados pelo IPCA de junho de 2017.

Gráfico 2.

Brasil - evolução de preços reais de carne suína a preços de jun/2017 - deflator IPCA



Fonte: Conab

O primeiro semestre do ano mostra a sazonalidade de preços em queda, recuperando-se no segundo semestre, comportamento este semelhante ao observado para a carne de frango. Da mesma forma, em 2017 os preços apresentam desempenho negativo nos últimos doze meses do ano, no período acumulado de julho/2016 a junho/2017.

Como já mencionado anteriormente, a atual conjuntura político/econômica do Brasil, aliada aos elevados níveis de desemprego são os principais fatores que contribuem para essa redução de preços.

4. Mercado externo

Conforme se observa na Tabela 11, o volume exportado no primeiro semestre de carne de frango indica uma redução de cerca de 2% para o período acumulado de janeiro a dezembro de 2017. Para a carne suína, essa redução estimada é de 0,4%. No entanto, ocorreu uma melhora nos preços internacionais em dólar por tonelada, com destaque para a carne suína, o que favorece a receita com as exportações.

Caso esse cenário prevaleça até o final do ano, não ocorrerá aumento expressivo dos volumes a serem exportados até dezembro.

Outro fator a se observar é o efeito das denúncias decorrentes da Operação Carne Fraca, que afetaram os volumes que deveriam ser embarcados a partir de março de 2017, com a suspensão das importações por diversos mercados. Embora vários mercados já tenham retomado essas importações, há uma pressão baixista nos preços internacionais que poderá refletir no segundo semestre de 2017.

Tabela 11.
Exportações anuais de carne de frango e suína

ANO	TIPO	RECEITA US\$ MILHÕES FOB	VAR	VOLUME MIL T LÍQUIDA	VAR	US\$/T	VAR
2013	FRANGO	7.966,5	-	3.891,7	-	2.047,05	-
	SUÍNA	1.353,1	-	513,3	-	2.636,14	-
	TOTAL	9.319,6	-	4.405,0	-	2.115,69	-
2014	FRANGO	7.932,6	-0,4%	3.995,2	2,7%	1.985,56	-3,0%
	SUÍNA	1.584,5	17,1%	490,6	-4,4%	3.229,47	22,5%
	TOTAL	9.517,1	2,1%	4.485,8	1,8%	2.121,61	0,3%
2015	FRANGO	7.070,5	-10,9%	4.225,1	5,8%	1.673,46	-15,7%
	SUÍNA	1.263,9	-20,2%	542,1	10,5%	2.331,35	-27,8%
	TOTAL	8.334,4	-12,4%	4.767,2	6,3%	1.748,27	-17,6%
2016	FRANGO	6.760,2	-4,4%	4.307,1	1,9%	1.569,57	-6,2%
	SUÍNA	1.469,5	16,3%	720,1	32,8%	2.040,73	-12,5%
	TOTAL	8.229,8	-1,3%	5.027,2	5,5%	1.637,06	-6,4%
2017*	FRANGO	7.175,7	6,1%	4.221,4	-2,0%	1.699,83	8,3%
	SUÍNA	1.777,8	21,0%	717,3	-0,4%	2.478,59	21,5%
	TOTAL	8.953,5	8,8%	4.938,7	-1,8%	1.812,93	10,7%

Legenda: (*) Estimativa
Fonte: MDIC / SECEX.

As estimativas atuais indicam uma redução de aproximadamente 2% nos volumes a serem exportados esse ano, porém com uma receita de cerca de US\$ 8,9 bilhões, ou seja, aproximadamente 9% acima daquela verificada em 2016.

Observe-se que existe uma incoerência entre as projeções do USDA para as exportações brasileiras, comparativamente aos dados divulgados pela Secex. As projeções do USDA encontram-se superestimadas e, certamente, serão revistas no próximo relatório a ser divulgado em outubro de 2017. Provavelmente, os efeitos da Operação Carne Fraca não foram captados a tempo, quando da divulgação do relatório do USDA, ocorrido em abril de 2017.

4.1. Carne de frango

Os principais mercados importadores da carne de frango brasileira estão demonstrados na Tabela 12:

Tabela 12.
Exportação de carne de frango - comparativo 2016-2017 - inteiros, partes e industrializados

DESTINO		ACUMULADO DE JAN A JUN (VOLUME EM TONELADA)		
		2016	2017	%
01	Arábia Saudita	379.764,8	320.588,6	-15,6%
02	Japão	215.142,3	206.552,3	-4,0%
03	China	255.718,8	195.281,3	-23,6%
04	África do Sul	123.118,9	152.140,1	23,6%
05	Emirados Árabes Unidos	159.216,3	145.016,4	-8,9%
06	Hong Kong	124.179,2	129.005,8	3,9%
07	Países Baixos	92.735,4	76.255,5	-17,8%
08	Egito	54.069,2	75.797,5	40,2%
09	Kuwait	64.459,9	60.868,0	-5,6%
10	Rússia	47.153,5	50.013,7	6,1%
11	Demais países (121)	711.537,5	667.528,1	-6,2%
TOTAL		2.227.095,9	2.079.047,2	-6,6%
TOTAL 10 MAIORES		1.515.558,4	1.411.519,2	
PARTICIPAÇÃO		68,1%	67,9%	

Fonte: MDIC/SECEX

O primeiro semestre de 2017 mostra um desempenho negativo em relação ao mesmo período de 2016. Com as negociações que vêm sendo efetuadas pelo governo brasileiro e pelo setor produtivo junto aos mercados importadores, espera-se que no segundo semestre ocorra a recuperação das remessas para aqueles mercados.

As exportações de carne de frango estão bem pulverizadas no mercado externo, considerando-se que os dez maiores importadores participam com aproximadamente 68% do volume total exportado pelo Brasil.

4.2. Carne suína

Os principais mercados importadores da carne suína estão demonstrados na Tabela 13:

Tabela 13.
Exportação de carne suína - comparativo 2016-2017

DESTINO		ACUMULADO DE JAN A JUN (VOLUME EM TONELADA)		
		2016	2017	%
01	Rússia	118.854,5	137.471,1	15,7%
02	Hong Kong	86.621,4	70.683,1	-18,4%
03	China	41.396,3	25.868,6	-37,5%
04	Argentina	9.575,8	17.274,9	80,4%
05	Cingapura	17.143,7	15.873,9	-7,4%
06	Uruguai	13.154,3	14.326,1	8,9%
07	Angola	15.319,0	13.897,4	-9,3%
08	Chile	10.053,0	10.342,7	2,9%
09	Geórgia	4.740,0	3.818,1	-19,5%
10	Emirados Árabes Unidos	4.355,2	3.791,8	-12,9%
11	Demais países (56)	25.775,7	23.325,4	-9,5%
TOTAL		346.988,9	336.673,2	-3,0%
TOTAL 10 MAIORES		321.213,3	313.347,8	
PARTICIPAÇÃO		92,6%	93,1%	

Fonte: MDIC/SECEX

Os volumes exportados de carne suína no primeiro semestre de 2017 mostram um desempenho, embora negativo em relação ao mesmo período de 2016, um pouco melhor que o da carne de frango. As negociações que vêm sendo efetuadas pelo governo brasileiro e pelo setor produtivo junto aos mercados importadores já têm demonstrado resultados com o restabelecimento dos embarques para vários mercados importantes.

Quanto à pulverização do mercado externo, a carne suína apresenta níveis de concentração de mercado muito elevados, com cerca de 93% para os dez maiores importadores do produto. Rússia, Hong Kong e China concentram os maiores volumes, tornando bastante vulneráveis para os produtores eventuais restrições ou quebras de contratos nesses três países.

5. Perspectivas para 2018

As melhoras no desempenho do setor estão condicionadas à recuperação da economia e da renda do consumidor. Os desdobramentos da atual crise política/fiscal do Brasil também são determinantes para a retomada do crescimento do setor produtivo.

Outro ponto a se destacar diz respeito à disponibilidade de milho para o setor no segundo semestre de 2017 e início de 2018. Com o estoque de passagem elevado, mesmo com um ritmo e volumes de exportação elevados, haverá produto suficiente para o abastecimento das granjas. No entanto, a conjuntura atual do grão merece especial acompanhamento por parte do setor produtivo, por haver uma excelente oportunidade de se formar estoques, evitando-se que, no futuro, se repita a situação de ano de 2016, que trouxe impactos tanto no abastecimento interno da ração quanto nos custos de produção.

5.1. Carne de frango

Mantendo a liderança como maior exportador mundial de carne de frango, o Brasil já exporta essa carne para cerca de 150 países, tornando-se cada vez mais difícil o acesso a novos mercados.

Já a União Europeia, China e o sudeste asiático continuam a apresentar surtos da influenza aviária, favorecendo a busca pelo produto brasileiro.

Em que pese nenhum registro da doença no território nacional, o Brasil implementa o Programa Nacional de Sanidade Avícola desde 1994, elaborando constante vigilância nas doenças de aves. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) aumentou a fiscalização nos portos, aeroportos e demais pontos de fronteira. O staff de quarentena e fiscalização já está alerta para aves vivas e produtos avícolas que entram no país.

5.2. Carne suína

A boa safra de milho brasileira (safra 2016/17) trouxe tranquilidade aos produtores no que se refere ao abastecimento de ração, de maneira que não há maiores preocupações quanto a essa questão tanto para o encerramento de 2017 quanto para 2018. Contudo, assim como para a produção de frango, há que se aproveitar o momento para formação de um estoque estratégico.

A concentração de mercados e a dificuldade de acesso a novos mercados continuam como principais fatores de preocupação para o setor. O ciclo produtivo, bem mais longo que o do frango (cerca de 170 dias), dificulta o planejamento do volume de alojamento para ajuste da oferta à demanda diante de um cenário futuro incerto.

A boa notícia para o exportador de carne suína está relacionada à melhora dos preços em dólar por tonelada, com reflexos positivos na receita.



FEIJÃO

JOÃO FIGUEIREDO RUAS



1. Introdução

O feijão tem um papel importante na dieta alimentar da população e também na geração de receitas dos pequenos produtores que utilizam força de trabalho familiar. A produção desse grão é bastante difundida em todo o território nacional e distribuída em três safras ao longo do ano, sendo o Brasil o terceiro maior produtor mundial. Até a década de 70, produziam-se apenas duas safras bem distintas: a 1ª safra, ou safra das águas, e a 2ª safra, ou safra da seca, caracterizadas como cultura anual.

Entretanto, com a profissionalização do plantio de forma empresarial, utilizando tecnologia de ponta, irrigação com pivôs centrais, sementes melhoradas e utilização maciça de insumos, a 3ª safra, também denominada como safra de inverno, com alta produtividade, alcançando em determinadas regiões acima de 3.500 kg/ha contra a média nacional pouco acima de 1.000 kg/ha, passou a ter um papel importante no equilíbrio da oferta no segundo semestre do ano. A cultura do feijão é muito suscetível às adversidades climáticas e, por isso, se caracteriza como um mercado dinâmico, apresentando intensa volatilidade de preços.

O comércio mundial do feijão é bastante limitado em função do consumo ser relativamente inelástico, já que se trata de um produto de consumo eminentemente interno, pois poucos países produzem visando o comércio externo. Todavia, para suprir as necessidades de demanda interna, o Brasil importa em torno de 150 mil toneladas por ano, sendo a maioria de feijão comum preto proveniente da Argentina.

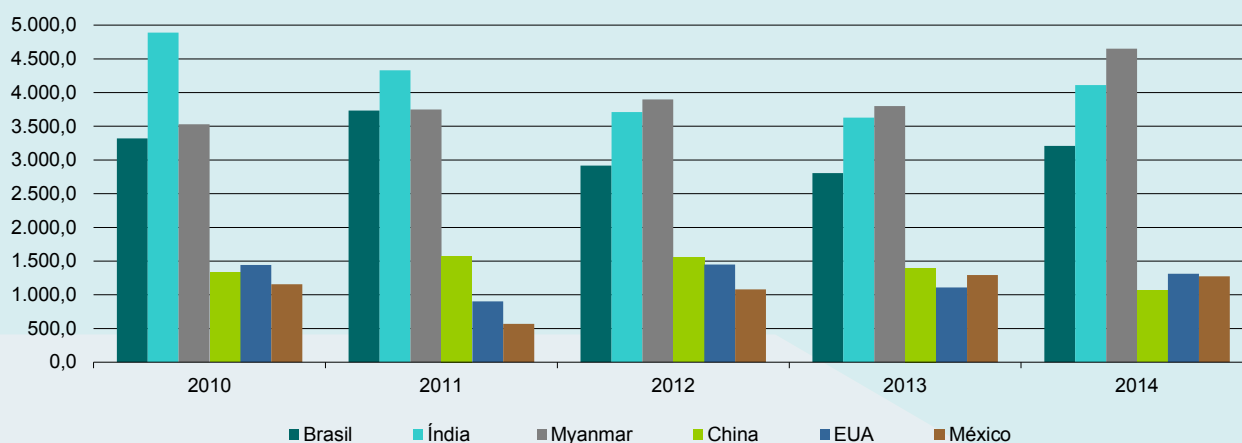
2. Panorama internacional

2.1. Produção mundial

A pouca importância comercial do produto no âmbito mundial, aliada à falta de um real conhecimento do seu mercado e ao pequeno consumo entre os países do primeiro mundo, limita a expansão do comércio internacional. Outro fator determinante do pequeno fluxo internacional é o fato dos grandes produtores serem também os grandes consumidores do produto, o que torna pequeno o excedente exportável.

Em se tratando dos hábitos alimentares, estes são bastante diversificados entre os países e mesmo entre regiões de um mesmo país, em termos da preferência por tipos, variedades e classes. Cerca de 61% da produção mundial deste produto é proveniente de apenas seis países. Myanmar é o maior produtor mundial dessa leguminosa, seguido da Índia. Surgem, ainda, como maiores produtores o Brasil, China, EUA e México.

Gráfico 1.
Produção mundial – 2009 a 2014



Fonte: FAO/Junho de 2017

2.2. Produção no Mercosul

Nos últimos quatro anos, a produção média de feijão em países que compõem o Mercosul, ficou em 3,06 milhões de toneladas, sendo o Brasil o principal produtor, com cerca de 3,0 milhões de toneladas anuais, seguido da Argentina (350,0 mil toneladas), do Paraguai (56,0 mil toneladas) e do Uruguai (3,5 mil toneladas).

O Brasil se destaca como o maior produtor e consumidor, com participação superior a 90% na produção e no consumo. A Argentina, segundo maior produtor, registra consumo per capita em torno de 470 g/ano, com saldo exportável médio de 180,0 mil toneladas anuais. O feijão é produzido, principalmente, na região noroeste do país, nas províncias de Salta, de Santiago del Estero, de Jujuy e de Tucumã.

As principais classes produzidas na Argentina são o comum preto e o comum branco, comercializadas em mercados distintos. Cerca de 90% do feijão branco é destinado à exportação. A União Europeia é a principal importadora dessa classe, sendo a Espanha sua principal consumidora, seguida de Portugal, da Itália e da França. O feijão comum preto é exportado em

sua totalidade, já que não existe consumo na Argentina para essa cultivar. O Brasil se destaca como principal importador dessa variedade, com destaque também para a Venezuela.

3. Panorama nacional

Na temporada em curso 2016/2017, a produção de feijão comum cores representou 63,2% do volume produzido, a de feijão preto, 15,2%, e a de caupi, 21,6%. O feijão comum cores está distribuído de forma uniforme nas três safras anuais. O feijão comum preto concentra-se no Sul do país e cerca de 63,5% de sua produção é oriunda da 1ª safra. A variedade caupi, cultivada na Região Norte/Nordeste e no Mato Grosso, concentra-se na 2ª safra, à exceção da produção do estado da Bahia.

Tabela 1.
Produção por classe 2016/17 estimada no 10º Levantamento de Safras

CLASSE	1ª SAFRA	2ª SAFRA	3ª SAFRA	TOTAL
C. CORES	858,9	613,8	654,2	2.126,90
C. PRETO	318,7	187	6,5	512,2
CAUPI	211	439,6	74,5	725,1
TOTAL	1.388,60	1.240,40	735,2	3.364,20

Fonte: Conab

Nota: 1ª Safra: colheita de Nov. a Mar. - concentração Região Sul, MG, SP, GO, PI e BA.

2ª Safra: colheita de Abr. a Jun. - concentração na Região NE, PR, MT, RO, PA e GO.

3ª Safra: colheita de jul. a out. - concentração nos Estados de MG, SP, GO, BA, PE e AL.

3.1. Comportamento da temporada - 2016/17

1ª safra ou safra das águas: colheita de novembro a abril – concentração nas Regiões Sul, Sudeste, Goiás, Piauí e Bahia.

A pesquisa da Conab registrou uma área plantada de 1.105,4 mil ha, o que configura um crescimento de 13,0% em relação à safra anterior. Essa evolução foi influenciada pelas atrativas cotações do produto verificadas em todo o decorrer de 2016. A produtividade média foi estimada em 1.250 kg/ha, 18,3% acima da anterior, e a produção ficou estabelecida em 1.388,6 mil toneladas, representando um acréscimo de 34,3%.

A Região Sul do país foi responsável por 39,4% da produção (547,6 mil t), seguida pela Sudeste, com 29,3% (408,2 mil t) e pela Nordeste, com 18,0% (250,2 mil t). Cabe destacar que da produção oriunda do Sul do Brasil, 239,8 mil toneladas são de feijão comum cores e 307,8 mil toneladas de feijão comum preto. Apesar do clima ter contribuído para uma produtividade bem superior à safra passada, o rendimento ficou aquém do potencial produtivo devido às estiagens e altas temperaturas verificadas em outubro e novembro e ao excesso de chuvas em maio e junho (período de colheita).

No estados do Paraná e de Santa Catarina, houve acréscimos de 46,3% e 5,0%, respectivamente, na superfície cultivada com o feijão comum cores. Já o feijão comum preto recuou nos estados do Paraná (-10,6%) e Rio Grande do Sul (-5,1%) e aumentou em Santa Catarina (23,6%).

São Paulo foi o estado que apresentou maior incremento no cultivo. Estima-se que foram cultivados 81,1 mil ha, ou seja, 62,2% a mais que o registrado na safra anterior. O plantio foi realizado sob irrigação e ocorreu nos meses de julho e agosto, e a colheita a partir de novembro. As maiores áreas foram localizadas na região sudoeste do estado (Itaí, Itapeva Taquarituba e Capão Bonito).

Apesar do expressivo aumento de 354,3 mil toneladas na produção em relação à safra anterior, os preços estiveram remuneradores. Nos meses de janeiro, de fevereiro e de março, os produtores paranaenses receberam em média R\$ 116,15, R\$ 105,00 e R\$ 128,50/60 kg, respectivamente, pelo feijão carioca, e R\$ 162,00, R\$ 127,40 e R\$ 130,10 pelo feijão comum preto. Em Minas Gerais, os produtores foram ainda melhor remunerados e receberam R\$ 153,00, R\$ 116,30 e R\$ 145,60 por saca pelo feijão carioca.

2ª safra ou safra da seca: colheita de abril a julho – concentração nas Regiões Nordeste, Sul, Sudeste, Mato Grosso, Rondônia e Goiás.

Na 2ª safra, foram cultivados 1.401,5 mil hectares, 6,9% acima da safra anterior. A produtividade média foi estimada em 885 kg/ha, 27,2% acima da obtida em 2016. Assim, a produção fechou em 1.386,6 mil toneladas, representando um acréscimo de 35,9% em relação à safra de 2016. As boas condições climáticas favoreceram a cultura.

A exemplo da 1ª safra, o feijão carioca também é o mais produzido na 2ª safra. Estima-se uma produção de 613,8 mil toneladas, 23,7% superior à safra anterior, resultado dos aumentos de área (5,1%) e de produtividade (17,7%). O aumento de área ocorreu devido aos atrativos preços do produto na época do plantio e à proibição do plantio da soja 2ª safra no Paraná. Em função das geadas ocorridas no final de abril e do excesso de chuvas nos meses de maio e de junho, houve redução na qualidade do grão e no rendimento das lavouras em comparação com as safras consideradas normais.

Para o feijão comum preto, a estimativa é de 187,0 mil toneladas numa área de 130,1 mil hectares. No Paraná, a cultura registra uma área total de 85,3 mil hectares, o que representa um incremento de 16,8% em relação à safra anterior. Esse aumento se deve ao preço atrativo do produto na época do plantio e também devido à proibição da soja 2ª safra. Sobre a produtividade, o aumento no rendimento se deve às boas condições climáticas ocorridas no início do ciclo das lavouras. No entanto, na última semana de abril, a região sudoeste foi acometida por geadas de média intensidade e houve a ocorrência de chuvas em todo o estado nos meses de maio e junho, prejudicando a qualidade do grão.

Em Santa Catarina, as lavouras de feijão comum cores não foram tão afetadas pelas geadas ocorridas no final de abril, haja vista que o plantio dessa classe ocorre a oeste do estado, local onde o fenômeno foi menos intenso. Contudo, semelhante ao que ocorre com o feijão comum preto, as chuvas ocorridas nos meses de maio e junho comprometeram a qualidade do produto nas localidades onde as lavouras atravessavam as fases de maturação e colheita.

Já as lavouras catarinenses de feijão comum preto foram afetadas pelas baixas temperaturas e pela formação de geada na última semana de abril, comprometendo a produtividade e qualidade do produto em parte das regiões produtoras, principalmente no Planalto Norte e parte do oeste. Em algumas regiões onde as lavouras estavam finalizando a formação de grãos,

as perdas foram bastante elevadas. Além da perda em quantidade, a qualidade do grão ficou comprometida em parte das lavouras, resultando em grãos menores e descoloridos devido a não finalização do desenvolvimento. Chuvas constantes e poucos períodos de sol dificultaram a colheita e comprometeram ainda mais a qualidade do produto. Com isso, a produtividade recuou em 14,2% em relação à safra anterior, passando de 1.982 kg/ha para 1.700 kg/ha.

Em Minas Gerais, a área plantada recuou 2,4% em razão do vazio sanitário em alguns municípios da região noroeste do estado. No entanto, houve incremento de 14,1% na produtividade, propiciado pelas chuvas suficientes e bem distribuídas nas principais regiões produtoras. Mesmo com uma menor área, a produção estimada em 167,2 mil toneladas superou em 11,2% a registrada em 2016.

Em Goiás, a expressiva redução na área é explicada pelo receio dos produtores com a mosca-branca (*Bemisia tabaci*), uma vez que a mesma causa enorme prejuízo às lavouras pela transmissão do vírus do mosaico dourado, principal virose que afeta o feijoeiro. A preocupação dos produtores é que a 2ª safra sirva de multiplicadora da mosca-branca para o feijão 3ª safra.

No Mato Grosso, a área plantada foi estimada em 218,2 mil ha, contra 186,0 ha na safra anterior. Esse aumento de 17,3% se deve principalmente às boas expectativas de mercado. A produtividade apurada foi de 1.177 kg/ha, ante aos 766 kg/ha na safra anterior, variação de 53,6%. Com isso, o volume de produção chegou a 256,8 mil toneladas, bem acima das 142,5 mil toneladas colhidas na safra anterior. Do total da área cultivada no estado, 189,8 mil ha refere-se ao feijão caupi, e o forte da comercialização dessa cultivar é o mercado futuro, com destino à exportação, com destaque para Índia e Egito.

No Tocantins, a área cultivada com o feijão caupi teve incremento de 261,6%, se comparada à safra passada. Os principais responsáveis por esse expressivo aumento foram três produtores de Silvanópolis. Após a frustração da safra passada e dada a expectativa futura de preços, esses produtores substituíram 100% da área cultivada com o milho na 2ª safra pelo feijão caupi. Também ocorreu aumento da área de cultivo do feijão caupi em Darcinópolis, visando atender ao mercado do Nordeste. A produção foi estimada em 18,4 mil toneladas, 360,0% maior que a safra passada.

Em São Paulo, a segunda safra é plantada e colhida antes que a soja comece a florescer e a mosca-branca, hospedeira do vírus do mosaico dourado, acabe se proliferando de modo descontrolado. Como se multiplica rapidamente, em torno de 20 dias, com o favorecimento da umidade e do calor, o vírus pode causar grandes prejuízos nos feijoeiros. Essa praga, de difícil erradicação, tem limitado o plantio da 2ª safra, pois os danos causados por essa infestação podem comprometer toda a lavoura. Contudo, o levantamento constatou um ligeiro aumento na área de 1,3% no estado, mesmo com a aversão do produtor aos riscos inerentes da safra da seca.

Nesta 2ª safra, a produção nacional superou em 327,7 mil toneladas a colhida em 2016. Contudo, as cotações continuaram remuneradoras e apresentaram as seguintes variações em 2017:

Tabela 2.
Segunda safra no Paraná e em Minas Gerais

ESTADO	TIPO	MESES					
		ABRIL		MAIO		JUNHO	
PARANÁ	CARIOCA	127,00	145,00	128,50	263,00	132,00	196,00
	PRETO	120,00	134,00	118,50	149,00	134,00	196,00
MINAS GERAIS	CARIOCA	140,00	154,00	145,00	233,00	163,00	249,00

Fonte: Conab

Nota: 1ª Safra: colheita de Nov. a Mar. - concentração Região Sul, MG, SP, GO, PI e BA.

2ª Safra: colheita de Abr. a Jun. - concentração na Região NE, PR, MT, RO, PA e GO.

3ª Safra: colheita de jul. a out. - concentração nos Estados de MG, SP, GO, BA, PE e AL.

3ª safra ou safra de inverno: Colheita de junho a outubro – concentração em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Bahia, Pará, Pernambuco e Alagoas

A área está estimada em 607,7 mil ha, 11,0% maior que a cultivada na safra anterior. Em função da expansão da área e do significativo ganho de produtividade, saindo de 1.034 kg/ha para 1.210 kg/ha (17,0%), a previsão é de uma produção de 735,1 mil toneladas, o que representa um aumento de 29,7% acima da anterior, ou mais 168,5 mil toneladas.

No nordeste da Bahia, importante polo produtor, é estimada uma área plantada de 219,8 mil ha, e uma produção de 141,3 mil toneladas. Devido às irregularidades climáticas, a semeadura foi concluída no início de julho, apresentando um forte atraso quando comparada com as safras consideradas normais. Desta forma, os plantios estão bem diversificados, desde as fases de germinação ao início do florescimento, mas apresentando, até o momento, ótimo desenvolvimento.

Os cultivos mais produtivos estão nas microrregiões de Ribeira do Pombal e Alagoinhas, que representam cerca de 30% da área cultivada no estado. Nelas as lavouras são mecanizadas e há grande utilização de fertilizantes e defensivos. As microrregiões de Serrinha, Riachão do Jacuípe, Paulo Afonso e Feira de Santana são caracterizadas pelo cultivo em áreas menores com pouca mecanização agrícola e pouco uso de fertilizantes e defensivos. Nessas áreas ocorre o emprego da mão de obra familiar e o plantio consorciado com milho, sendo que o cultivo nessas microrregiões ocupa os 70% restantes da área cultivada com o feijão de inverno na Bahia. A colheita já teve início, mas seu ápice está previsto para meados de agosto.

No Pará, os plantios são realizados no regime de sequeiro e em sistema convencional. A safra atual apresentou uma forte redução no cultivo de feijão comum cores, que foi compensada, com sobras, pelo feijão caupi. A mesorregião do sudoeste paraense responde pelo cultivo de 3.545 ha, correspondendo a 58,1% da área cultivada no estado. Os demais cultivos estão distribuídos nas mesorregiões do baixo Amazonas, sudeste paraense e metropolitana de Belém, principalmente nos municípios de Castanhal e Bujaru.

Em São Paulo, praticamente todo o plantio é realizado sob irrigação, nos seus diferentes métodos: pivôs, várzea úmida, etc. Esse plantio apresenta como vantagens, entre outras, excelentes produtividades, menor risco e a entrada do produto no mercado em épocas não tradicionais, além de permitir a produção de sementes de melhor qualidade. Contudo, devido à restrição hídrica, o plantio tende a recuar cerca de 11%.

No Mato Grosso, cerca de 90% da área é semeada com a cultivar carioca e conduzida sob pivôs. Inicialmente projeta-se a manutenção da área cultivada em 2016. Contudo, espera-se uma produtividade de 2.103 kg/ha, 2,6% acima da safra anterior.

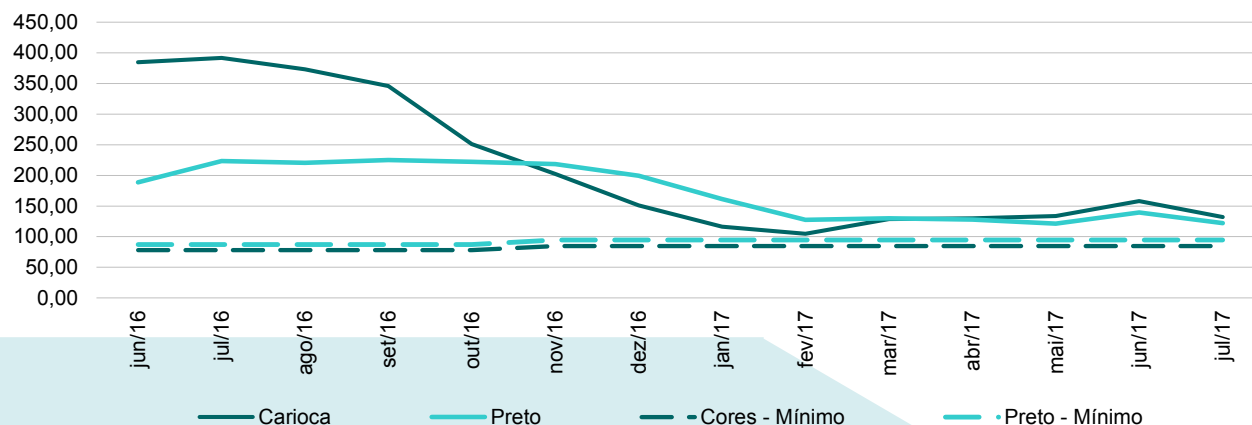
Em Goiás, muitos produtores anteciparam o plantio antevendo problemas como a falta de água. Algumas áreas do leste goiano já estão na fase de florescimento e enchimento de grãos, enquanto no município de Luziânia há incerteza da manutenção das áreas cultivadas em razão da limitação de água nas barragens. Em Cristalina, foram realizados estudos hidrológicos nas bacias principais e a demanda de água é cada vez maior devido à implantação de outras culturas como batata, cebola, alho, hortaliças e fruticultura. Logo, projeta-se um cenário de retração de área de feijão no município. No sudoeste goiano, o clima está favorável para a cultura, com as temperaturas mais amenas, o que contribui para que a população da mosca-branca não atinja níveis elevados.

Em Minas Gerais, as chuvas de maio e junho propiciaram melhores condições para o plantio do feijão 3ª safra por deixar o solo com boa umidade. Contudo, essa mesma ocorrência favoreceu o ambiente de desenvolvimento do mofo branco. Ressalta-se que o plantio foi intensificado ao longo do mês de julho. Apesar das boas expectativas de mercado, a área destinada à cultura apresenta um decréscimo de 1,0% em relação à safra anterior. Isso se deve ao atraso da colheita do milho segunda safra em alguns municípios e da indisponibilidade de água nos reservatórios que abastecem os pivôs.

Neste segundo semestre do ano, a quase totalidade do produto ofertado no mercado é, basicamente, de feijão comum carioca, uma vez que o plantio de feijão caupi e, principalmente, o de feijão comum preto são inexpressivos. Essa última cultivar se limita a um pequeno percentual conduzido sob pivôs e em algumas áreas plantadas na região de Garanhuns (PE).

A partir de maio, diante da expectativa de uma boa 3ª safra com produtos de melhor qualidade, a demanda enfraqueceu e os preços entraram em trajetória de queda. No Paraná, em junho, os preços recebidos pelos produtores do feijão carioca recuaram, em média, de R\$ 191,00 na primeira semana para R\$ 137,00/60 kg na última semana. Para o feijão comum preto, o recuo foi de R\$ 140,50 para R\$ 133,30 a saca. Em Minas Gerais, nesse mesmo período, as cotações passaram de R\$ 249,00 para R\$ 163,00. Em julho os preços continuam em queda e estão cotados, na penúltima semana, para o produto irrigado de melhor qualidade, em torno de R\$ 128,00.

Gráfico 2.
Preços recebidos pelos produtores no Paraná – R\$/60 kg



Fonte: Conab

3.2. Suprimento

Tabela 3.
Quadro de suprimento Brasil – comum cores, preto e caupi (em mil t)

ANO -SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO NACIONAL	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO APARENTE	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE DE PASSAGEM
2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
2015/16(*)	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
2016/17(*)	186,0	3.364,0	150,0	3.700,0	3.350,0	120,0	230,0

Legenda: (*) Dados estimados em junho de 2017
Fonte: Conab; Secex

O mercado está sendo abastecido com a produção oriunda da 2ª e 3ª safras e com uma pequena parcela de produto importado. A colheita da 3ª safra começou em julho, e o volume a ser produzido complementar o abastecimento interno até o mês de novembro, quando, a partir daí, terá início a colheita da 1ª safra da temporada 2017/18.

4. Perspectivas para a temporada 2017/2018

Em função da implantação do vazio sanitário que limita o plantio em Goiás e Minas Gerais para meados de junho e 1º de julho, respectivamente, da intensificação da colheita da safra irrigada e da produção da região nordeste da Bahia, espera-se uma concentração de ofertas para os meses de agosto e setembro. Com isso, as cotações, ainda em bons patamares, vêm recuando significativamente, podendo ficar em torno de R\$ 100,00 a saca nos próximos dois meses. No entanto, os estoques estão baixos e praticamente todo o feijão colhido nas duas primeiras safras foi vendido pelos produtores.

O pouco volume colhido proveniente das lavouras irrigadas está sendo negociado de imediato, não existindo sobras, sinalizando que a oferta está bem restrita. A partir de outubro, a oferta deverá reduzir bastante, e os preços contam com maiores chances de retornar para um movimento de alta, podendo apresentar valores próximos aos praticados atualmente (R\$ 128,00 a saca). Este cenário deve-se alongar até dezembro de 2017, quando começará a entrar no mercado uma boa quantidade da produção paranaense oriunda da safra das águas (10 Safra 2017/2018).

De acordo com relatos de alguns empacotadores de grande porte ao Diretor do Bol-sinha Informativos, Auro Nagay, o consumo de feijão vinha se recuperando lentamente da queda sofrida em 2016. Entretanto, em maio e junho/17, os preços subiram demasiadamente e chegaram entre R\$ 6,00 e R\$ 8,00 o quilo no varejo, fato este que pode ter comprometido um pouco a recuperação do consumo. Segundo Auro, se os preços não tivessem subido tanto nos referidos meses, o mercado apresentaria uma liquidez maior, e os produtores estariam sendo melhor remunerados ao longo de todo o ano com um escoamento melhor da sua produção.

A 1ª safra da temporada 2017/2018 deve contar com uma área plantada pouco superior a safra anterior em função dos bons preços recebidos pelos produtores e o mercado desfavorável para a cultura do milho. No Paraná, muitos produtores estão optando por reduzir o plantio do feijão comum preto na primeira safra em detrimento ao feijão comum cores e à soja.

Minas Gerais, segundo maior estado produtor, aponta para, na pior das hipóteses, manutenção da área plantada. Apesar dos preços em queda, o valor praticado pelo mercado ainda remunera substancialmente o produtor. No entanto, os longos períodos de estiagens que normalmente ocorrem a partir da segunda quinzena de dezembro a final de janeiro têm prejudicado acentuadamente a produtividade e a qualidade do produto. Ainda, a infestação da mosca branca em determinadas regiões acaba inibindo um maior crescimento na área plantada.

Em São Paulo, o cultivo ocorre bem mais cedo do que nos demais estados do país. Em Itapeva, maior município agrícola e irrigante do estado, a expectativa é de um expressivo crescimento na área a ser plantada em comparação com a safra anterior. Alguns produtores anteciparam a semeadura para o final de junho e início deste mês de julho com o propósito de colher mais cedo e conseguir uma melhor remuneração na venda do grão. Nos municípios de Taquarituba, Itaí, Capão Bonito, Avaré, dentre outros, os agricultores começam a semear o feijão em agosto, e a colheita se dá a partir de novembro, correndo sério risco de chuvas na colheita.

Na 2ª safra, provavelmente o feijão comum preto e, principalmente, o comum cores devem aumentar a área de cultivo, notadamente no Sul do país. Esse comportamento pode ser explicado pelo mercado mais favorável em relação ao milho e pela proibição do plantio da soja 2ª safra, como medida preventiva da praga causadora da ferrugem asiática.

Nos demais estados da Região Centro-Sul do país, não deverão ocorrer oscilações significativas no plantio em relação à superfície ocupada anteriormente. Por outro lado, nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, predominam agricultores familiares que cultivam normalmente a área histórica em sistema de consórcio, não se prendendo muito ao comportamento do mercado. Assim, caso não haja externalidades climáticas, a área deverá ser mantida.

Cabe esclarecer que, desde 2016, aumentou o interesse dos produtores na utilização de semente certificada. Apesar da boa procura, diminuiu de forma significativa a oferta de sementes e, conseqüentemente, cresceu o uso de grãos para o plantio. Cerca de 85% dos produtores, após a colheita da safra, guardam parte da sua produção, que é utilizada para o plantio da safra seguinte, como se fosse semente. Para o produtor, tal atitude sai mais em conta do que adquirir sementes certificadas e legalizadas, mas segundo pesquisadores, ao agir dessa forma, os produtores perdem em produtividade e qualidade do produto final. O custo com sementes, levando em conta os seus benefícios, é o menor entre todos os outros custos de produção.

Nos meses de dezembro a fevereiro, como de hábito, ocorre uma forte queda no consumo, ocasionada pelas festividades de final de ano e férias escolares. Assim, com o mercado pouco demandado e com a expectativa do volume a ser colhido na 2ª safra, os preços tendem a recuar a partir de janeiro/18, mas para valores acima do mínimo oficial, provavelmente por volta de R\$ 110,00 a saca.

Como já mencionado, nos últimos anos, a segunda safra de feijão vem aumentando no Paraná, mas alguns produtores acabam não tomando os cuidados necessários antes de plantar o feijão após a colheita da soja na 1ª safra. O resultado é a presença de grãos de soja no feijão, o que acaba depreciando o seu valor e dificultando a venda.

O mercado atacadista de São Paulo, principal formador de preços, recebe mercadoria de várias regiões do país. Muitas sacas apresentam grande variação de qualidade dos grãos dentro da mesma cor (peneira, manchas, umidade, soja, etc.). Por isso, diante dos defeitos, ocorre uma enorme variação de preços.

Quanto à 3ª e última safra, torna-se prematuro qualquer prognóstico. No entanto, nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, o plantio é conduzido por meio de irrigação e não deve apresentar oscilações significativas com relação à superfície a ser cultivada e à produção. Já na Região Nordeste, as lavouras são conduzidas no regime de sequeiro e dependem do clima.

Pontos importantes para o plantio do feijão:

- O elevado patamar de preços na comercialização de 2016 e os valores bem remuneradores verificados no primeiro semestre deste ano são os principais pontos de estímulo ao plantio da próxima temporada;

- O Brasil não é autossuficiente na produção e depende de importações de feijão preto para suprir o abastecimento interno, basicamente de feijão comum preto;
- Papel importante na alimentação da população rural e também gerador de receitas dos mini e pequenos produtores que se utilizam da força de trabalho familiar;
- Se ocorrer falta ou excesso de produto em determinada safra, pode-se promover o ajuste na safra seguinte objetivando regular o abastecimento a curto prazo; e

4. Considerações finais

O produtor é tomador de preços e, para se manter na cultura, deve estar atento aos dados de produção, clima, histórico das safras, qualidade do grão a ser cultivado, novas tecnologias, entre outros fatores que nortearão sua decisão. Logo, o momento e a área destinada ao plantio são ponderados para maximizar sucesso econômico e minimizar os prejuízos. A valorização do Dólar frente ao Real tem influenciado na elevação dos custos de produção e, consequentemente, nas decisões dos produtores. Ademais, parcela significativa dos produtores em Minas Gerais e em Goiás estão apreensivos em relação ao plantio devido ao intenso ataque da mosca branca, praga que transmite o mosaico dourado e eleva o dispêndio financeiro sobremaneira.

No Paraná, o sistema de plantio direto tem sido um dos mais utilizados. É um sistema de manejo do solo, que substitui o convencional, comprovadamente superior em muitas circunstâncias, notadamente por não utilizar as operações mecânicas de preparo do solo para o plantio, sem qualquer tipo de revolvimento. Sua vantagem é expressa no menor custo representado pela redução das horas-máquina empregadas e por manter o solo mais protegido pela cobertura vegetal.

No estado acima mencionado, a safra das águas inicia-se no final de julho a meados de agosto na região sudoeste, como forma de se atingir melhores preços, visto que, na ocasião da colheita, as outras regiões não contam com quantidades expressivas do produto recém-colhido no comércio. A condução da cultura segue até meados de dezembro. Os produtores, que não utilizam tecnologias, continuam semeando pequenas áreas a partir de outubro e colhem normalmente durante o pico da safra, recebendo usualmente menores valores pela produção.

Neste cenário, vale ressaltar que os produtores precisam estar sempre atentos às novas cultivares, pois além do alto potencial de rendimento e resistência às doenças, essas variedades mantêm o tegumento do grão mais claro por um longo período (cerca de um ano), como se fosse um grão recém-colhido. Com isso, há perspectivas de margens melhores para o agricultor.

Ressalta-se que as pesquisas dessas cultivares vêm resultando em qualidade do grão e em agregação de valor. Já as cultivares tradicionais de grão carioca escurecem rápido, em torno de dois meses depois de colhido, tendo o grão aparência de feijão velho. Desta forma, o agricultor, que segura esse tipo de grão no intuito de mais tempo para negociá-lo, acaba se vendo obrigado a aceitar um baixo valor sugerido pelo mercado por se ver com um produto preterido e também depreciado.

O mercado de feijão é dinâmico e por esse motivo apresenta uma expressiva oscilação de preços e, frequentemente, quem planta mais cedo obtém melhor cotação na comercialização do produto. O ideal seria fugir da concentração da colheita, pois o excesso de oferta influi negativamente nos preços.

No Paraná, o plantio da 3ª safra é inexpressivo, limitado a algumas áreas de alto risco cultivadas no norte do estado. Já a 2ª safra configura-se hoje como a maior. Tomando por base o custo médio de produção elaborado pela Conab em janeiro/16, quando se inicia a semeadura da 2ª safra naquele estado, têm-se:

- Custo de produção: R\$ 2.586,30/ha
- Produtividade média: 29,2 sacos/ha
- Custo por saca: R\$ 88,57
- Considerando o preço médio de junho/julho: R\$ 145,90/saca
- Receita líquida: R\$ 2.586,30 – R\$ 4.260,28 = R\$ 1.673,98/ha

Em Unai (MG), o custo médio de produção de uma lavoura irrigada estimado pela Conab é de R\$ 4.593,65 por hectare. Com isso, ao considerar uma produtividade média por hectare de 55 sacas, comercializadas ao preço médio de junho/julho R\$ 175,89/saca, chega-se a uma receita de R\$ 9.508,95, o que representa pouco mais de duas vezes o investimento realizado pelo produtor.

Os valores praticados no mercado têm tido grandes oscilações, ora positivas, ora negativas, atribuídas basicamente a fatores climáticos como a quebra das safras em 2012, 2013 e 2016, sendo neste último ano os maiores valores recebidos pelos produtores em preços reais. Em algumas situações, os produtores não tiveram como aproveitar os elevados preços, tendo em vista que boa parte da produção foi frustrada e/ou comercializada a preços abaixo dos custos de produção em virtude da má qualidade do grão.

Cabe reiterar a importância de se adotar as práticas agrícolas adequadas na hora do plantio como forma de evitar problemas na comercialização. Uma mercadoria de boa qualidade sempre conta com uma boa demanda e preços compensadores. Em 2016 e neste ano, por exemplo, os preços praticados no mercado encontram-se bem remuneradores. No entanto, em vários lotes ofertados no mercado disponível em São Paulo, foi constatada a presença de soja, o que pode ser resultado de sucessão adotada por alguns produtores.

4.1. Dinamização do cultivo

A cultura vem mudando de padrão e os produtores, se profissionalizando cada vez mais em uma busca constante por alternativas modernas no uso de tecnologias. No entanto, o plantio de feijão no país é efetuado por meio de sementes caseiras ou grãos comerciais por volta de 85% dos produtores. Esta atitude talvez seja o motivo para o insucesso de tantas lavouras, pois são inúmeros os trabalhos científicos que provam que o uso delas causa a degeneração

varietal, a contaminação por patógenos e danos mecânicos às máquinas agrícolas.

Um dos principais entraves na comercialização está no fato do maior volume da produção nacional (cerca de 40%), ser do grupo carioca de alta deterioração. Apesar de contar com a preferência nacional, esta variedade tem aceitação limitada em outros países. Portanto, quando ocorre quebra de safra e o produto fica escasso no mercado, não existe alternativa de substituição; e ao contrário, quando ocorre excesso de oferta, não há como escoar o excedente para o mercado internacional e a mercadoria fica escurecendo nos armazéns, perdendo qualidade e onerando os custos de carregamento, o que gera forte deságio na venda.

Diante dos riscos em armazenar o feijão carioca, mesmo que por um curto período, pesquisadores desenvolveram cultivares, já disponíveis no mercado, que mantêm a tonalidade do tegumento do grão por mais de um ano. Dentre essas novas variedades, pode-se citar as variedades dama, milênio, alvorada, estilo, requinte e ANFC9. Tais sementes aos poucos estão ganhando mercado devido à boa produtividade e bom caldo e vêm sendo bastante demandadas por algumas empresas de empacotamento. Aos poucos ocorrerá uma significativa substituição do feijão carioca, criando um mercado de opção diferenciado, cujos preços serão mais atrativos.

Firmas do setor privado têm se interessado pelo melhoramento genético do feijoeiro, com preferência por plantas de porte ereto para a colheita mecânica, como é o caso do Mato Grosso. Neste estado, cerca de 3/4 da produção é da cultivar caupi e o grande problema é a logística de comercialização, uma vez que o mercado consumidor é a Região Nordeste do Brasil e países como o Egito, Índia, entre outros. Deve-se esclarecer que essa diversificação está sendo beneficiada pelo baixo custo de produção e pelas qualidades nutricionais do produto. O caupi é uma excelente fonte de proteínas, aminoácidos essenciais, carboidratos, vitaminas e minerais e é um alimento básico para as populações, em especial as de baixa renda.

O acesso ao mercado internacional representa um salto importante nas estratégias de produção e comercialização. Produzir para o mercado externo significa atingir níveis superiores de qualidade dos produtos, tendo em vista as exigentes condições que prevalecem no comércio internacional, além da competitividade nos custos de produção.

Outros benefícios advindos da exportação decorrem da diversificação dos mercados, viabilizando maiores volumes de produção; da incorporação de novas tecnologias produtivas; e do aperfeiçoamento da qualificação da mão de obra. O Brasil apresenta grandes vantagens competitivas, além da boa produtividade. São três colheitas anuais contra uma dos demais países, o que nos permite antecipar informações fundamentais para o plantio (preço, clima, etc).

A exportação é uma etapa a ser conquistada com outras cultivares, pois o Brasil tem clima, área disponível e alta tecnologia, podendo produzir qualquer variedade e se adaptar às exigências de qualquer mercado. Para tanto, é preciso levar ao consumidor, por meio de palestras e campanhas publicitárias, informações sobre os benefícios do feijão à saúde. Ademais, é importante o investimento em tecnologia de rastreabilidade do produto para que, dessa forma, haja agregação de valor ao produto e maior segurança aos consumidores.

É consenso que falta um plano de acesso aos mercados no mundo. O setor precisa reverter essa tendência, já que a influência dos produtos de rápido preparo tem sido negativa para o feijão. O modismo, por exemplo, tem levado boa parte dos consumidores mais jovens a optar pelos sanduíches, massas, biscoitos e refrigerantes. O mercado de feijão é promissor, principalmente para o atendimento da merenda escolar, refeições coletivas e cestas básicas. Há também alguns *food services* que servem o feijão: Habib's, Giraffas, Bom Grille, além de restaurantes de classe C, D e E, que representam atualmente boa parte do consumo de alimentos fora do domicílio.

* Agradecimentos a todo o apoio e dedicação do colaborador Auro Nagay, Diretor da Bolsinha Informativos, profissional reconhecido no mercado, além de parceiro nessa jornada empreendida diariamente.



LÁCTEOS

MARIA HELENA FAGUNDES



1. Introdução

A seguir são apresentados alguns aspectos do setor lácteo no mercado mundial e no país, no que se refere à produção, consumo, comércio e preços, com o objetivo de apresentar informações que auxiliem o setor a vislumbrar a situação de mercado para a estação produtiva 2017/18.

2. Mercado internacional

2.1. Cenário macroeconômico

A safra 2017/18 de grãos, fibras e produção pecuária deve ocorrer em um ambiente de crescimento da economia mundial, o qual deverá ser de 3,5% em 2017 e de 3,6% em 2018 (3,2% em 2016), relativamente ao ano anterior, conforme os últimos relatórios divulgados pelo International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook, de abril/2017 e World Economic Outlook Update, de julho/2017.

O crescimento estimado para a economia mundial levou em consideração aspectos que demonstram riscos no médio prazo para a trajetória de evolução estimada: o direcionamento por parte dos países para políticas internas, inclusive de protecionismo, com redução do comércio e investimentos externos; aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, o que poderá desencadear condições financeiras adversas na economia mundial, aliado à valorização do dólar; dismantelamento das regulações financeiras nos Estados Unidos, com aumento da probabilidade de futuras crises financeiras; vulnerabilidades no sistema financeiro da China; algumas economias desenvolvidas apresentando demanda fraca, baixa inflação, pouco cresci-

mento da produtividade e excesso de capacidade ociosa; importância de fatores não-econômicos, como tensões geopolíticas, discordâncias políticas internas, baixa governança, corrupção, adversidades climáticas e problemas de terrorismo e segurança. Na Europa, os riscos políticos recuaram, fortalecendo perspectivas de maior recuperação econômica.

Em 2017, estima-se que as economias desenvolvidas devem crescer 2,0% (1,7% em 2016 e 1,9% em 2018), e as economias emergentes e em desenvolvimento, 4,6% (4,3% em 2016 e 4,8% em 2018).

Os Estados Unidos devem crescer sua economia em 2,1% em 2017 (1,6% em 2016 e 2,1% em 2018) e a União Europeia (área do Euro), em 1,9% (1,8 em 2016 e 1,7% em 2018). O Japão deverá crescer 1,3% em 2017 (1,0% em 2016 e 0,6% em 2018).

Os principais países emergentes e em desenvolvimento devem apresentar as seguintes taxas de crescimento em 2017: Rússia 1,4% (-0,2 % em 2016 e 1,4% em 2018); China, que deverá importar 400t de leite em pó e 225 mil t de leite em pó desnatado no corrente ano, 6,7% (6,7% em 2016 e 6,4% em 2018); Índia 7,2% (7,1% em 2016 e 7,7% em 2018); e Brasil 0,3% (-3,6% em 2016 e 1,3% em 2018). O México, grande importador de leite em pó desnatado e queijo, deverá crescer 1,9% em 2017 (2,3% em 2016 e 2,0% em 2018).

Os cinco países pertencentes à Associação das Nações do Sudeste da Ásia (ASEAN-5), Indonésia, Tailândia, Malásia, Filipinas e Vietnã, importantes importadores de leite em pó, devem aumentar seu crescimento de 4,9% em 2016 para 5,1% em 2017 e 5,2% em 2018. Os 13 países da Europa emergente e em desenvolvimento, após evoluírem 3,0% em 2016, devem evoluir 3,5% em 2017, recuando para 3,2% em 2018.

Os principais mercados das exportações brasileiras em 2016 devem apresentar o seguinte crescimento de suas economias em 2017: Venezuela, que representou 53,3% do valor das exportações lácteas brasileiras em 2016, -7,4%; Arábia Saudita, que representou 8,0% do valor das exportações, 0,1%; Angola, que absorveu 6,0% do valor das exportações lácteas, 1,3%; Estados Unidos, que representaram 5,8% do valor das exportações brasileiras de lácteos, 2,1%; e os Emirados Árabes Unidos, que representaram 3,7% do valor exportado, 1,5%.

O comércio global em volume de bens (excluindo serviços), de exportações mais importações, que aumentou 2,2% em 2016, deverá evoluir 3,9% em 2017 e 4,0% em 2018.

Em termos de valor, medido em dólares norte-americanos, o preço médio do comércio global de alimentos, ponderado pelas quantidades transacionadas no período 2002-04, que aumentou 2,0% em 2016, deverá aumentar 3,0% em 2017; e o de matérias-primas agrícolas, que diminuiu 5,7% em 2016, deverá aumentar 7,0% em 2017.

O preço médio anual do barril de petróleo em 2016 situou-se em US\$ 42,84/barril, e as projeções para 2017 indicam o valor de US\$ 51,9/barril, um aumento estimado de 21,3%. No ano de 2018, as estimativas são de um valor de US\$ 52,0/barril, leve aumento de 0,2% na comparação com o ano anterior.

Conforme informações divulgadas pela Food and Agriculture Organization (FAO), na

publicação Food Outlook, de junho/2017, o comércio total de lácteos aumentou 1,6% em 2016, situando-se em 71,1 milhões de toneladas, representando 8,7% da produção mundial de leite. Em 2017, o comércio de lácteos deverá aumentar 1,0%, situando-se em 71,8 mil t, representando 8,6% da produção estimada para o ano.

Entre as causas do pouco aumento do comércio internacional de lácteos encontram-se a diminuição da demanda da China e o embargo russo às importações de alimentos da União Europeia, Estados Unidos, Canadá, Noruega e Austrália, em vigência desde agosto/2014 e prorrogado até dezembro/2017.

2.2. Produção em países selecionados

A Tabela 1 apresenta a produção de leite de vaca ente 2012 e 2017 (estimativas para os últimos dois anos) para países selecionados, divulgadas pelo United States Department of Agriculture/Foreign Agricultural Service (USDA/FAS), na publicação Dairy: World Markets and Trade, de julho/2017; pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de la Leche (INALE); e pela Food and Agriculture Organization (FAO).

Os 15 países e a União Europeia, apresentados na Tabela 1, têm o aumento de sua produção estimada em 1,5% em 2017 (após aumento de 0,5% em 2016), situando-se em 512,8 milhões de toneladas. Estima-se que, com exceção da China (-1,4%), Ucrânia (-1,7%), Austrália (-2,7%) e Japão (-0,3%), os demais países e o bloco europeu devam aumentar as suas produções em 2017.

Conforme as informações divulgadas pelo USDA/FAS, a projeção de crescimento da produção em 2017 dos cinco principais exportadores (Nova Zelândia, União Europeia, Estados Unidos, Austrália e Argentina), que representam 75,0% do comércio mundial de lácteos, está estimada em 0,9%, situando-se em 290,8 milhões de toneladas, após um crescimento de 0,1% em 2016.

Esse aumento da produção acompanha a recuperação prevista para as exportações mundiais das quatro principais commodities lácteas em 2017 (queijo, manteiga, leite em pó integral e desnatado), de 2,5%, após uma redução de 0,4% em 2016, principalmente com a recuperação das exportações de leite em pó desnatado (5,9%) e queijo (6,7%).

Em 2016, a produção estimada da UE situou-se em 151,0 milhões de toneladas, 0,5% a mais na comparação com o ano anterior, após um crescimento médio de 2,6% aa no período 2012-2015. Em 2017, a produção deve alcançar 151,3 milhões de t, reduzindo a taxa de crescimento para 0,2%, devido aos ainda baixos preços pagos ao produtor.

A redução da produção deve-se, adicionalmente, aos programas de redução voluntária da produção com compensação financeira aos produtores, instituídos pela Comissão Europeia, que reduziram a produção em 851,7 mil toneladas entre o último trimestre de 2016 e o início de 2017.

Tabela 1.
Leite : produção mundial de leite de vaca (países selecionados) - 2012 a 2017 - em mil t

País / Bloco	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (p) ¹	Prod. Média no Período	Part. Média na Produção (%)	2017/16 %	2016/15 %	2015/12 % AA
							2012-15				
UNIÃO EUROPEIA	139.000	140.100	146.500	150.200	151.000	151.300	143.950	29,6%	0,2%	0,5%	2,6%
ESTADOS UNIDOS	91.010	91.277	93.485	94.620	96.343	98.112	92.598	19,0%	1,8%	1,8%	1,3%
ÍNDIA	55.500	57.500	60.500	64.000	68.000	72.000	59.375	12,2%	5,9%	6,3%	4,9%
CHINA	32.600	34.300	37.250	37.550	36.020	35.500	35.425	7,3%	-1,4%	-4,1%	4,8%
BRASIL	32.304	34.255	35.124	35.000	34.650	34.997	34.171	7,0%	1,0%	-1,0%	2,7%
RÚSSIA	31.831	30.529	30.499	30.560	30.470	30.700	30.855	6,3%	0,8%	-0,3%	-1,3%
NOVA ZELÂNDIA	20.567	20.200	21.893	21.582	21.224	21.900	21.061	4,3%	3,2%	-1,7%	1,6%
MÉXICO	11.274	11.294	11.464	11.736	11.956	12.200	11.442	2,4%	2,0%	1,9%	1,3%
ARGENTINA	11.679	11.519	11.326	11.552	10.191	10.395	11.519	2,4%	2,0%	-11,8%	-0,4%
UCRÂNIA	11.080	11.189	11.152	10.584	10.380	10.200	11.001	2,3%	-1,7%	-1,9%	-1,5%
AUSTRÁLIA	9.811	9.400	9.700	9.800	9.350	9.100	9.678	2,0%	-2,7%	-4,6%	0,0%
CANADÁ	8.614	8.443	8.437	8.773	9.100	9.450	8.567	1,8%	3,8%	3,7%	0,6%
JAPÃO	7.631	7.508	7.334	7.379	7.420	7.400	7.463	1,5%	-0,3%	0,6%	-1,1%
BELARUS	6.766	6.633	6.703	7.047	7.140	7.260	6.787	1,4%	1,7%	1,3%	1,4%
URUGUAI	1.936	2.018	2.014	1.974	1.775	1.842	1.985	0,4%	3,8%	-10,1%	0,6%
PARAGUAI	515	518	525	530	536	541	522	0,1%	1,0%	1,0%	1,0%
TOTAL	472.119	476.683	493.906	502.887	505.555	512.897	486.399	100,0%	1,5%	0,5%	2,1%

Fonte: IBGE e MAPA/EMBRAPA (p/ o Brasil); INALE (p/ o Uruguai); FAO (p/ Paraguai); e USDA/FAS (p/ demais países).

Nota: Para o Brasil considerou-se 1 litro = 1,0 kg.

Nos Estados Unidos, a produção em 2016 aumentou 1,8% e deve aumentar pelo mesmo percentual em 2017, alcançando 98,1 milhões de toneladas. Entre dezembro/2016 e abril/2017, o preço pago ao produtor nesse país recuou 13,0%. As exportações lácteas norte-americanas experimentam ganhos de competitividade devido ao fortalecimento do euro frente ao dólar. Em 2017, estima-se um aumento de 7,6% nas exportações norte-americanas de leite em pó desnatado, alcançando 638 mil t, e reduções de 15,2% nas exportações de queijo, para 140 mil t, e de 23,1% nas de manteiga, que devem recuar para 20,0 mil t.

Na China, a produção recuou 4,1% em 2016 e deverá recuar adicionais 1,4% em 2017. A expectativa de melhores preços pagos ao produtor e de custos de produção menores reduzirá a taxa de queda da produção nesse país. Estima-se que o rebanho leiteiro deve diminuir 6,0% em 2017. Devido à saturação da demanda interna, as importações chinesas de leite UHT devem recuar 10,0% em 2017 na comparação com o ano anterior, situando-se em 575,0 mil t. Estima-se que o país deve importar 400,0 mil t de leite em pó integral e 225,0 mil toneladas de leite em pó desnatado em 2017.

O Brasil, quinto maior produtor mundial em 2016, aumentou a sua produção a um ritmo de 2,7% aa no período 2012-2015, estimando-se haver alcançado 34,6 milhões de t em 2016, uma redução estimada de 1,0% na comparação com o ano anterior. A produção de leite sob inspeção, que representa aproximadamente 70,0% da produção total do país, recuou 2,8% em 2015 e 3,7% em 2016. As importações em equivalente leite representaram 8,2% da produção sob inspeção em 2016. Em 2017, estima-se que a produção total deverá aumentar 1,0%, podendo alcançar 34,9 milhões de toneladas, com a previsão de que o PIB brasileiro aumente 0,3%.

A demanda interna está retraída após a redução do PIB em 3,8% em 2015 e de 3,6% em 2016. A redução do rebanho leiteiro em 5,5% em 2015 acrescenta restrição à recuperação da produção.

Na Nova Zelândia, a produção recuou 1,7% em 2016, devido aos baixos preços pagos ao produtor, com redução do rebanho e da alimentação suplementar. Em 2017, estima-se uma recuperação de 3,2% na produção, que deverá alcançar 21,9 milhões de t. Entre as causas dessa recuperação encontram-se a estimativa de aumento do rebanho, as condições climáticas favoráveis e o aumento dos preços pagos ao produtor.

O aumento da produção na Argentina em 2017 está estimado em 2,0%, devendo alcançar 10,3 milhões de toneladas, recuperando-se da redução de 11,8% em 2016 e de uma tendência de recuo médio da produção de 0,4% aa, entre 2012 e 2015. No primeiro trimestre de 2017, a produção sofreu restrição devido ao excesso de chuvas e aos altos custos de produção, ocasionando uma queda de 8% na produção do trimestre na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A alta continuada dos preços pagos ao produtor verificada a partir do segundo semestre de 2016 e nesse primeiro semestre de 2017 deve incentivar o aumento da produção que será limitado, no entanto, pelo aumento observado nos custos de produção, fazendo com que os produtores enfrentem margens de rentabilidade negativas.

A produção na Austrália recuou 4,6% em 2016 devido aos baixos preços pagos ao produtor, ocasionando redução do rebanho, e estima-se que deverá recuar adicionais 2,7% em 2017, situando-se em 9,1 milhões de toneladas. A redução na produção deve-se aos baixos preços pagos ao produtor e à redução do rebanho. Em junho o país experimentou seca severa e espera-se que ocorram chuvas abaixo da média no período entre julho e setembro. As exportações de leite UHT devem reduzir-se para 190,0 mil t devido à fraca demanda da China e outros países asiáticos, como Cingapura e Hong Kong.

A produção na Rússia está estimada em 30,7 milhões de t em 2017, um aumento estimado de 0,8% na comparação com 2016, mesmo considerando-se uma redução estimada do rebanho em 3,0% no corrente ano. Os preços pagos ao produtor estão altos e os custos de produção reduziram-se, traduzindo-se em melhores margens de rentabilidade ao produtor.

O Uruguai, principal país exportador de produtos lácteos para o Brasil (52,3% do total importado em 2016), deverá aumentar a sua produção em 3,8% em 2017, após redução de 10,1% em 2016. No período entre 2012 e 2015, a produção nesse país aumentou a uma taxa média de 0,6% aa.

2.3. Preços internacionais pagos ao produtor e de commodities lácteas

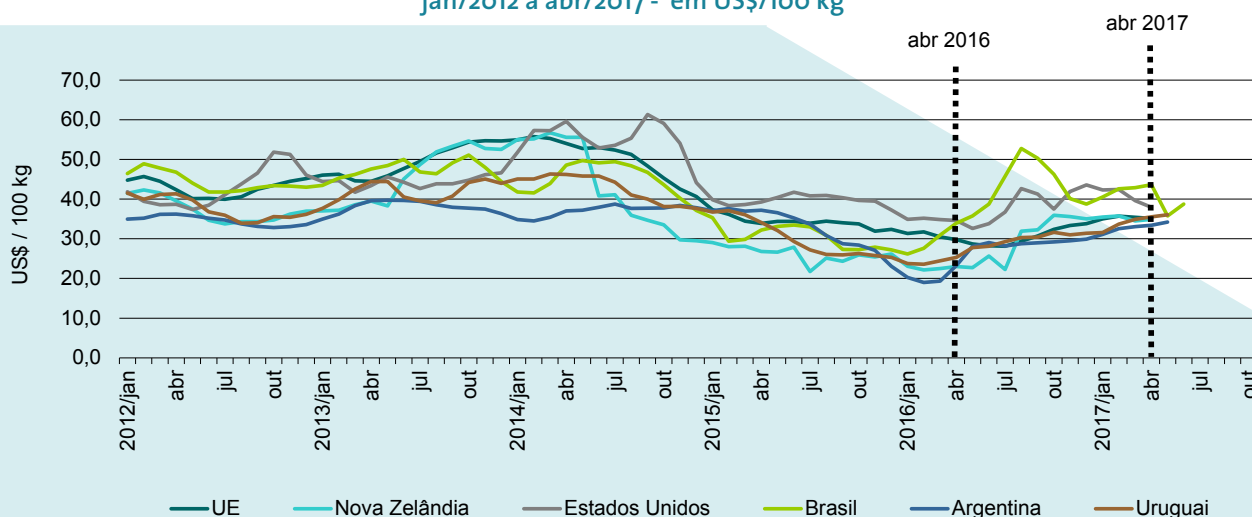
Comparando-se os preços médios mensais pagos ao produtor, nos países apresentados no Gráfico 1 e Tabela 2, nos últimos doze meses até abril/2017, com a média dos doze meses anteriores, observa-se que, com exceção da União Europeia (-1,7%), os demais países apresentaram aumento de preços, cotados em US\$/100 kg: Brasil (44,4%); Estados Unidos (2,6%); Nova Zelândia (30,0%); Uruguai (19,2%); e Argentina (11,2%).

Em abril/2017, os preços pagos aos produtores nesses países situaram-se nos seguintes patamares: Brasil (US\$ 43,65/100 kg); Estados Unidos (US\$ 37,93/100 kg); Uruguai (US\$ 35,50/100 kg); União Europeia (US\$ 35,13/100 kg); Nova Zelândia (US\$ 34,93/100 kg); e Argen-

tina (US\$ 33,41/100 kg), sendo este último o país com menor preço pago ao produtor, entre os aqui apresentados.

Esses preços dependem, principalmente, do comportamento dos preços das commodities lácteas no mercado internacional, das políticas cambiais dos países e das suas participações no mercado internacional de lácteos, fatores aliados ao comportamento da demanda dos principais importadores.

Gráfico 1.
Preços pagos ao produtor na União Européia, Nova Zelândia, Estados Unidos, Brasil, Argentina, e Uruguai - jan/2012 a abr/2017 - em US\$/100 kg



Em relação às commodities lácteas, seus preços na Oceania, FOB porto, iniciaram recuperação a partir de junho/2016 e, com exceção da manteiga, apresentaram oscilações a partir de março/2017 (Gráfico 2).

Nos últimos doze meses, entre a segunda quinzena de junho/2016 e a segunda quinzena de junho/2017, os preços nessa região apresentaram recuperação: leite em pó desnatado (13,5%, situando-se em US\$ 2.100,0/t na segunda quinzena de junho/2017); leite em pó integral (48,8%, situando-se em US\$ 3.125,0/t na segunda quinzena de junho/2017); manteiga (108,1%, situando-se em US\$ 5.775,0/t na segunda quinzena de junho/2017); e queijo cheddar (35,1%, situando-se em US\$ 3.850,0/t na segunda quinzena de junho/2017).

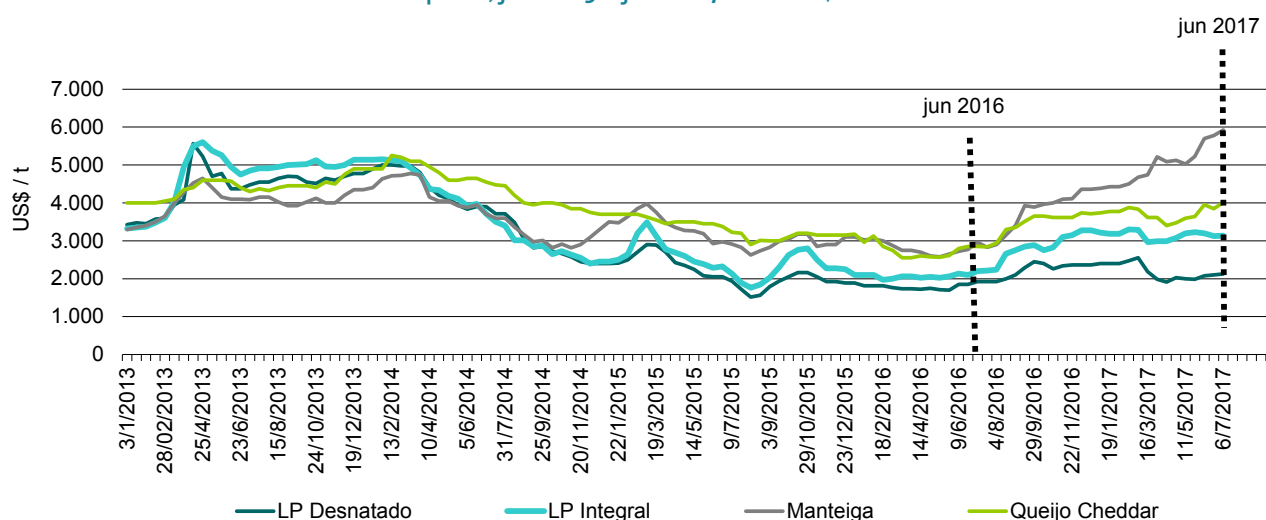
Tabela 2.
Preços médios pagos ao produtor - mai 2016 a abr 2017 / mai 2015 a abr 2016 - Em US\$ / 100 kg

PAÍS/REGIÃO	MAI 2016 A ABR 2017	MAI 2015 A ABR 2016	VAR. %
BRASIL	43,17	29,90	44,4%
ESTADOS UNIDOS	39,36	38,35	2,6%
UNIÃO EUROPEIA	32,15	32,71	-1,7%
NOVA ZELÂNDIA	31,84	24,50	30,0%
URUGUAI	31,29	26,26	19,2%
ARGENTINA	30,15	27,12	11,2%

Fonte: LTO Nederland, MINAGRI, INALE e CEPEA.

Gráfico 2.

Oceania: preços internacionais quinzenais do leite em pó desnatado, integral, manteiga e queijo cheddar, FOB porto, jan/2013 a jun/2017 - em US\$/t



No norte da Europa, as cotações das commodities lácteas, FOB porto, também apresentaram recuperação a partir de junho/2016, com oscilações a partir de dezembro/2016 (Gráfico 3).

Entre a segunda quinzena de junho/2016 e a segunda quinzena de junho/2017, os preços na União Europeia apresentaram o seguinte comportamento: leite em pó desnatado (17,5%), situando-se em US\$ 2.262,5/t na segunda quinzena de junho/2017; leite em pó integral (49,5%), situando-se em US\$ 3.475,0/t na segunda quinzena de junho/2017; soro em pó (78,2%), situando-se em US\$ 1.225,0/t na segunda quinzena de junho/2017); e manteiga (119,1%), situando-se em US\$ 6.462,5/t na segunda quinzena de junho/2017.

Conforme as informações divulgadas pelo USDA/FAS, na publicação Dairy: World Markets and Trade, de julho/2017, comparando-se as exportações mundiais previstas para 2017, em quantidade, com as efetuadas em 2016, encontram-se os seguintes resultados para as principais commodities lácteas comercializadas no mercado internacional: leite em pó integral, - 2,7%, de 2,03 milhões de t em 2016 para 1,98 milhões de t em 2017; leite em pó desnatado, 5,9%, de 1,99 milhão de t em 2016 para 2,11 milhões de t em 2017; manteiga, - 2,3%, de 948 mil t em 2016 para 926,0 mil t em 2017; e queijo, 6,7%, de 1,92 milhão de t em 2016 para 2,05 milhões de t em 2017 (Tabela 3).

Gráfico 3.

Europa Ocidental: preços quinzenais internacionais do leite em pó desnatado, integral, soro em pó e manteiga, FOB porto, jan/2013 a jun/2017 - em US\$/t

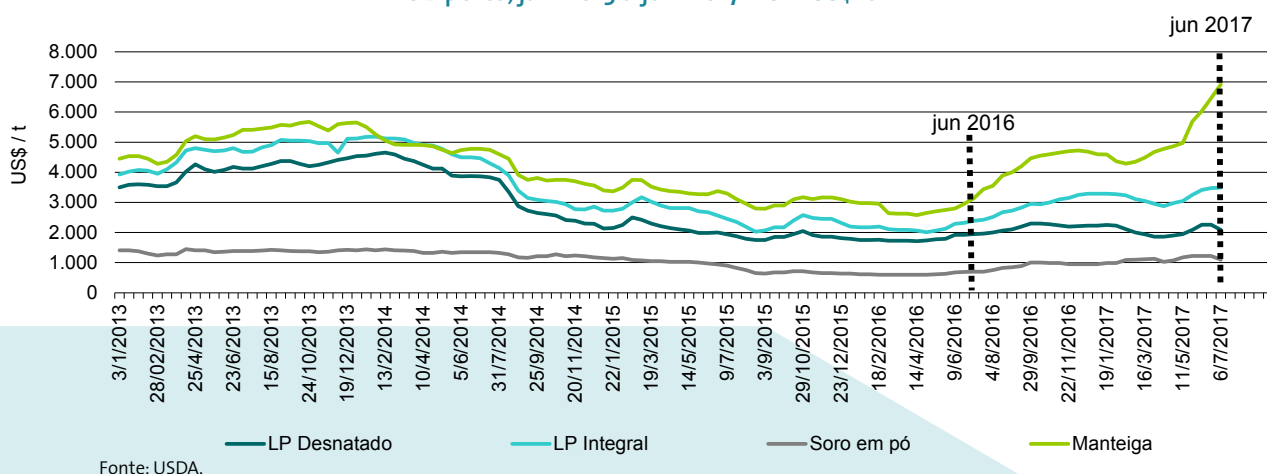


Tabela 3.

Lácteos: Exportações mundiais em 2015, 2016 e 2017 (est) - em mil t

COMMODITY	2015	2016	2017	2016/2015 (%)	2017/2016 (%)
LEITE EM PÓ INTEGRAL	2.123	2.036	1.981	-4,1%	-2,7%
LEITE EM PÓ DESNATADO	2.083	1.996	2.114	-4,2%	5,9%
MANTEIGA	907	948	926	4,5%	-2,3%
QUEIJO	1.816	1.921	2.050	5,8%	6,7%
TOTAL	6.929	6.901	7.071	-0,4%	2,5%

Fonte: USDA/FAS

Os principais exportadores de leite em pó integral em 2017 são Nova Zelândia (1,3 milhão de t), União Europeia (380 mil t), Argentina (80 mil t), Austrália (55 mil t) e Belarus (26 mil t).

Os principais exportadores de leite em pó desnatado em 2017 são União Europeia (675 mil t), Nova Zelândia (410 mil t), Austrália (165 mil t), Belarus (105 mil t) e Canadá (45 mil t).

Os principais exportadores de manteiga em 2017 são Nova Zelândia (582 mil t), União Europeia (175 mil t), Belarus (70 mil t), Austrália (35 mil t) e Ucrânia (12 mil t).

Os principais exportadores de queijo em 2017 são União Europeia (855 mil t), Nova Zelândia (350 mil t), Estados Unidos (349 mil t), Belarus (202 mil t) e Austrália (190 mil t).

Em relação às importações globais, os principais importadores de leite em pó integral em 2017 são China (400 mil t), Argélia (285 mil t), Brasil (100 mil t) e Indonésia e Rússia (ambos os países com estimativa de importações de 50 mil t).

Os principais importadores de leite em pó desnatado em 2017 são México (300 mil t), China (225 mil t), Indonésia (210 mil t), Filipinas (170 mil t), e Argélia e Rússia (ambos os países com estimativa de importações de 130 mil t).

Os principais importadores de manteiga em 2017 são Rússia (115 mil t), México (62 mil t), Austrália (35 mil t), Canadá (30 mil t), Formosa (25 mil t) e Japão (12 mil t).

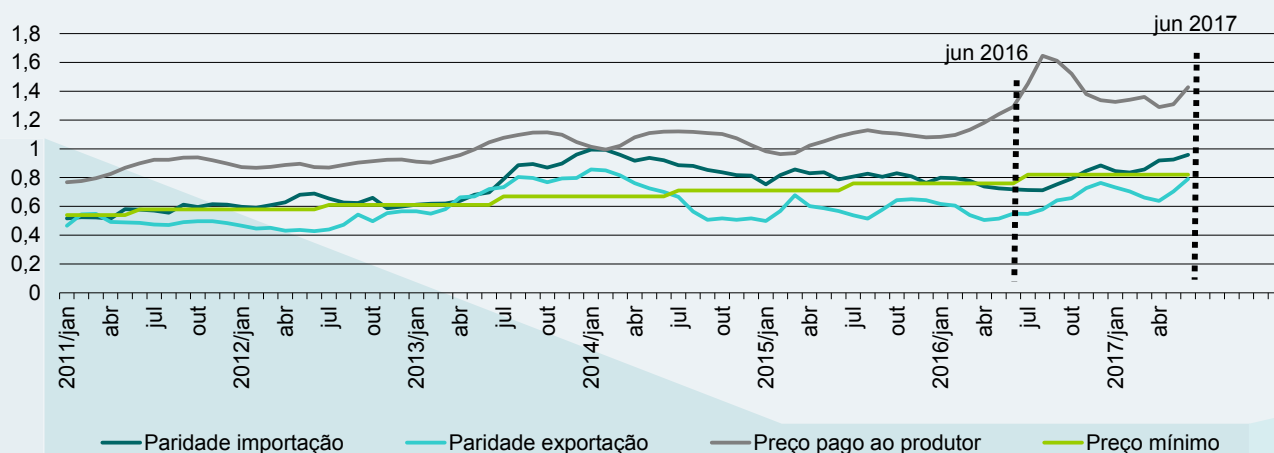
Os principais importadores de queijo em 2017 são Japão (275 mil t), Rússia (235 mil t), México (130 mil t) e Austrália e Coreia do Sul (ambos os países com estimativa de importações de 120 mil t).

A recuperação estimada da demanda internacional e o aumento moderado da produção dos principais exportadores, de 0,9%, indica que os preços das commodities devem permanecer estáveis em 2017, apesar dos estoques altos de leite em pó desnatado na União Europeia e Estados Unidos e de manteiga e queijo nos Estados Unidos.

No que se refere aos preços de paridade correntes em nível de produtor, em junho/2017, tomando-se como base o preço do leite em pó integral e a taxa de câmbio do mês, decompondo-o até o preço pago ao produtor de leite no interior de São Paulo, foram obtidos os seguintes resultados: a paridade efetiva de importação, origem na América do Sul, situou-se em R\$ 0,9585/l; a paridade de exportação, base FOB Norte da Europa, situou-se em R\$ 0,7902/l; o preço pago ao produtor em São Paulo situou-se em R\$ 1,4277/l; e o preço mínimo em vigor no mês de junho é de R\$ 0,82/l para as Regiões Sul e Sudeste (Gráfico 4).

Gráfico 4.

São Paulo (interior): preços de paridade importação (base FOB América do Sul, LPI) e exportação (base FOB norte da Europa, LPI), preço pago ao produtor em SP e preço mínimo, jan/2011 a jun/2017 - em R\$/l



Fonte: USDA, CEPEA e Conab.

A paridade de importação apresentou aumento a partir do segundo semestre de 2016, acompanhando a recuperação dos preços internacionais, e mostrou pequena redução no primeiro trimestre de 2017, seguida de recuperação até junho.

Ao longo da série aqui apresentada, a paridade de importação situa-se em patamar inferior ao preço pago ao produtor, o que indica a continuidade do incentivo às importações, principalmente de leite em pó integral, que representou 51,3% do valor total das importações lácteas do país em 2016 (126,0 mil t), e de leite em pó desnatado, que representou 8,12% do valor total importado (19,7 mil t).

A variação dos preços internacionais determinou também o comportamento da paridade de exportação, que apresentou aumento a partir de abril/2016, recuando nos primeiros quatro meses de 2017, voltando a apresentar aumento a partir de maio de 2017. Seu nível é bastante inferior ao preço pago ao produtor, o que indica que o mercado interno permanece como o grande consumidor dos produtos lácteos nacionais.

3. Mercado nacional

3.1. Quadro de oferta e demanda

A Tabela 4 apresenta o quadro de oferta e demanda de leite entre 2011 e 2017, sendo a informação sobre a produção total em 2016 uma estimativa. No que se refere ao ano de 2017, todas as informações são provisórias.

A produção nacional de leite cresceu a uma taxa média anual de 2,2% aa, entre 2011 e 2015, evoluindo de 32,0 bilhões de litros para 35,0 bilhões de litros, havendo apresentado redução de 0,4% em 2015.

Em 2016, estima-se que a produção total deve apresentar redução, aproximadamente de 1,0%, acompanhando a redução de 3,7% da produção sob inspeção federal, estadual e municipal, que situou-se em 23,1 bilhões de litros, conforme as informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 4.
Brasil: quadro de oferta e demanda de leite (equivalente) * - 2011 a 2017 - em milhões de litros**

ANO	PRODUÇÃO TOTAL		PRODUÇÃO SOB INSPEÇÃO			EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES			CONSUMO PER CAPITA **	
	TOTAL	VAR. %	TOTAL	VAR. %	SOB INSP. TOTAL (%)	TOTAL	VAR. %	Xs/PROD. INSP. %	TOTAL	VAR. %	Ms./PROD. INSP. %	LITROS/HAB.	VAR. %
2011	32.096	4,5%	21.795	3,9%	67,9%	126	-70,6%	0,6%	1.219	54,5%	5,6%	168,1	5,8%
2012	32.304	0,6%	22.338	2,5%	69,1%	117	-7,5%	0,5%	1.278	4,8%	5,7%	168,0	-0,1%
2013	34.255	6,0%	23.553	5,4%	68,8%	134	14,6%	0,6%	1.071	-16,2%	4,5%	175,1	4,2%
2014	35.124	2,5%	24.747	5,1%	70,5%	450	237,4%	1,8%	727	-32,1%	2,9%	174,9	-0,1%
2015	35.000	-0,4%	24.062	-2,8%	68,7%	441	-2,0%	1,8%	1.094	50,5%	4,5%	174,4	-0,3%
2016 *	34.650	-1,0%	23.169	-3,7%	66,9%	229	-48,2%	1,0%	1.889	72,7%	8,2%	175,9	0,8%
2017 ¹	34.997	1,0%	23.201	0,1%	66,3%	229	0,0%	1,0%	1.889	0,0%	8,1%	175,8	0,0%

Legenda: (*) Estimativa para a produção total em 2016.

(**) População estimada residente em 1º de julho (Fonte: IBGE). Estimativa para os três últimos anos.

(***) Leite de vaca.

Fonte: IBGE, MDIC/Alice, MAPA/AGE, Embrapa/SGE, Embrapa Gado de Leite e Viva Lácteos.

Notas: 1- Todas as informações para o ano de 2017 são estimativas.

2- Os dados de comércio exterior incluem as NCMs 0401 0000 a 0406 9999, leite modificado (NCM 1901 1010) e doce de leite (NCM 1901 9020).

O nível da produção total em 2017 deve situar-se em 34,9 bilhões de litros (1,0%) e irá depender do cenário interno, onde vários fatores podem influenciar na evolução da atividade nos próximos meses. No primeiro trimestre de 2017, a produção sob inspeção apresentou leve aumento de 0,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, situando-se em 5,8 bilhões de litros.

A redução da oferta da produção sob inspeção por dois anos consecutivos, em 2015, de 2,8%, e em 2016, de 3,7%, deve oferecer algum suporte aos preços pagos ao produtor em 2017, incentivando o aumento da produção, mesmo com os produtores enfrentando aumento das importações. Os preços pagos ao produtor nesse primeiro semestre de 2017 evoluíram 1,3% ao mês.

Em 2015, houve acentuada redução do rebanho leiteiro nacional, de 5,5% na comparação com o ano anterior, diminuindo de 23,0 milhões para 21,7 milhões de vacas ordenhadas. Houve redução do rebanho em todas as regiões do país: na Região Norte, a redução foi de 6,7%; na Região Nordeste, de 9,5%; na Região Sudeste, de 5,9%; na Região Sul, de 2,9%; e na Região Centro-Oeste, de 2,2%.

Nos dois principais estados produtores, a redução do rebanho em 2015 foi de 6,6% em Minas Gerais e de 3,1% no Rio Grande do Sul.

Pelo lado da demanda, a expectativa de recuperação do PIB em 0,3% em 2017, aliada ao controle da inflação pode significar melhoria da situação do emprego e da renda, incentivando o consumo e a consequente recuperação da produção.

Em equivalente leite, as exportações recuaram 48,2% em 2016, para 229,0 milhões de litros, e as importações aumentaram 72,7%, alcançando 1,889 bilhão de litros, o que representa 8,2% da produção nacional sob inspeção. Estima-se que o consumo per capita tenha evoluído 0,8% em 2016.

3.2. Balança comercial de lácteos

Em 2016, a balança comercial de lácteos (NCMs 0401 0000 a 0406 0000) apresentou deficit de US\$ 485,5 milhões, tendo sido de US\$ 96,6 milhões no ano anterior, com exportações de US\$ 155,6 milhões e importações de US\$ 641,1 milhões (Gráfico 5).

O mercado interno permanece protegido das importações de leite em pó (NCMs 0402 1010, 0402 1090, 0402 2110, 0402 2120, 0402 2910, e 0402 2920), com subsídios na origem, pela imposição de medidas anti-dumping às importações oriundas da União Europeia (14,8%) e Nova Zelândia (3,9%), com vigência até 5/2/2018, acrescidas às alíquotas da Tarifa Externa Comum.

O principal produto importado em 2016 foi o leite em pó integral (NCM 0402 2110), representando 51,3% do valor das importações lácteas no ano, a um preço médio de US\$ 2.606,0/t (US\$ 328,5 milhões e 126,0 mil t).

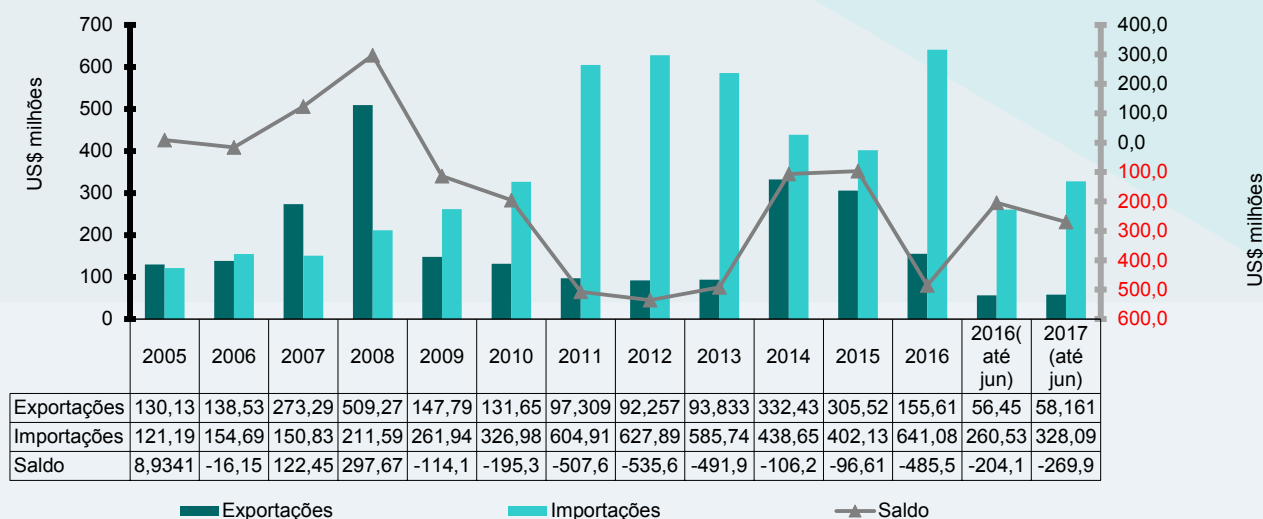
O segundo produto mais importado em 2016 foi o queijo mussarela (NCM 0406 1010), que representou 11,3% do valor total importado ou US\$ 72,1 milhões e 22,1 mil t (US\$ 3.249,9/t); seguido pelo leite em pó desnatado (NCM 0402 1010), representando 8,1% do valor total importado em 2016 ou US\$ 51,9 milhões e 19,7 mil t (US\$ 2.633,2/t). Outros 19 derivados complementam o valor total importado pelo país em 2016.

Os cinco principais mercados de origem das importações brasileiras de derivados lácteos em 2016 foram em termos de valor: Uruguai (52,3% do valor total importado no ano), Argentina (35,3% do valor total importado no ano), Estados Unidos (2,7% do valor total de derivados lácteos importados no ano), Chile (2,3% do valor anual importado) e Nova Zelândia (2,2% do valor importado no ano). Outros treze países representaram 5,1% do valor total importado em 2016.

Relativamente às exportações brasileiras de lácteos em 2016, o produto mais exportado foi o leite em pó integral (NCM 0402 2110), representando 51,8% do valor total exportado no ano ou US\$ 80,6 milhões e 14,4 mil t (US\$ 5.578,7/t).

As exportações brasileiras de leite em pó integral em 2016 recuaram 65,0% em quantidade e 65,6% em valor em relação ao ano anterior. Foi seguido por outros leites, cremes de leite/leite condensado (NCM 0402 9900), representando 30,0% do valor anual total exportado ou US\$ 46,7 milhões e 25,9 mil t (US\$ 1.802,7/t); e por outros cremes de leite (NCM 0401 5029), representando 7,8% do valor total exportado no ano, ou US\$ 12,2 milhões e 6,2 mil t (US\$ 1.949,4/t). Outros 22 derivados lácteos complementaram o valor total das exportações brasileiras de lácteos em 2016.

Gráfico 5.
Lácteos: balanço comercial (NCMs 0401 0000 a 0406 9999), 2005 a 2017 (até jun) - em US\$ milhões



Fonte: MDIC.
MHF/jul 17.

Os cinco principais mercados para as exportações brasileiras em 2016 em termos de valor foram: Venezuela, representando 53,3% do valor total exportado no ano; Arábia Saudita, com uma participação de 8,0% do valor total exportado; Angola, com 6,0% do valor total exportado no ano; Estados Unidos, com 5,8% do valor total exportado no ano; e Emirados Árabes Unidos, com participação de 3,7% do valor total exportado no ano. Outros 39 países representaram 23,2% do valor total exportado no ano.

No que se refere ao comportamento do comércio exterior de lácteos no primeiro semestre de 2017, a balança comercial desse setor (NCMs 0401 0000 a 0406 9999) apresentou deficit de US\$ 269,9 milhões, tendo sido de US\$ 204,1 milhões no mesmo período do ano anterior, com exportações de US\$ 58,2 milhões e importações de US\$ 328,1 milhões.

As exportações apresentaram aumento de 3,0%, e as importações aumentaram 25,9%, ambas em valor, na comparação com o mesmo semestre do ano anterior.

O principal produto importado nesse primeiro semestre de 2017 foi o leite em pó integral (NCM 0402 2110), representando 51,9% das importações lácteas do período, a um preço médio de US\$ 3.397,9/t (US\$ 170,1 milhões e 50,0 mil t). Os países de origem das importações dessa commodity nesse primeiro semestre foram Uruguai (59,9% do valor total importado de leite em pó integral a um preço médio de US\$ 3.373,8/t), Argentina (34,7% do valor total a um preço médio de US\$ 3.449,9/t), Chile (4,5% do valor total importado a um preço médio de US\$ 3.357,8/t) e Paraguai (0,9% do valor total importado desse produto a um preço médio de US\$ 3.242,2/t). As importações de leite em pó integral em 2017, até junho, recuaram 12,7% em quantidade e aumentaram 22,9% em valor, em relação ao mesmo semestre do ano anterior.

O segundo produto mais importado em 2017 até junho foi o queijo mussarela (NCM 0406 1010), que representou 9,5% do valor total importado no ano, ou US\$ 31,0 milhões e 7,9 mil t (US\$ 3.890,4/t), seguido pelo leite em pó desnatado (NCM 0402 1010), representando 8,1% do valor total importado ou US\$ 26,4 milhões e 9,2 mil t (US\$ 2.870,1/t).

Outros 18 derivados complementam o valor total importado pelo país entre janeiro e junho de 2017. As importações totais de lácteos entre janeiro e junho de 2017 foram originadas em 18 países: 47,7% do valor total importado de lácteos no primeiro semestre teve como origem o Uruguai; seguido pela Argentina, que representou 38,9% do valor total importado; e pelo Chile, que foi origem de 3,1% do valor total importado nesse primeiro semestre.

Com relação às exportações brasileiras de lácteos no primeiro semestre de 2017, o produto mais exportado foi outros leites, cremes de leite/leite condensado (NCM 0402 9900) representando 42,3% do valor total exportado, ou US\$ 24,6 milhões e 11,1 mil t (US\$ 2.213,2/t); seguido pelo leite em pó integral (NCM 0402 2110), representando 27,8% do valor total exportado nesse primeiro semestre, ou US\$ 16,1 milhões e 2,8 mil t (US\$ 5.574,7/t); e por outros cremes de leite (NCM 0401 5029) representando 12,7% do valor total exportado nesses primeiros seis meses de 2017, ou US\$ 7,3 milhões e 3,1 mil t (US\$ 2.376,8/t).

Outros 22 derivados lácteos complementam o valor total das exportações brasileiras de lácteos em 2017 até junho. As exportações lácteas entre janeiro e junho de 2017 foram direcionadas para 39 países. Em primeiro lugar encontra-se a Venezuela, que absorveu 27,7% do valor total exportado nesses primeiros seis meses. Segue-se o mercado da Arábia Saudita (11,1% do valor exportado entre janeiro e junho) e os Estados Unidos, destino de 9,7% do valor total exportado nesse primeiro semestre.

3.3 Produção sob inspeção e preços pagos ao produtor

Em 14/6/2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a produção nacional de leite sob inspeção federal, estadual e municipal, no primeiro trimestre de 2017. A produção nesse primeiro trimestre evoluiu 0,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, situando-se em 5,8 bilhões de litros (Tabela 5).

A alta dos preços pagos ao produtor no primeiro trimestre incentivou o aumento da produção. O enfraquecimento da demanda interna devido à recessão econômica fez com que o aumento da produção ocorresse de forma moderada. A redução do rebanho em 5,5% em 2015 acrescenta um fator de restrição a um maior aumento da produção.

Nesse primeiro trimestre, comparando com o mesmo trimestre do ano anterior, a evolução da produção foi positiva na Região Norte (8,6%) e na Região Nordeste (3,1%). Nas demais regiões a produção apresentou redução: Região Sudeste (0,3%), Região Sul (0,5%), e Região Centro-Oeste (0,8%).

Na Região Sudeste, principal região produtora, que representou 40,9% da produção de leite sob inspeção em 2016, enquanto os estados do Rio de Janeiro (10,3%) e São Paulo (9,8%) aumentaram as suas produções, Minas Gerais (-4,5%) e Espírito Santo (-13,6%) apresentaram redução, na comparação do primeiro trimestre do corrente ano com o mesmo trimestre do ano anterior.

Na Região Sul, segunda região maior produtora, responsável por 36,4% da produção inspecionada em 2016, enquanto o Paraná aumentou a sua produção em 1,9%, os estados de Santa Catarina (-0,9%) e Rio Grande do Sul (-2,2%) apresentaram redução nesse primeiro trimestre na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Na Região Centro-Oeste, que representou 12,9% da produção inspecionada em 2016, Goiás aumentou a sua produção em 2,3% no primeiro trimestre, enquanto Mato Grosso do Sul (-21,7%), Mato Grosso (-7,0%) e Distrito Federal (-14,0%) reduziram as suas produções.

Na Região Nordeste, que foi responsável por 5,1% da produção nacional sob inspeção em 2016, os estados de Paraíba (-3,5%), Alagoas (-26,2%) e Sergipe (-15,5%) reduziram as suas produções, enquanto Maranhão (33,6%), Piauí (3,7%), Ceará (2,8%), Rio Grande do Norte (50,4%), Pernambuco (7,1%) e Bahia (6,4%) aumentaram as suas produções.

Na Região Norte, que representou 4,7% da produção nacional inspecionada em 2016, enquanto o Acre reduziu a sua produção (-6,6%), os demais estados aumentaram as suas: Rondônia (1,3%), Pará (27,3%) e Tocantins (11,4%).

Tabela 5.

Produção de leite sob inspeção (federal, estadual e municipal) adquirido, 2012 a a 2017 (até mar), por estados, regiões e total Brasil - Em mil litros

BRASIL/ REGIÕES/ ESTADOS	2012	2013	2014	2015	2016	JANEIRO A MARÇO			PARTIC. PROD. 2016 %	VARIÇÃO	
						2016	2017	VAR.%		2016/ 2015 %	2012 A 2015 % AA
BRASIL	22.338.333	23.552.830	24.747.038	24.062.308	23.169.654	5.861.377	5.869.251	0,1%	100,0%	-3,7%	2,5%
RO	768.650	782.427	760.087	698.907	699.611	183.432	185.811	1,3%	3,0%	0,1%	-3,1%
AC	14.347	12.516	11.826	12.412	11.603	2.948	2.754	-6,6%	0,1%	-6,5%	-4,7%
AM	5.073	5.499	5.651	2.902	2.932	-	1.505	-	0,0%	1,0%	-17,0%
RR	1.059	1.613	1.507	1.138	400	-	147	-	0,0%	-64,9%	2,4%
PA	297.471	320.436	311.397	236.343	252.296	59.958	76.355	27,3%	1,1%	6,7%	-7,4%
TO	116.748	135.958	127.946	109.053	124.648	31.154	34.715	11,4%	0,5%	14,3%	-2,2%
NORTE	1.203.348	1.258.449	1.218.414	1.060.755	1.091.490	277.492	301.287	8,6%	4,7%	2,9%	-4,1%
MA	69.824	77.960	84.450	64.618	51.208	11.201	14.966	33,6%	0,2%	-20,8%	-2,5%
PI	13.214	15.820	19.151	17.523	15.570	3.904	4.050	3,7%	0,1%	-11,1%	9,9%
CE	226.754	222.450	270.907	257.311	223.149	52.845	54.348	2,8%	1,0%	-13,3%	4,3%
RN	58.777	47.398	48.569	46.190	52.227	10.318	15.519	50,4%	0,2%	13,1%	-7,7%
PB	48.039	41.303	54.025	51.624	45.184	11.330	10.930	-3,5%	0,2%	-12,5%	2,4%
PE	271.938	211.931	227.634	241.454	242.650	57.596	61.688	7,1%	1,0%	0,5%	-3,9%
AL	79.971	74.524	79.858	70.036	52.916	14.609	10.780	-26,2%	0,2%	-24,4%	-4,3%
SE	116.737	127.844	169.137	165.150	169.967	43.714	36.940	-15,5%	0,7%	2,9%	12,3%
BA	331.489	326.532	363.629	332.449	320.477	82.821	88.131	6,4%	1,4%	-3,6%	0,1%
NORDESTE	1.216.743	1.145.762	1.317.360	1.246.355	1.173.348	288.338	297.352	3,1%	5,1%	-5,9%	0,8%
MG	5.546.817	6.171.001	6.589.511	6.442.432	6.106.296	1.586.489	1.515.585	-4,5%	26,4%	-5,2%	5,1%
ES	302.209	302.844	320.970	290.500	254.022	82.829	71.526	-13,6%	1,1%	-12,6%	-1,3%
RJ	387.195	496.350	511.718	539.779	558.477	142.034	156.720	10,3%	2,4%	3,5%	11,7%
SP	2.332.034	2.531.510	2.524.793	2.607.478	2.558.581	618.035	678.827	9,8%	11,0%	-1,9%	3,8%
SUDESTE	8.568.255	9.501.705	9.946.992	9.880.189	9.477.376	2.429.387	2.422.658	-0,3%	40,9%	-4,1%	4,9%
PR	2.589.353	2.818.337	2.972.084	2.838.258	2.744.028	674.121	687.216	1,9%	11,8%	-3,3%	3,1%
SC	2.103.820	2.117.665	2.339.723	2.348.391	2.438.160	577.921	572.525	-0,9%	10,5%	3,8%	3,7%
RS	3.551.609	3.459.966	3.430.747	3.488.321	3.249.626	809.100	791.038	-2,2%	14,0%	-6,8%	-0,6%
SUL	8.244.782	8.395.968	8.742.554	8.674.970	8.431.814	2.061.142	2.050.779	-0,5%	36,4%	-2,8%	1,7%
MS	209.940	197.812	206.459	189.706	150.666	46.460	36.358	-21,7%	0,7%	-20,6%	-3,3%
MT	584.374	595.004	618.000	548.288	521.945	148.794	138.387	-7,0%	2,3%	-4,8%	-2,1%
GO	2.290.603	2.445.863	2.685.137	2.449.590	2.313.472	606.382	620.403	2,3%	10,0%	-5,6%	2,3%
DF	20.292	12.270	12.124	11.349	8.522	2.358	2.028	-14,0%	0,0%	-24,9%	-17,6%
CENTRO- OESTE	3.105.209	3.250.949	3.521.720	3.198.933	2.994.605	803.994	797.176	-0,8%	12,9%	-6,4%	1,0%

Fonte: IBGE / Pesquisa Trimestral do Leite.

O Gráfico 6 apresenta os preços médios mensais brutos, inclusos frete e CESSR (antigo FUNRURAL), ponderados pelas quantidades produzidas, pagos ao produtor nos sete principais estados produtores, entre janeiro/2012 e junho/2017.

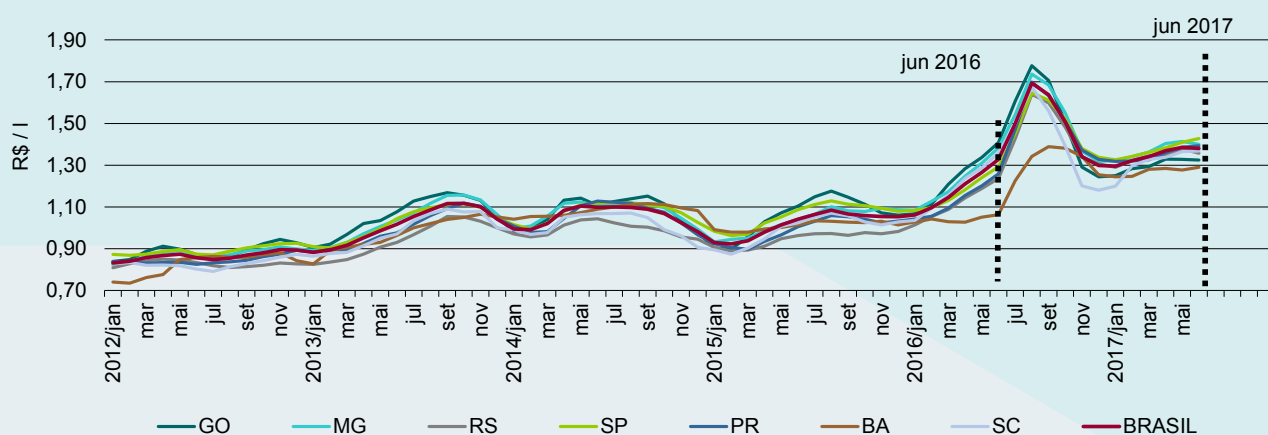
Em junho/2017, esses preços oscilaram de um mínimo de R\$ 1,2897/l pago ao produtor na Bahia a um máximo de R\$ 1,34277/l pago ao produtor em São Paulo. O preço médio dos sete estados, ponderado com base na participação média da produção de cada estado no total, situou-se em R\$ 1,3806/l, uma redução de 0,3% relativamente ao mês anterior e alta de 4,0% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Nos últimos cinco anos, a taxa média mensal de evolução dos preços nominais situou-se em 0,8%/mês. Entre janeiro e junho de 2007, essa taxa média de aumento dos preços nominais situou-se em 1,3% ao mês, refletindo a necessidade de aumento da produção após o recuo em 2015 e 2016 e o discreto aumento ocorrido no primeiro trimestre.

O setor permanece enfrentando a continuidade das importações de leite em pó aliado à existência de um estoque excedente de leite em pó integral de aproximadamente 20 mil t.

Gráfico 6.

Brasil: preços médios brutos nominais pagos ao produtor nos sete principais estados produtores, jan/2012 a jun/2017 - Em R\$ / l



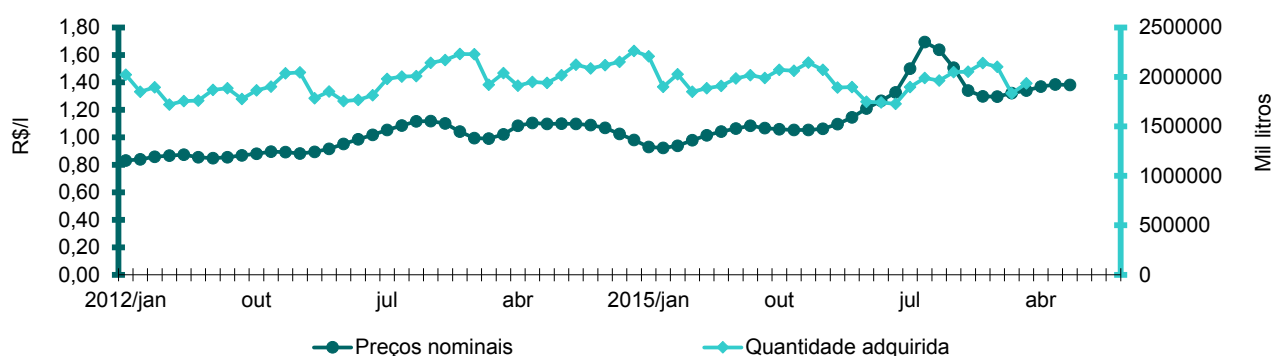
Fonte: CEPEA.

O Gráfico 7 mostra a evolução da quantidade de leite sob inspeção adquirida pelas indústrias no país entre janeiro/2012 e março/2017 e os preços nominais pagos ao produtor entre janeiro/2012 e junho/2017. A produção média mensal sob inspeção entre abril/2016 e março/2017, comparada com os 12 meses anteriores recuou 2,5%, de 1,98 bilhão de litros/mês para 1,93 bilhão de litros/mês.

A média mensal dos preços nominais brutos, incluindo frete e CESSR, entre julho/2016 e junho/2017, comparada com a dos 12 meses anteriores, aumentou 26,5%, evoluindo de R\$ 1,1240/l para R\$ 1,4224/l. Na comparação das médias dos mesmos dois períodos, os preços reais (correção pelo IGP-M de junho/2017) aumentaram 19,1%, evoluindo de R\$ 1,1762/l para R\$ 1,4011/l.

Cotado em dólares norte-americanos, o preço médio mensal pago ao produtor no país aumentou 44,1% na média dos últimos 12 meses, até junho, comparado com os doze meses anteriores, evoluindo de US\$ 0,3056/l para US\$ 0,4405/l.

Gráfico 7.
Brasil: Preços nominais pagos ao produtor (até jun 2017) e quantidades adquiridas pelos laticínios (até mar 2017), jan/2012 a jun/2017 - Em R\$/l e mil litros



Fonte: IBGE e CEPEA.

Nota: Preços nominais: jul 2016 a jun 2017 / jul 2015 a jun/2016: + 26,5%. Produção sob inspeção (adquirida): abr 2016 a mar 2017 / abr 2015 a mar 2016: - 2,5 %.

O aumento dos preços nominais e reais nesse primeiro semestre são fatores que incentivam o produtor a aumentar a produção. Constatase, no entanto, que os movimentos de retração da demanda devido à crise econômica, aliados à redução verificada no rebanho leiteiro e aumento das importações, consubstanciam-se em fatores que reduzem o aumento potencial da oferta interna.

3.4. Custos de produção

Os custos de produção de leite, base março/2017, pesquisados pela Conab em municípios dos estados do Ceará (Morada Nova), Minas Gerais (Ibiá e Pompéu), Rio Grande do Sul (Ijuí e Passo Fundo) e São Paulo (Guaratinguetá e Mococa), mostram que o custo variável de Morada Nova situou-se em R\$ 1,04/l e a média do custo variável dos seis municípios das Regiões Sul e Sudeste situou-se em R\$ 0,98/litro. O custo operacional em Morada Nova situou-se em R\$ 1,29/l e a média do custo operacional nos demais seis municípios das Regiões Sul e Sudeste, em R\$ 1,18/l. O custo total em Morada Nova situou-se em R\$ 1,40/l e a média observada no custo total dos demais municípios pesquisados das Regiões Sul e Sudeste, em R\$ 1,49/l (Tabela 6).

O custo total oscilou de um mínimo de R\$ 1,37/l em Mococa a um máximo de R\$ 1,73/l em Guaratinguetá.

O custo variável consiste na soma do custeio, principalmente alimentação do rebanho, manutenção de pastagens e mão de obra, com as despesas financeiras. O custo operacional é a soma do custo variável com as depreciações e outros custos fixos, como capatazia, encargos sociais e seguro do capital fixo. O custo total é a soma do custo operacional com a renda de fatores (remuneração esperada sobre capital fixo e renda da terra).

Na comparação com o levantamento desses custos de produção realizados em março/2016, o custo variável em Morada Nova aumentou 6,1%; o custo operacional, 4,9% e o custo total, 5,3%. Nas Regiões Sul (estado do RS) e Sudeste (estados de MG e SP), o custo variável médio aumentou 4,1%; o operacional, 5,4%; e o total 5,7%.

Tabela 6.

Custo de produção de leite: municípios do Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo e preço bruto real (IGP-M mar/17) médio pago ao produtor no estado (abr 2016 a mar 2017) - Base: março/2017 - R\$/litro

LOCALIDADE	PRODUÇÃO L/DIA	CUSTO VARIÁVEL ¹	CUSTO OPERACIONAL ²	CUSTO TOTAL ³	CV/CT %	PREÇO BRUTO PAGO AO PRODUTOR - MÉDIO REAL ABR 2016 A MAR 2017 (R\$/L)
CE						1,2476
MORADA NOVA	55	1,04	1,29	1,40	74,3%	
MÉDIA CE	55	1,04	1,29	1,40	74,3%	
MG						1,4520
IBIÁ	500	1,02	1,22	1,48	68,9%	
POMPÉU	1.003	0,99	1,20	1,46	67,8%	
MÉDIA MG		1,01	1,21	1,47	68,4%	
RS						1,3797
IJUÍ	248	0,85	1,12	1,45	58,6%	
PASSO FUNDO	465	0,97	1,15	1,42	68,3%	
MÉDIA RS		0,91	1,14	1,44	63,4%	
SP						1,4117
GUARATINGUETÁ	385	1,03	1,27	1,73	59,5%	
MOCOCA	570	1,00	1,11	1,37	73,0%	
MÉDIA SP		1,02	1,19	1,55	65,5%	
MÉDIA SUL / SUDESTE		0,98	1,18	1,49	65,8%	

Fonte: Conab

Notas: 1 Custo variável: custeio e despesas financeiras.

2 Custo operacional: custo variável acrescido de depreciações e outros custos fixos (capatazia, encargos sociais e seguro do capital fixo).

3 Custo total: custo operacional acrescido de renda de fatores (remuneração esperada sobre capital fixo e renda da terra).

Em março/2017, o custo variável representou 74,3% do custo total em Morada Nova, 68% do custo total em Minas Gerais, 63,4% no Rio Grande do Sul e 65,5% em São Paulo. Na média dos três estados das Regiões Sul e Sudeste, o custo variável representou 65,8 % do custo total, havendo sido de 66,8% em março/2016.

A comparação dos preços mensais médios reais brutos pagos ao produtor entre abril/2016 e março/2017, corrigidos para março/2017 pelo IGP-M de março/2017, com o custo de produção médio, base março/2017, para o município de Morada Nova mostra que o preço médio dos 12 meses até março/2017 foi superior apenas ao custo variável do município, sendo insuficiente para remunerar os custos operacional e total.

Para os seis municípios das Regiões Sul e Sudeste, os resultados apresentados na Tabela 6 revelam que os preços médios pagos ao produtor nos últimos 12 meses, até março/2017, foram suficientes para pagar os custos variáveis médios e os custos operacionais médios nos seis municípios pesquisados.

Com exceção do preço médio pago ao produtor em São Paulo, que foi suficiente para cobrir o custo total de produção em Mococa, nos demais seis municípios pesquisados os preços médios reais dos últimos 12 meses, até março/2017, não foram suficientes para pagar os custos totais.

A continuidade da produção no médio e longo prazo irá depender de preços remuneradores do custo total da atividade.

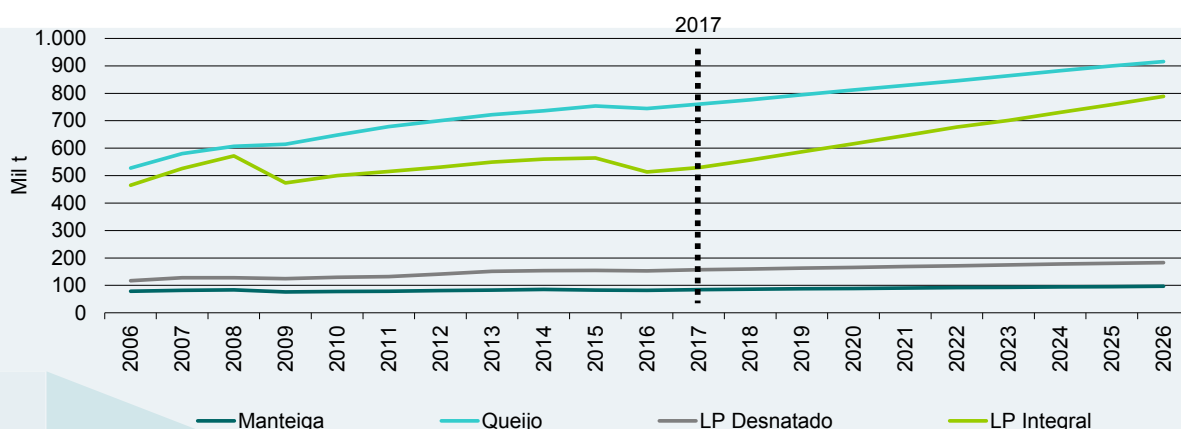
3.5. Produção e preços dos derivados lácteos

As projeções realizadas pela Organization for Economic Cooperation and Development e Food and Agriculture Organization (OECD/FAO), Agricultural Outlook 2017-2026, de junho/2017, indicam que o Brasil deverá produzir em 2017 as seguintes quantidades das principais commodities lácteas: 760,29 mil t de queijo, 528,89 mil t de leite em pó integral, 157,06 mil t de leite em pó desnatado e 84,65 mil t de manteiga (Gráfico 8).

Em relação à evolução da produção dos derivados lácteos, entre 2017 e 2026, a produção de queijo deverá aumentar 20,5% (2,1% aa), alcançando 915,83 mil t no final do período; a de leite em pó integral, 49,1% (4,5% aa), alcançando 788,69 mil t em 2026; a de leite em pó desnatado, 16,7% (1,7% aa), alcançando 183,33 mil t em 2026; e a de manteiga deverá aumentar 14,7% (1,5% aa), alcançando 97,08 mil t em 2026.

Gráfico 8.

Brasil: produção, histórica e estimada, de manteiga, queijo, leite em pó desnatado e leite em pó integral, 2006 a 2026 - em mil t



Fonte: OECD/FAO Food Outlook, 2017 - 2026.

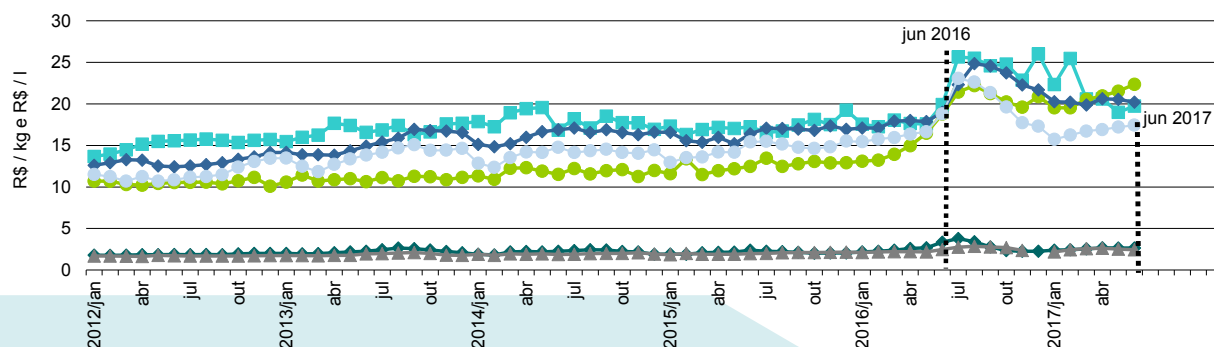
Conforme as informações divulgadas pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, os preços no atacado dos derivados lácteos apresentados no Gráfico 9 apresentaram movimentos mistos entre junho/2016 e junho/2017: leite em pó integral (-0,9%), leite longa vida/UHT (-21,0%), leite tipo C (-1,2%), queijo mussarela (-7,2%), queijo prato (6,4%) e manteiga (19,1%). Nesse nível de comercialização, os preços praticados refletem o comportamento dos preços pagos ao produtor, das importações e da demanda por derivados.

No varejo, os preços dos derivados também apresentaram movimentos mistos entre junho/2016 e junho/2017, acompanhando os preços praticados no atacado e o comportamento da demanda: leite em pó integral (11,6%), leite longa vida/UHT (-14,1%), leite tipo C (3,3%), leite condensado (26,6%), queijo mussarela (0,9%), queijo tipo prato (8,8%) e manteiga (20,3%) (Gráfico 10).

No mesmo período, o IGP-M recuou 0,8%, o preço nominal pago ao produtor em São Paulo aumentou 10,5%, o preço real aumentou 11,3% e o real valorizou-se 3,8 % frente ao dólar.

Gráfico 9.

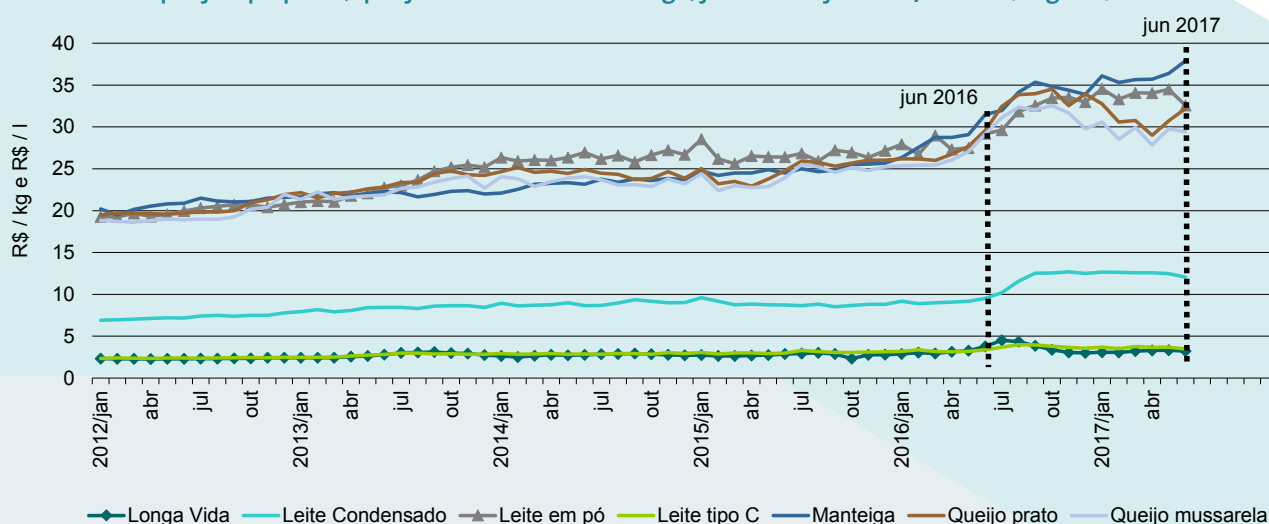
São Paulo (cidade): Preços no atacado do leite em pó integral, leite longa vida, leite tipo C, queijo tipo prato, queijo mussarela e manteiga, jan/2012 a jun/2017 - Em R\$/kg e R\$/l



Fonte: IEA.

Gráfico 10.

São Paulo (cidade): preços no varejo do leite em pó integral, leite longa vida, leite tipo C, leite condensado, queijo tipo prato, queijo mussarela e manteiga, jan/2012 a jun/2017 - em R\$/kg e R\$/l



Fonte: IEA.

4. Considerações finais

No mercado mundial, o aumento da produção de leite em 2017 de 15 países selecionados e da União Europeia está estimado em 1,5%, após aumento de 0,5% em 2016, situando-se em 512,8 milhões de t.

Com exceção da China (-1,4%), Ucrânia (-1,7%); Austrália (-2,7%); e Japão (-0,3%), os demais países e o bloco europeu devem aumentar as suas produções em 2017.

No que se refere ao comércio mundial, a projeção de crescimento da produção dos cinco principais exportadores em 2017 (Nova Zelândia, União Europeia, Estados Unidos, Austrália e Argentina) está estimada em 0,9%, situando-se em 290,8 milhões de t, após um crescimento de 0,1% em 2016.

Este aumento da produção dos principais países exportadores acompanha a recupera-

ção de 2,5% prevista da demanda mundial das quatro principais commodities lácteas em 2017 (queijo, manteiga, leite em pó integral e desnatado), após redução de 0,4% em 2016, principalmente com a recuperação das importações de leite em pó desnatado (5,9%) e queijo (6,7%).

Esse comportamento da produção e do comércio internacional indica que os preços internacionais devem se manter estáveis em 2017.

No mercado interno, a produção nacional de leite cresceu a uma taxa média anual de 2,2% aa, entre 2011 e 2015, evoluindo de 32,0 bilhões de litros para 35,0 bilhões de litros e apresentado redução de 0,4% em 2015.

Em 2016, estima-se que a produção total tenha apresentado uma redução adicional de 1,0%, acompanhando a redução de 3,7% da produção sob inspeção federal, estadual e municipal, que situou-se em 23,1 bilhões de litros. Nesse ano, as importações lácteas em equivalente leite representaram 8,2% da produção total inspecionada do ano.

O nível de produção em 2017 irá depender do cenário interno, onde vários fatores podem influenciar a evolução da atividade nos próximos meses.

O aumento médio dos preços nominais nos últimos seis meses, até junho, de 1,3%/mês, incentivou o produtor a aumentar a produção. No primeiro trimestre a produção aumentou 0,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Com a entrada da alta estação produtiva na Região Sul em julho e, em seguida, na Região Sudeste, os preços médios mensais nacionais tendem a recuar, refletindo o aumento da produção.

A redução dos preços do milho e soja, componentes da alimentação do rebanho, é um fator de estímulo ao aumento da produção, sendo necessária, no entanto, a recuperação do nível de rentabilidade da produção.

Alternativamente, o movimento de retração da demanda devido à crise econômica, com redução do PIB em 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,6%), e com estimativa de retorno do crescimento de apenas 0,3% em 2017, aliado à redução verificada no rebanho leiteiro em 2015 e ao aumento das importações, consubstanciam-se em fatores que reduzem o aumento potencial da oferta interna.

Em conformidade com as projeções efetuadas pela OECD/FAO, em junho/2017, o comportamento da produção brasileira de derivados lácteos apresenta-se bastante positiva. Entre 2017 e 2026, a produção de queijo deve aumentar 20,5% (2,1% aa), alcançando 915,83 mil t no final do período; a de leite em pó integral, 49,1% (4,5% aa), alcançando 788,69 mil t em 2026; a de leite em pó desnatado, 16,7% (1,7% aa), alcançando 183,33 mil t em 2026; e a de manteiga deverá aumentar 14,7% (1,5% aa), alcançando 97,08 mil t em 2026.

Em julho, a Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 1.577, de 17/7/2017, publicou os novos preços mínimos do leite para a estação produtiva 2017/18: Regiões Sul e Sudeste (R\$ 0,85/l); Região Centro-Oeste, exceto Mato Grosso (R\$ 0,83/l); Região Norte e Mato Grosso (R\$ 0,76/l); e Região Nordeste (R\$ 0,87/l).



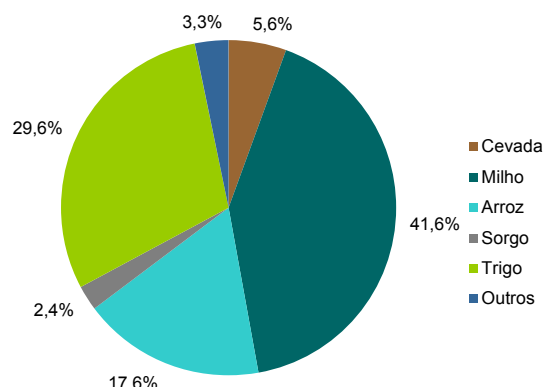
1. Introdução

A cultura do milho é uma das mais importantes dentro do cenário da produção agropecuária no mundo, haja vista algumas utilizações deste cereal que justificam tal importância, como:

1. Principal fonte de energia dentro do processo de nutrição animal, sendo o cereal mais largamente consumido pelos setores de aves e suínos;
2. Pode ser utilizado na alimentação humana como flocos, farinha e óleo, além de fazer parte de vários processos da indústria alimentícia e de bebidas;
3. É uma importante matriz energética na produção de biocombustíveis como o etanol.

Por essa razão, a produção deste cereal é importante na balança comercial de muitos países. Atualmente, é o grão mais produzido no mundo, sendo responsável por 42% de todos os grãos gerados, seguido pelo trigo (30%), e arroz (18%).

Gráfico 1.
Participação percentual dos principais grãos produzidos no mundo



Fonte: USDA

Além disso, pode-se afirmar que o milho é fundamental para a rotação de cultura, principalmente no binômio soja-milho, tornando-se o segundo grão mais plantado no Brasil.

Contudo, a sua sensibilidade aos fundamentos de oferta e demanda mundial e brasileira na composição de preços aos produtores, torna o milho uma cultura de alto risco de preços. Daí a importância de trabalhos como o de prospecção para o planejamento do produtor rural.

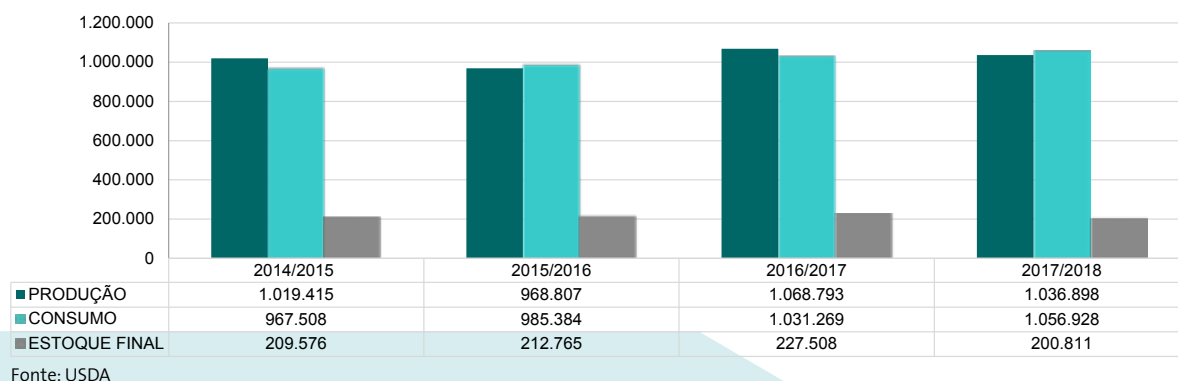
2. Panorama internacional

2.1. Oferta e demanda

Desde a safra 2016/17, a produção e o consumo de milho no mundo, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) superaram 1,0 bilhão de toneladas, gerando um estoque bastante confortável a nível mundial. Este resultado interferiu diretamente no processo de decisão de plantio da safra 2017/18, mormente nos Estados Unidos, principal produtor e exportador mundial do cereal e direcionador do mercado de milho.

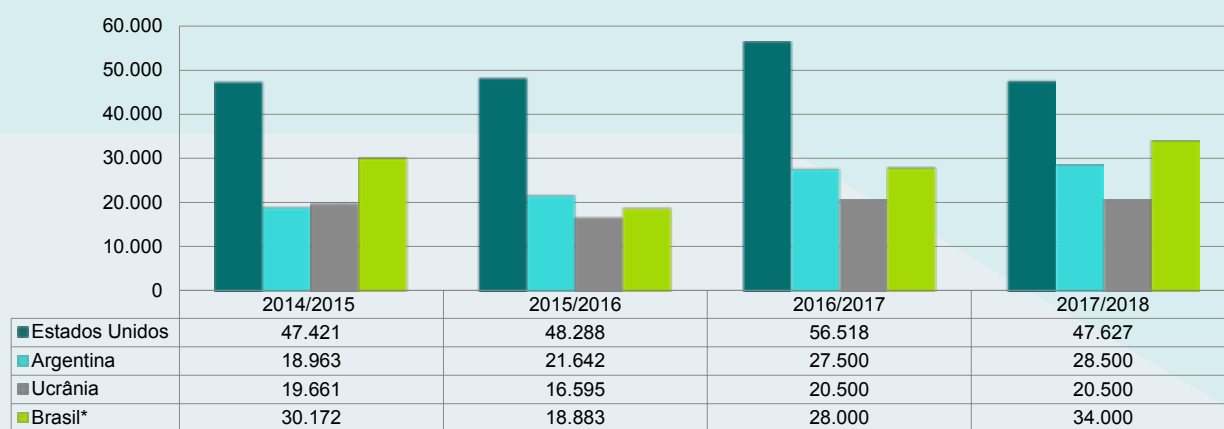
No entanto, para a safra 2017/18, o relatório de julho do USDA estima uma produção cerca de 20,0 milhões de toneladas abaixo do consumo de 1,06 bilhões, evidenciando a crescente demanda mundial por esse grão, não só para atendimento do setor animal, como também para a produção de biocombustível. Desse modo, os estoques finais ainda elevados tendem a cair de 227,5 para 200,8 milhões de toneladas.

Gráfico 2.
Produção, consumo e estoque mundial de milho (mil t)



Diante de uma produção tão elevada e um estoque bastante confortável aos demandantes, o mercado exportador passará a ser bem mais competitivo que em anos anteriores. Isto por que os Estados Unidos continuam como principal exportador, mas tendendo a perder espaço para os países da América do Sul, como Brasil e Argentina. No caso da Argentina, a política do Governo Macri de retirada das retenções (imposto sobre as exportações) de milho, deu um impulso na produção do cereal no país, bem como à expectativa de exportação, saindo de 19,6 milhões, em 2014/15, para 28,5 milhões de toneladas em 2017/18.

Gráfico 3.
Principais exportadores mundiais de milho (mil t)



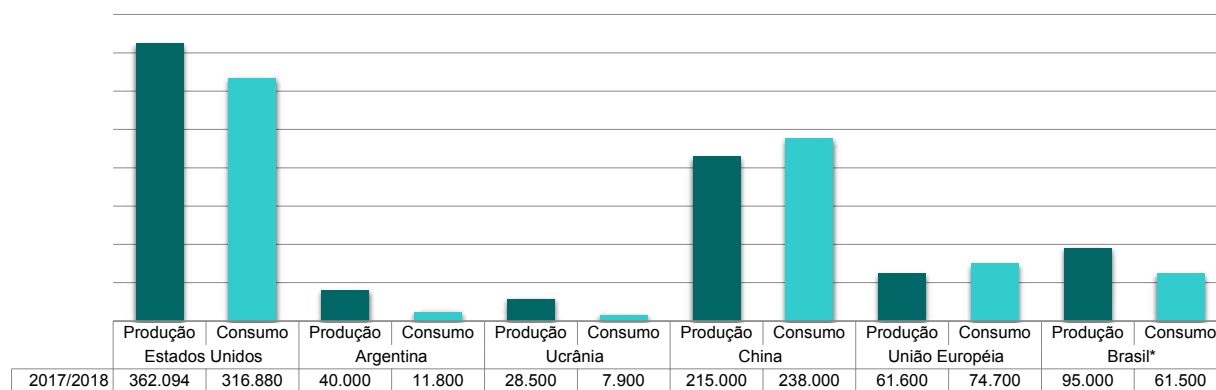
De acordo com o USDA, o Brasil pode chegar a um volume exportado em 2017/18 de 34,0 milhões de toneladas, o que seria um recorde para o país.

Uma das razões da maior competição entre os principais *players* exportadores de milho é o aumento de produção nas últimas duas safras na América do Sul. Para a safra 2017/18, Brasil e Argentina podem, segundo o USDA, atingir um volume de 135,0 milhões de toneladas.

Outro ponto de destaque na oferta e demanda mundial é o incremento significativo no consumo chinês, com mais de 20,0 milhões de toneladas de diferença em relação à produção estimada, deixando claro o efeito da política chinesa de retirada dos preços mínimos para o milho. Por essa razão, a China deve suprir a necessidade interna com os elevados estoques chineses.

Os Estados Unidos continuam como principal produtor mundial de milho, porém, com uma redução devido à uma diminuição na área plantada, na ordem de 20,0 milhões de toneladas em relação à safra anterior, ficando, até o momento, com uma previsão de 362,1 milhões de toneladas.

Gráfico 4.
Produção e consumo dos principais países produtores de milho na safra 2017/2018 (mil t)



Fonte: USDA

No entanto, a safra de milho dos Estados Unidos ainda está em andamento e vem enfrentando alguns problemas climáticos, tanto no início do plantio, com excesso de chuvas, como com uma forte estiagem no mês de julho em alguns estados como Indiana, Dakota do Sul e do Norte, podendo impactar na produtividade média final e, possivelmente, reduzindo essa estimativa.

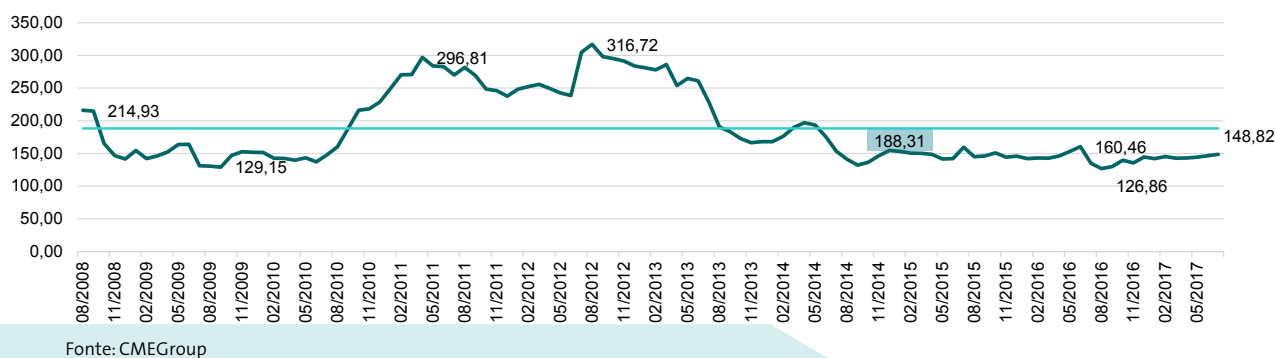
2.2. Preços internacionais

As cotações do milho na Bolsa de Chicago, de maneira geral, se comportam fundamentadas nos aspectos de oferta e demanda mundial, essencialmente no que tange os principais produtores como Estados Unidos, China e Brasil.

Ao longo de 10 anos, os preços do cereal variaram bastante, com valores abaixo de US\$ 130,00/t (US\$ 3,30/bu) até valores acima de US\$ 310,00/t (US\$ 7,87/bu). Assim, em um cenário de ampla oferta do grão, dado o volume de estoque de passagem na casa dos 200,0 milhões de toneladas, ou seja, 2 meses e 16 dias de consumo, desde meados de 2014 os preços estão abaixo do valor médio da série de 10 anos de US\$ 188,31/t (US\$ 4,79/bu).

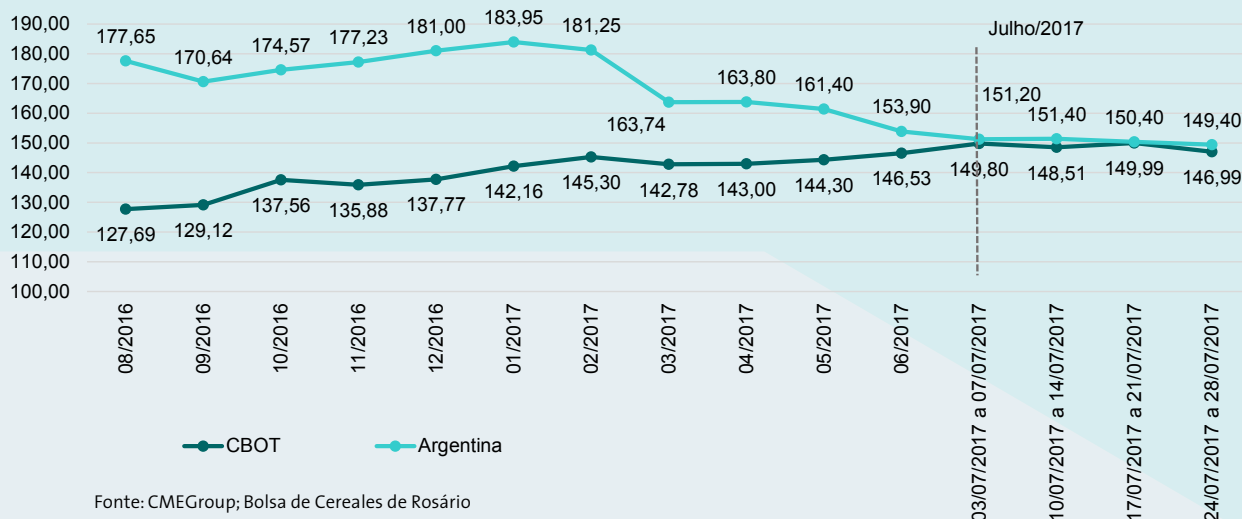
Com a produção recorde na safra 2016/17, as cotações do milho chegaram ao seu valor mínimo em 10 anos, atingindo a menor média mensal, no valor de US\$ 126,66/t (US\$ 3,21/bu).

Gráfico 5.
Preços internacionais (CBOT 1ª entrega) - US\$/t - ago/2008 - julho/2017



Para o ano de 2017, com a projeção de uma safra menor nos Estados Unidos, em função da diminuição da área plantada, bem como os aspectos climáticos negativos (excesso de chuvas no plantio e estiagem no período de polinização), o mercado especula valores em Chicago um pouco maiores, mas não chegaram a romper os níveis de US\$ 157,47/t (US\$ 4,00/bu), para os contratos de 1ª entrega na Bolsa.

Gráfico 6.
Preços internacionais CBOT 1ª entrega e Rosário (Argentina) - US\$/t



Atipicamente, o ano de 2017 apresenta um fenômeno sobre *players* do mercado como Argentina e Brasil, onde os preços FOB costumam ser um pouco acima das cotações da Bolsa de Chicago, dados os valores de prêmios nos portos exportadores. A exemplo, cita-se a cotação FOB Rosário que se aproximou no último mês dos valores médios da Bolsa de Chicago, muito provavelmente pela ampla oferta interna do país e pelo aumento da competitividade entre os *players* do mercado, já que os demandantes possuem mais ofertantes com bastante excedentes que em anos anteriores.

2.3. Projeções para a próxima safra

Para a safra 2017/18, como já apresentado anteriormente, o USDA estima uma pequena redução na produção mundial em relação à safra anterior, um aumento de consumo e, por consequência, diminuição dos estoques finais estimados em 200,8 milhões de toneladas.

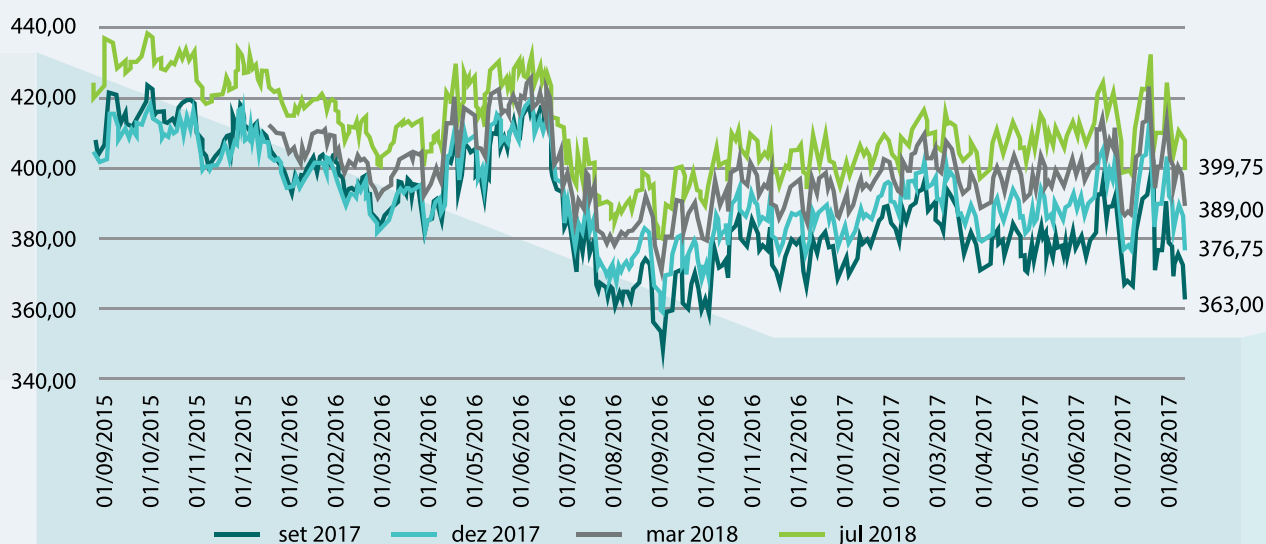
O principal fator que tem provocado a diminuição da produção mundial se resume na redução da produção de milho nos Estados Unidos, principal produtor do cereal no mundo. Contudo, ainda há de se observar o comportamento do clima ao longo do desenvolvimento da lavoura norte-americana, que deve ter sua colheita iniciada entre final de setembro e início de outubro.

Outro aspecto de importância para o cenário mundial é de quanto deverá ser a safra brasileira, estimada pelo USDA em 95,0 milhões de toneladas, ou seja, similar ao que está sendo colhido na safra 2016/17.

No entanto, vale lembrar que, para 2016/17, houve aumento da área de 1ª safra, além das condições climáticas excelentes que permitiram ao Brasil atingir um volume de 97,2 milhões de toneladas, segundo a Conab.

De qualquer maneira, este cenário já é suficiente para indicar cotações um pouco mais atrativas que as registradas em julho de 2016 para os diversos contratos em Chicago.

Gráfico 7.
Evolução das cotações dos contratos de Milho - CBOT - US\$Cents/bushel

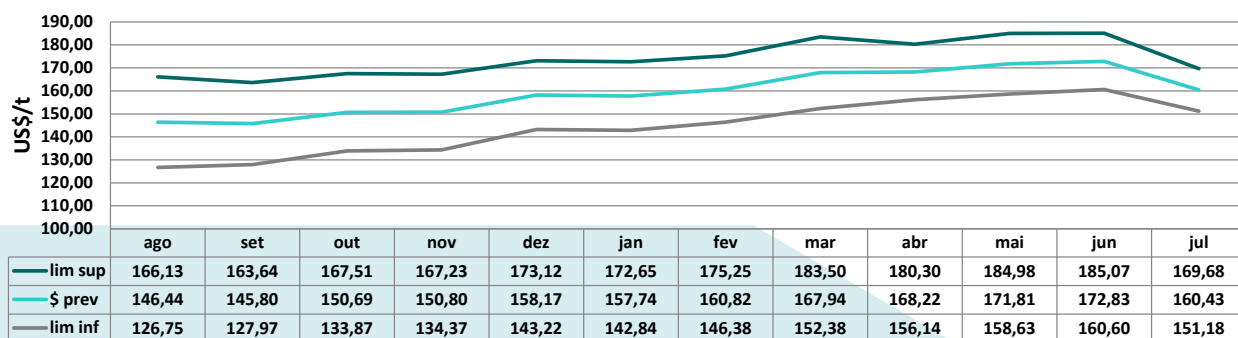


Mesmo assim, o mercado tem precificado uma variação nos contratos entre setembro/17 a julho/18 de US\$ 142,90(US\$ 3,63/bu) a US\$ 157,37/t (US\$ 3,99/bu).

Dentro de uma análise econométrica, e observada a conjuntura de oferta e demanda mundial, bem como a tendência, em função dos baixos preços do milho na Bolsa de Chicago de não haver incremento na área plantada de milho para a safra 2018/19 dos Estados Unidos (que será plantada em abril/maio de 2018, influenciando os preços do grão), as cotações estimadas

devem variar entre os limites inferior e médio do gráfico abaixo, mais precisamente entre US\$ 145,00 e US\$ 160,00/t (US\$ 3,68 a US\$ 4,06/bu).

Gráfico 8.
Projeção das cotações de milho 1ª entrega na CBOT



Fonte: Conab

3. Panorama nacional

3.1. Oferta e demanda

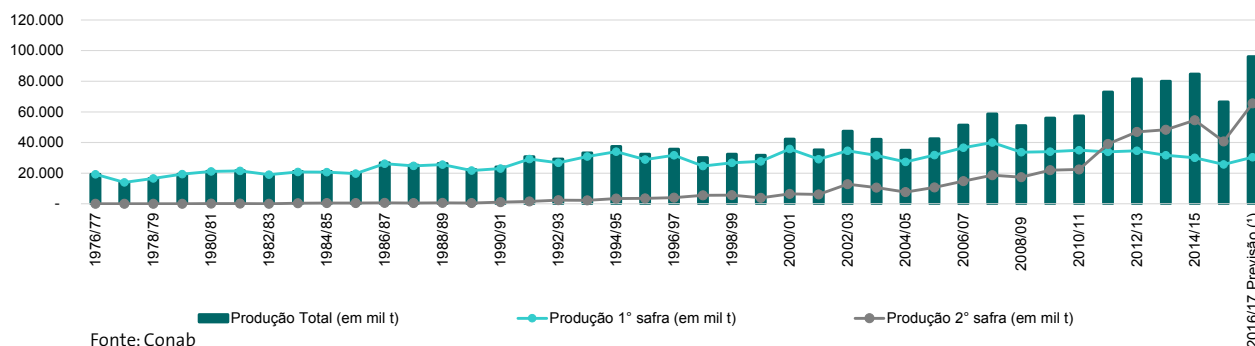
Tabela 1.
Oferta e demanda de milho - Brasil - fev jan - mil t

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
2016/17	7.999,0	97.191,2	500,0	105.690,2	56.100,0	28.000,0	21.590,2

Fonte: Conab

A produção brasileira de milho, segundo a Conab, deve atingir seu maior volume, estimado em 97,2 milhões de toneladas. Este incremento significativo deu-se em função do aumento da área plantada do milho 1ª safra, do plantio do milho 2ª safra dentro do período ideal e das condições climáticas favoráveis às duas safras do grão, associando incremento na área com aumento de produtividade média.

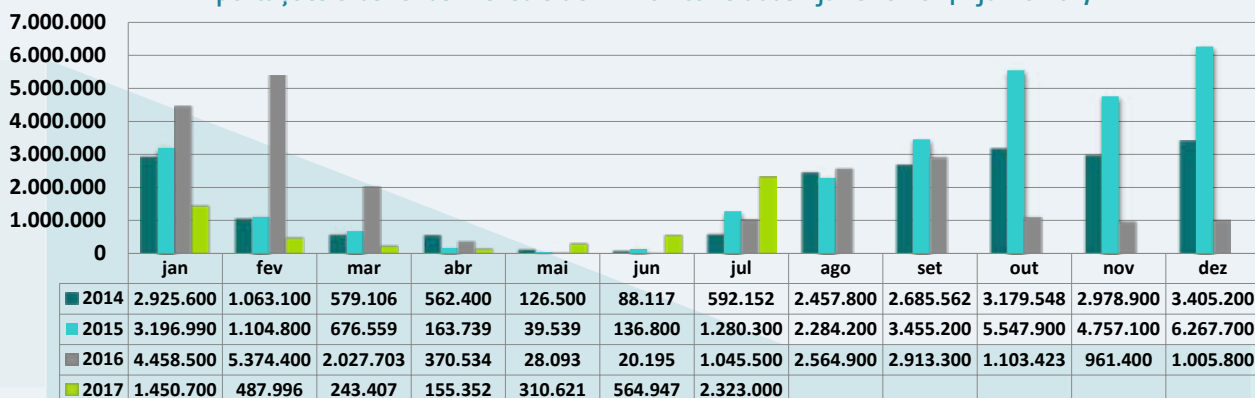
Gráfico 9.
Comparativo de produção de milho 1ª e 2ª safra no Brasil (Mil t)



No entanto, o consumo (56,1 milhões de toneladas), apesar de maior que do ano anterior, trata-se apenas de uma recuperação do volume de demanda do setor animal (especialmente aves e suínos, que sofreu com a escassez do grão e com os elevados preços na safra 2015/16, forçando a diminuir seu plantel e investimentos) e do consumo do grão para a produção de etanol, com início de novas indústrias e a retomadas das mais antigas.

Em relação às exportações do milho, há uma expectativa de embarque de 28,0 milhões de toneladas até o fim de janeiro de 2018. Contudo, é possível que, diante de alguns problemas de ordem logística, haja um comportamento semelhante ao ocorrido em 2016, quando se viu um grande volume de milho da safra antiga sendo exportado em fevereiro e março de 2018, sendo contabilizado na oferta e demanda da safra 2017/18.

Gráfico 10.
Exportações brasileiras mensais de milho - toneladas - janeiro 2014 - julho 2017



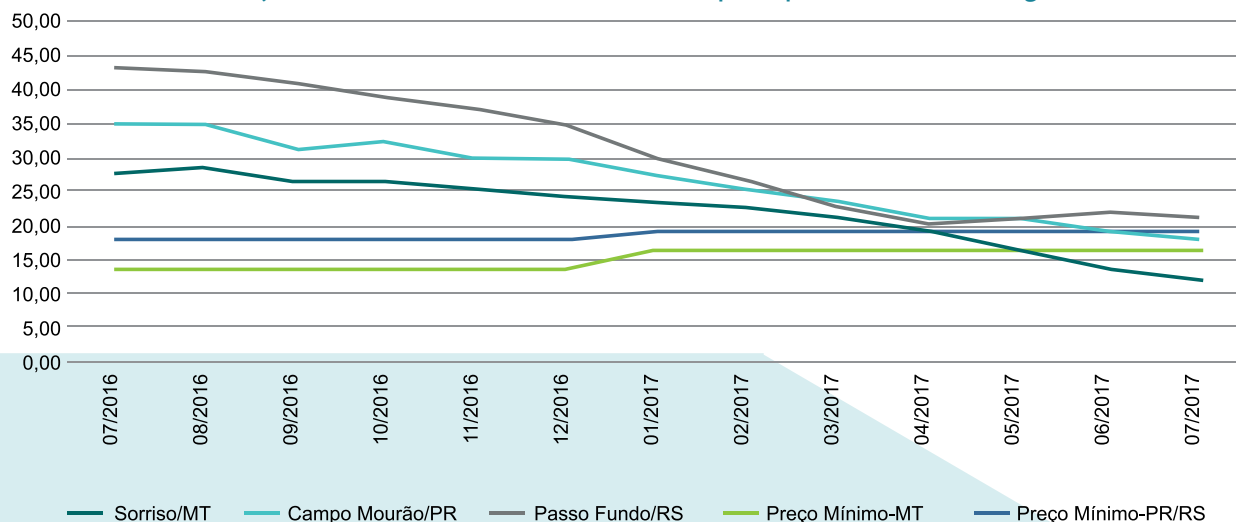
Fonte: Secex

Neste cenário, somando à produção o estoque inicial de quase 8,0 milhões de toneladas e tirando o consumo total estimado para a safra 2016/17, os estoques previstos tendem a ficar em 21,6 milhões de toneladas, ou seja, o maior estoque de passagem na história da produção de milho no país.

3.2. Preços nacionais

Nesta conjuntura, tanto externa quanto interna, vê-se que os preços domésticos do milho vêm sofrendo fortes pressões baixistas, fazendo o Governo Federal dispor dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para, não só garantir renda ao produtor nacional, como para destravar a comercialização que estava estagnada, em virtude deste panorama baixista.

Gráfico 11.
Preços médios de milho mensais recebidos pelos produtores – R\$/60Kg



Fonte: Conab

Portanto, os preços domésticos de milho encontram-se abaixo do preço mínimo, sobretudo no Mato Grosso, estado com maior sensibilidade ao custo logístico, vez que em Sorriso as cotações do milho em julho fecharam a média mensal em R\$ 12,00/60 Kg e com tendência de baixas ainda maiores, com o decorrer da colheita da 2ª safra.

Na Região Sul, local onde há um grande volume de granjas de aves e suínos, ou seja, onde predomina a demanda interna com o mercado bem abastecido, dado o volume elevado de milho tanto da 1ª quanto da 2ª safra, os preços, quando já não se encontram abaixo do preço mínimo, estão bem próximos.

Além da safra robusta de milho, a paridade de exportação mais baixa nos portos brasileiros devido não só aos preços em Chicago, mas à desvalorização do Dólar frente ao Real, bem como o alto custo de frete, ajudam a pressionar as cotações internas, causando apreensão nos produtores que não enxergam no curto prazo sinal de melhora, apesar de ficarem na expectativa de uma quebra de safra nos Estados Unidos.

Entretanto, mesmo com uma perda de produção da safra estadunidense, o peso da safra elevada e o alto volume de estoque de passagem nacional, não permitiriam uma recuperação que fosse significativa nas cotações domésticas.

4. Análise prospectiva para a safra nacional 2017/18

4.1. Análise do quadro de suprimento

O USDA projeta para o Brasil uma produção de 95,0 milhões de toneladas na safra 2017/18, isto é, um leve recuo em relação à safra 2016/17, quando nos atuais níveis de produtividade média do país (próximo a 93 sacas/ha), a redução de área não chegaria a 2%.

Observando o comportamento atual dos preços domésticos, bem como o volume de estoque de passagem previsto, é perfeitamente possível uma queda na produção, mormente

no que se refere a uma redução na área plantada do milho 1ª safra, onde muitos produtores tendem a trocar a área de milho por soja, visto que a segunda está aparentemente mais rentável.

No entanto, este volume de produção pode ser ainda menor que o previsto pelo USDA. O mercado tem projetado redução na área plantada entre 2 e 5%.

Isto porque, se fosse concretizada a produção estimada pelo USDA, e considerando também a estimativa de exportação de 34,0 milhões de toneladas (levando-se em conta que possivelmente parte do estoque da safra 2016/17 poderá ser exportada em um volume considerável em fevereiro e março de 2018), e um aumento de consumo na ordem de 3,0% (inclusive pelo fato de algumas usinas de etanol já estarem em plena atividade), chegando a 57,8 milhões de toneladas, o quadro de suprimentos de milho seria assim:

Tabela 2.
Oferta e demanda de milho - Brasil - fev jan* - mil t

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
2016/17	7.999,0	97.191,2	500,0	105.690,2	56.100,0	28.000,0	21.590,2
2016/17	21.590,2	95.000,0	500,0	117.090,2	57.783,0	34.000,0	25.307,2

Legenda: (*) Cenário com base em uma análise da projeção de produção do USDA, safra 2017/18

Fonte: Conab

Portanto, do ponto de vista da rentabilidade, um cenário como este, onde o estoque de passagem chegaria a 25,3 milhões de toneladas, seria ainda mais preocupante e não arrefeceria a pressão sobre os preços domésticos, muito pelo contrário.

Neste sentido, o produtor brasileiro deve estar atento, visto que precisa ter rentabilidade no seu processo produtivo. Portanto, é interessante que, estrategicamente, o produtor opte por uma diminuição da área plantada ainda mais significativa, uma vez que é necessário que a cadeia produtiva de milho, safra 2017/18, reduza significativamente os estoques finais, tendo em vista que somente uma redução mais significativa na produção (abaixo de 90,0 milhões de toneladas, pelo menos), poderá atingir este objetivo.

4.2. Análise de rentabilidade

Neste pressuposto, o que pode pesar na decisão do produtor de milho para a próxima safra é exatamente a análise de rentabilidade, principalmente na determinação da área de 1ª safra, isto por que a soja está bem mais atrativa, quando se analisa os estados onde milho e soja são concorrentes.

Tomando como base os parâmetros de custo de produção de maio de 2017 com os últimos preços médios em praças importantes no Paraná, Rio Grande do Sul e na Bahia, verifica-se que, para a maioria das praças o milho está pagando somente o custeio da lavoura, enquanto

a soja garante uma boa rentabilidade para todos os custos, inclusive o operacional, mesmo com os preços menores que os registrados no ano passado.

Tabela 3.
Comparativo de rentabilidade de milho e soja no PR

DISCRIMINAÇÃO	PREÇOS MERCADO - PRODUTOR - SOJA		PREÇOS MERCADO - PRODUTOR - MILHO	
	61,15	R\$/60kg	17,67	R\$/60kg
ANÁLISE FINANCEIRA:	R\$/HA	R\$/60kg	R\$/HA	R\$/60kg
A - RECEITA BRUTA	3057,50	61,15	2503,25	17,67
B - DESPESAS:				
B1 - DESPESAS DE CUSTEIO (DC)	1081,25	21,63	2003,84	14,14
B2 - CUSTOS VARIÁVEIS (CV)	1300,57	26,01	2569,59	18,14
B3 - CUSTO OPERACIONAL (CO)	1623,76	32,48	2882,74	20,35
A) - MARGEM BRUTA S/ DC (A - B1)	1976,25	39,53	499,41	3,53
B) - MARGEM BRUTA S/ CV (A - B2)	1756,93	35,14	-66,34	-0,47
C) - MARGEM LÍQUIDA S/ CO (A - B3)	1433,74	28,67	-379,49	-2,68
ANÁLISE QUANTITATIVA:	kg/HA	60kg/HA	kg/HA	60kg/HA
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ DC	1060,92	17,68	6.804	113,40
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ CV	1276,11	21,27	8.725	145,42
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ CO	1593,22	26,55	9.789	163,14
INDICADORES:				
RECEITA SOBRE O CUSTEIO	(A / B1)	2,83	(A / B1)	1,25
RECEITA SOBRE O CUSTO VARIÁVEL	(A / B2)	2,35	(A / B2)	0,97
RECEITA SOBRE O CUSTO OPERACIONAL	(A / B3)	1,88	(A / B3)	0,87
MARGEM BRUTA (DC) / RECEITA	(A / A)	64,6%	(A / A)	20,0%
MARGEM BRUTA (CV) / RECEITA	(B / A)	57,5%	(B / A)	-2,7%
MARGEM LÍQUIDA (CO) / RECEITA	(C / A)	46,9%	(C / A)	-15,2%

Fonte: Conab

Nota: Foram utilizadas como praças de referência de preços e custos Campo Mourão - PR

PRODUTIVIDADE MÉDIA DA SOJA: 3.000 kg/HA
PRODUTIVIDADE MÉDIA DO MILHO: 8.500 kg/HA

Tabela 4.
Comparativo de rentabilidade de milho e soja no RS

DISCRIMINAÇÃO	PREÇOS MERCADO - PRODUTOR - SOJA		PREÇOS MERCADO - PRODUTOR - MILHO	
	57,00	R\$/60KG	21,00	R\$/60KG
ANÁLISE FINANCEIRA:	R\$/HA	R\$/60KG	R\$/HA	R\$/60KG
A - RECEITA BRUTA	2090,00	57,00	2625,00	21,00
B - DESPESAS:				
B1 - DESPESAS DE CUSTEIO (DC)	1135,00	30,95	2125,96	17,01
B2 - CUSTOS VARIÁVEIS (CV)	1386,89	37,82	2701,77	21,61
B3 - CUSTO OPERACIONAL (CO)	1708,92	46,61	2976,6	23,81
A) - MARGEM BRUTA S/ DC (A - B1)	955,00	26,05	499,04	3,99
B) - MARGEM BRUTA S/ CV (A - B2)	703,11	19,18	-76,77	-0,61
C) - MARGEM LÍQUIDA S/ CO (A - B3)	381,08	10,39	-351,60	-2,81
ANÁLISE QUANTITATIVA:	KG/HA	60KG/HA	KG/HA	60KG/HA
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ DC	1194,74	19,91	6.074	101,24
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ CV	1459,88	24,33	7.719	128,66
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ CO	1798,86	29,98	8.505	141,74
INDICADORES:				
RECEITA SOBRE O CUSTEIO	(A / B1)	1,84	(A / B1)	1,23
RECEITA SOBRE O CUSTO VARIÁVEL	(A / B2)	1,51	(A / B2)	0,97
RECEITA SOBRE O CUSTO OPERACIONAL	(A / B3)	1,22	(A / B3)	0,88
MARGEM BRUTA (DC) / RECEITA	(A / A)	45,7%	(A / A)	19,0%
MARGEM BRUTA (CV) / RECEITA	(B / A)	33,6%	(B / A)	-2,9%
MARGEM LÍQUIDA (CO) / RECEITA	(C / A)	18,2%	(C / A)	-13,4%

Fonte: Conab

Nota: Foram utilizadas como praças de referência de preços e custos Passo Fundo e São Luiz Gonzaga

PRODUTIVIDADE MÉDIA DA SOJA: 2.200 KG/HA
PRODUTIVIDADE MÉDIA DO MILHO: 7.500 KG/HA

Há de se dizer que, apenas no oeste da Bahia, em função dos preços ainda mais altos que os da Região Sul do país, o milho paga o custeio e o custo variável, ainda assim, a rentabilidade do milho não se compara à da soja.

Tabela 5.
Comparativo de rentabilidade de milho e soja na BA

DISCRIMINAÇÃO	PREÇOS MERCADO - PRODUTOR - SOJA		PREÇOS MERCADO - PRODUTOR - MILHO	
	59,92	R\$/60KG	22,58	R\$/60KG
ANÁLISE FINANCEIRA:	R\$/HA	R\$/60KG	R\$/HA	R\$/60KG
A - RECEITA BRUTA	2996,00	59,92	3161,20	22,58
B - DESPESAS:				
B1 - DESPESAS DE CUSTEIO (DC)	1409,14	28,18	2048,05	14,63
B2 - CUSTOS VARIÁVEIS (CV)	1756,20	35,12	2938,51	20,99
B3 - CUSTO OPERACIONAL (CO)	1992,28	39,85	3200,19	22,86
A) - MARGEM BRUTA S/ DC (A - B1)	1586,86	31,74	1113,15	7,95
B) - MARGEM BRUTA S/ CV (A - B2)	1239,80	24,80	222,69	1,59
C) - MARGEM LÍQUIDA S/ CO (A - B3)	1003,72	20,07	-38,99	-0,28
ANÁLISE QUANTITATIVA:	KG/HA	60KG/HA	KG/HA	60KG/HA
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ DC	1411,02	23,52	5.442	90,70
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ CV	1758,54	29,31	7.808	130,14
PONTO DE EQUILÍBRIO S/ CO	1994,94	33,25	8.504	141,73
INDICADORES:				
RECEITA SOBRE O CUSTEIO	(A / B1)	2,13	(A / B1)	1,54
RECEITA SOBRE O CUSTO VARIÁVEL	(A / B2)	1,71	(A / B2)	1,08
RECEITA SOBRE O CUSTO OPERACIONAL	(A / B3)	1,50	(A / B3)	0,99
MARGEM BRUTA (DC) / RECEITA	(A / A)	53,0%	(A / A)	35,2%
MARGEM BRUTA (CV) / RECEITA	(B / A)	41,4%	(B / A)	7,0%
MARGEM LÍQUIDA (CO) / RECEITA	(C / A)	33,5%	(C / A)	-1,2%

Fonte: Conab

Nota: Foram utilizadas como praças de referência de preços e custos Barreiras - BA

PRODUTIVIDADE MÉDIA DA SOJA: 3.000 KG/HA
PRODUTIVIDADE MÉDIA DO MILHO: 8.400 KG/HA

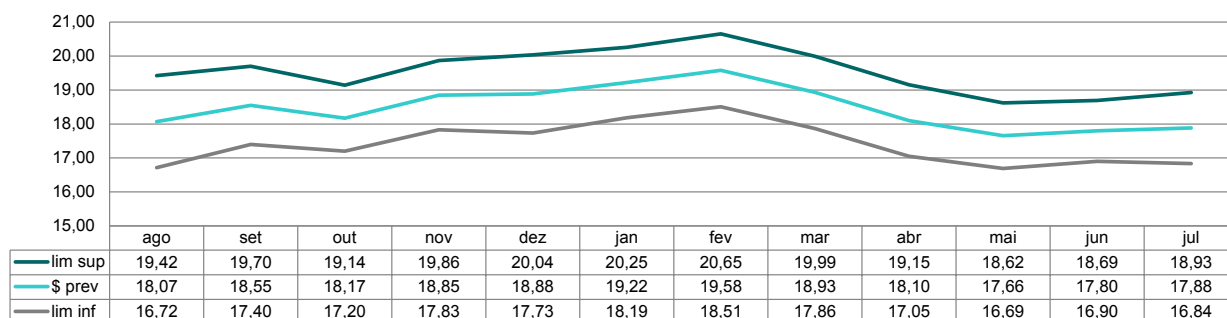
Nestas condições, é muito provável que os produtores de milho na 1ª safra diminuam a área plantada em detrimento da soja.

4.3. Projeção de preços futuros

Diante do que foi exposto, pelo cenário conjuntural externo e interno apresentado, com a projeção de preços em Chicago variando entre US\$ 145,00 e US\$ 160,00/t (US\$ 3,68 a US\$ 4,06/bu), e com o dólar variando muito de R\$ 3,15 a R\$ 3,40, estima-se algumas perspectivas de preços das principais praças produtoras, assim descritas:

- Estado do Paraná: possivelmente os preços no mercado interno trabalhem entre o ponto médio e o limite inferior. Desta feita, a variação do preço pago ao produtor deverá ser de R\$ 16,70 a R\$ 19,60/60Kg.

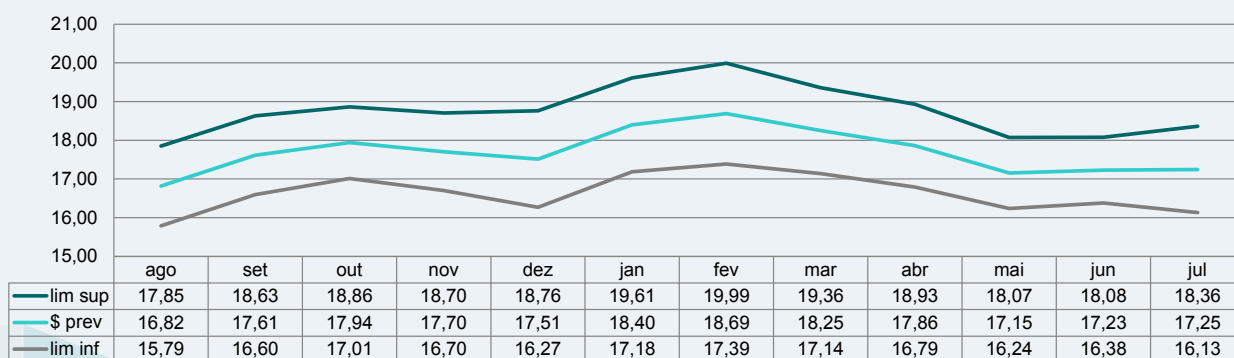
Gráfico 12.
Projeção dos preços médios pagos ao produtor no Paraná (R\$/60Kg)



Fonte: Conab

- Estado de Goiás, semelhante ao que ocorrerá no Paraná, acredita-se que os preços deverão variar, em virtude da ampla oferta interna do grão, entre o limite inferior e o ponto médio, ficando entre R\$ 15,80 e R\$ 18,40/60Kg, ou seja, durante o período da safra os preços possivelmente fiquem abaixo do preço mínimo de R\$ 19,21/60Kg.

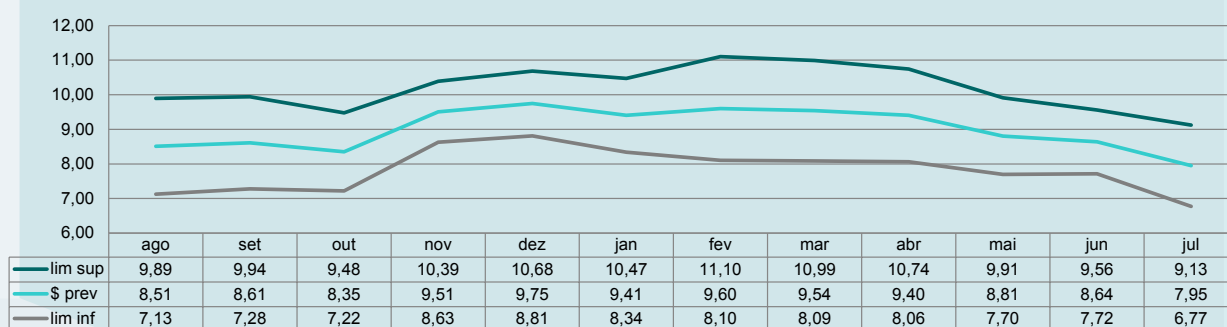
Gráfico 13.
Projeção dos preços médios pagos ao produtor em Goiás (R\$/60Kg)



Fonte: Conab

Obviamente que, devido ao alto custo logístico do estado do Mato Grosso, os preços em Sorriso, principal município produtor de milho do país, bem como das demais praças produtoras da Região Norte do estado, devem ficar, também, entre o limite inferior e o ponto médio, permanecendo abaixo do preço mínimo de R\$ 16,50/60 Kg. Além disso, a oferta ampla no estado e a capacidade estática privada de armazenamento aquém da necessidade, provavelmente, manterão os preços entre R\$ 7,20 e R\$ 9,60/60 Kg.

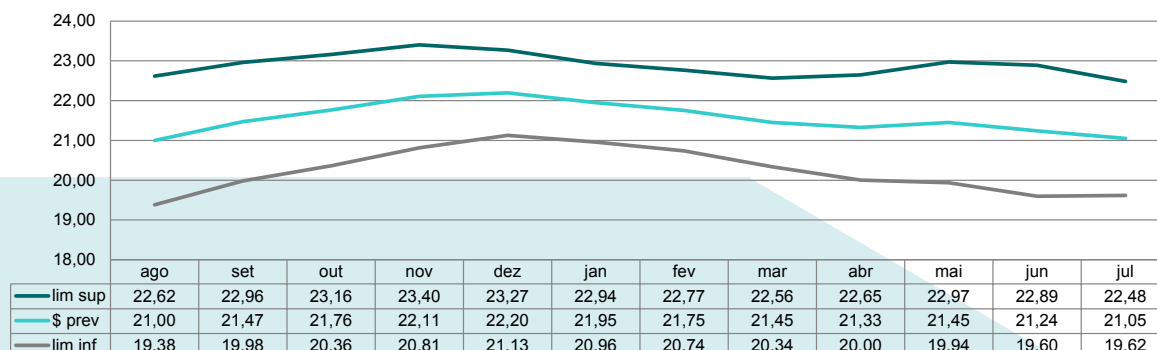
Gráfico 14.
Projeção dos preços médios pagos ao produtor em Sorriso - MT (R\$/60Kg)



Fonte: Conab

Em se tratando do Matopiba, usando como referência de análise o município de Barreiras, pertencente ao oeste baiano, é provável que os preços do milho, a exemplo de outras praças, também trabalhem no limite médio, variando entre R\$ 19,30 e R\$ 22,20/60Kg.

Gráfico 15.
Projeção dos preços médios pagos ao produtor na BA (R\$/60Kg)



Fonte: Conab

5. Considerações finais

Nesta ótica, o produtor enfrentará na safra 2017/18 um momento ímpar, com um alto volume de estoque que deverá influenciar na tomada de decisão de plantio, visto que a rentabilidade prevista com os preços pressionados deverá ser baixa.

No entanto, este cenário deve ter um peso mais significativo sobre a o plantio do milho 1ª safra, já que na 2ª safra os produtores rurais não dispõem de outras alternativas que tenham a mesma liquidez e mercado definido que o milho.

Fatos expostos, há de se considerar, finalmente, que, caso não haja uma redução mais significativa da produção brasileira do grão, provocando uma diminuição significativa nos estoques finais, visto que o consumo doméstico e as exportações tem seus limites de incremento, os preços devem continuar sobre forte pressão baixista ao longo do ano safra 2017/18.



SOJA

LEONARDO AMAZONAS



1. Introdução

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações de 2014 foram estimadas em US\$ 225,10 bilhões; em 2015, US\$ 191,13 bilhões; e, em 2016, US\$ 185,23 bilhões, sendo, portanto, o segundo ano consecutivo em que as exportações brasileiras têm diminuído.

O complexo soja, composto pela soja em grãos e seus derivados como óleo e farelo de soja, foi o principal produto exportado em 2016, representando 13,72% de toda a exportação brasileira, ou seja, US\$ 25,42 bilhões, ficando à frente de produtos importantes como minérios, petróleo e combustíveis.

Apesar de ser o produto de maior valor exportado nos últimos anos, é o segundo ano consecutivo que o complexo soja tem uma retração nos valores Free On Board (FOB - US\$/t.) das exportações, puxadas, principalmente, pela baixa dos preços deste complexo no mercado internacional. Daí a importância do acompanhamento do panorama internacional, pois, sendo o Brasil o maior exportador de soja mundial, os preços internacionais afetam diretamente a balança comercial brasileira, e mais diretamente os preços deste complexo no mercado nacional.

Além disto, a soja em grãos é esmagada internamente, extraíndo-se dois subprodutos: o óleo e o farelo de soja. Em 2016 estima-se que foram esmagadas, aproximadamente, 40,20 milhões de toneladas de soja em grãos, onde foram produzidas, aproximadamente, 7,83 milhões de toneladas de óleo de soja, usado, sobretudo, para o consumo humano e para fabricação de biodiesel.

Ainda, em 2016, foram produzidos 30,95 milhões de toneladas de farelo de soja, usados, sobretudo, para alimentação proteica animal de aves, suínos e bovinos e alimentação humana industrial.

O objetivo deste trabalho é expor para o agricultor brasileiro uma tendência de mercado para a cadeia produtiva da soja, safra 2017/18, abordando aspectos de oferta e demanda mundial e nacional, projeções de preços futuros e rentabilidade, portanto, acredita-se que o produtor brasileiro terá uma excelente ferramenta para a tomada da decisão de como e o quanto plantar.

Tabela 1.
Principais produtos exportados - US\$/FOB

	2016		2015		2015/2016
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	Var. %
TOTAL	185.235.400.805	100%	191.134.324.584	100%	-3,09%
SOJA	25.422.407.980	13,72%	27.958.701.158	14,63%	-9,07%
MATERIAL DE TRANSPORTE E COMPONENTES	25.402.091.916	13,71%	21.516.844.618	11,26%	18,06%
PETROLEO E DERIVADOS DE PETROLEO	13.477.319.937	7,28%	16.519.736.236	8,64%	-18,42%
MINERIOS METALURGICOS	15.816.098.724	8,54%	16.693.435.225	8,73%	-5,26%
CARNE	13.920.845.488	7,52%	14.392.559.243	7,53%	-3,28%
PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS	12.709.651.516	6,86%	13.464.881.503	7,04%	-5,61%
PRODUTOS METALURGICOS	11.608.273.484	6,27%	13.433.093.174	7,03%	-13,58%
ACUCAR E ALCOOL	11.331.730.387	6,12%	8.521.827.808	4,46%	32,97%
MAQ.,APAR. E INSTR. MECANICOS	7.490.108.059	4,04%	7.397.194.088	3,87%	1,26%
PAPEL E CELULOSE	7.445.547.779	4,02%	7.622.574.875	3,99%	-2,32%
CAFE	5.430.064.741	2,93%	6.121.857.286	3,20%	-11,30%

Fonte: Secex

2. Mercado internacional

O mercado internacional de soja é composto por quatro principais *players*, com três produtores a saber: Estados Unidos, Brasil e Argentina, e um comprador (importador), a China.

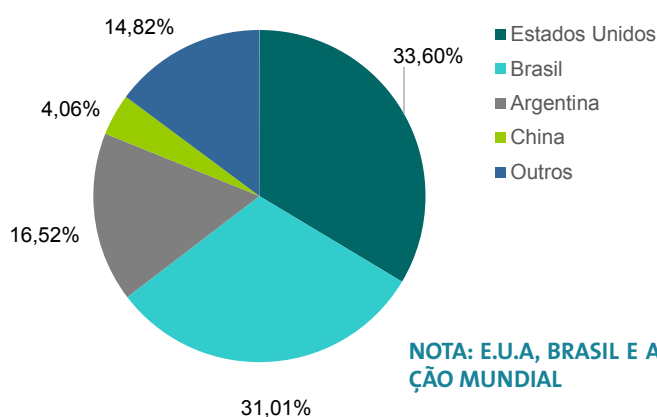
Segundo estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em sua última divulgação do quadro de oferta e demanda mundial referente ao mês de julho/2017, foi estimado para a safra mundial de soja em grãos 2017/18: EUA (33,60%), Brasil (31,01%) e Argentina (16,52%), responsáveis por 81,12% de toda a produção mundial de soja em grão e a China por 63% de todas as importações mundiais.

2.1. Produção mundial de soja

Em seu relatório de junho de 2016 o USDA estima que a safra mundial de soja em grãos 2017/18 será de aproximadamente 345,09 milhões de toneladas, valor 1,90% menor que o estimado na safra 2016/17 de 313,26 milhões de toneladas.

Esta redução é ocasionada, principalmente, por uma perspectiva de perdas nas produções das safras americana e brasileira de soja em grãos.

Gráfico 1.
Produção mundial soja em grãos - safra 2017/2018



País	SAFRA		DIFERENÇA %
	2016/17	2017/18	
ESTADOS UNIDOS	117,21	115,94	-1,08%
BRASIL	114,00	107,00	-6,14%
ARGENTINA	57,80	57,00	-1,38%
CHINA	12,90	14,00	8,53%
OUTROS	49,87	51,15	2,58%
TOTAL	351,78	345,09	-1,90%

NOTA: E.U.A, BRASIL E ARGENTINA SÃO RESPONSÁVEIS POR 81,12% DA PRODUÇÃO MUNDIAL

Fonte: USDA/jul.2017

2.1.1. Estados Unidos

Nos Estados Unidos a safra 2016/17 foi estimada em aproximadamente 117,21 milhões de toneladas com um aumento de aproximadamente 9,68% em relação à safra anterior.

Os principais fatores para esta expansão de produção foram: aumento de área estimado em 1,22%, entre as safras 2015/16 e 2016/17, mas, principalmente, após uma passagem de safra com clima extremamente favorável, a produtividade média americana estimada foi de 3.500kg/ha, valor muito superior à média de 3.250kg/ha.

Para safra 2017/18 o USDA estima que a produtividade não alcance este patamar de produtividade, chegando a apenas 3.250kg/ha, e mesmo com um aumento de área estimado em aproximadamente 7,24%, a produção deverá ser de 115,94 milhões de toneladas.

2.1.2. Brasil

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, a produtividade estimada para a safra 2016/17 foi muito superior à média normal das últimas safras, assim, e apesar do aumento de área estimado em 2,35%, o USDA prevê uma redução de produtividade para o Brasil e, consequentemente, uma redução na produção para a safra 2017/18, passando de 114,00 milhões de toneladas para 107,00 milhões de toneladas.

2.1.3. Argentina

Apesar da redução de impostos para exportações de soja, para a Argentina as expectativas são as mesmas que no Brasil e Estados Unidos, pois após a ótima safra 2016/17, o USDA avalia uma redução de produtividade para este país, e, apesar de também um possível aumento de área, a produção deverá ser menor na safra 2017/18, estimada em 57 milhões de toneladas.

2.1.4. China

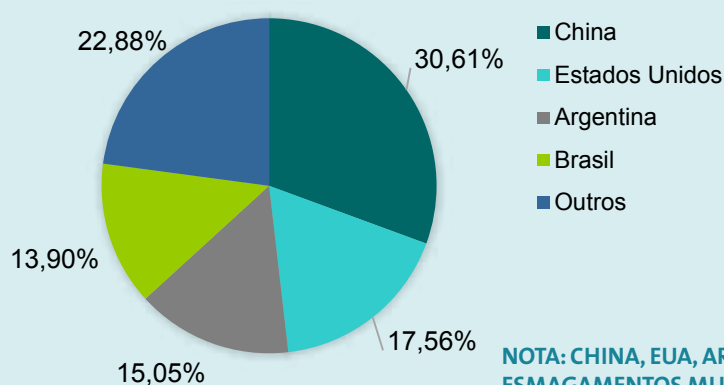
A China, apesar de ser o maior consumidor de grãos de soja do mundo é responsá-

vel por apenas 4,06% de toda a produção mundial, com estimativa de produção para a safra 2017/18 de apenas 14,00 milhões de toneladas. Este valor é 8,53% maior que o estimado na safra 2016/17, calculada em 12,90 milhões de toneladas.

2.2. Esmagamento mundial de soja

Segundo o USDA, haverá aumento de esmagamento mundial de soja, safra 2017/18, em relação à safra 2016/17, de aproximadamente 4,06%, com um valor de 302,23 milhões de toneladas em esmagamentos. O aumento absoluto é de 11,78 milhões de toneladas.

Gráfico 2.
Esmagamento mundial soja em grãos - safra 2017/2018



País	SAFRA		DIFERENÇA %
	2016/17	2017/18	
CHINA	86,50	92,50	6,94%
ESTADOS UNIDOS	51,71	53,07	2,63%
ARGENTINA	45,45	45,50	0,11%
BRASIL	41,50	42,00	1,20%
OUTROS	65,29	69,16	5,93%
TOTAL	290,45	302,23	4,06%

NOTA: CHINA, EUA, ARGENTINA E BRASIL SÃO RESPONSÁVEIS POR 77,12% DOS ESMAGAMENTOS MUNDIAIS

Fonte: USDA/jul.2017

2.2.1. China

Apesar da estimativa de uma redução de crescimento industrial para o ano de 2018, a China é a maior esmagadora de soja no mundo, sendo responsável por 30,61% de todos os esmagamentos mundiais para a safra 2017/18, avaliados em mais de 92,50 milhões de toneladas de grãos, ou seja, um aumento de 6,94%, em relação à safra passada (2016/17).

2.2.2. Estados Unidos

Mesmo com um aumento pouco significativo de apenas 2,63% entre as safras 2016/17 e 2017/18, os Estados Unidos vêm em segundo lugar, com 17,56% dos esmagamentos mundiais na safra 2017/18, estimados em 53,07 milhões de toneladas. Em valores absolutos, este aumento é de 1,36 mil toneladas.

2.2.3. Argentina

Segundo o USDA, a Argentina deve esmagar 45,50 milhões de toneladas de soja em grãos, ou seja, aumento de apenas 0,11% em relação à safra anterior, estimada em 45,45 milhões de toneladas. Com isto, aquele país se destaca como o terceiro maior esmagador mundial, com 15,05% de todas as exportações estimadas para a safra 2017/18.

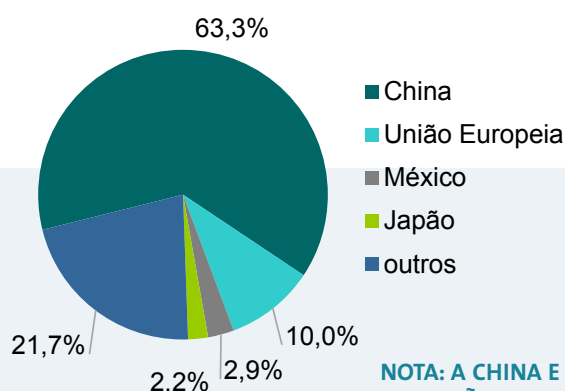
2.2.4. Brasil

Ainda, segundo aquele departamento, para a safra 2016/17 o Brasil deverá esmagar, aproximadamente, 42 milhões de toneladas de soja em grãos, isto é, aumento de apenas 1,20%, em relação à safra anterior, estimada em 41,50 milhões de toneladas.

2.3. Importação mundial de soja

As exportações mundiais para a safra 2017/18 estão estimadas em 148,60 milhões de toneladas, valor 4,24% maior que o previsto para a safra 2016/17. Todavia, em números absolutos, é de apenas 6,05 milhões de toneladas.

Gráfico 3.
Importação mundial soja em grãos - safra 2017/2018



País	SAFRA		DIFERENÇA %
	2016/17	2017/18	
CHINA	91,00	94,00	3,30%
UNIÃO EUROPEIA	14,00	14,80	5,71%
MÉXICO	4,20	4,30	2,38%
JAPÃO	3,20	3,30	3,12%
OUTROS	30,15	32,20	6,80%
TOTAL	142,55	148,60	4,24%

NOTA: A CHINA E A UNIÃO EUROPEIA SÃO RESPONSÁVEIS POR 73,21% DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS

Fonte: USDA/jul.2017

2.3.1. China

Como a China produz apenas 14 milhões de toneladas de grãos e esmaga 92,50 milhões de toneladas, para a safra 2017/18 deverá continuar como maior importador de soja mundial com cerca de 63,25% de toda a soja em grãos importada.

Na safra 2017/18, vislumbrou-se um aumento de importação na China de 3,30% em números absolutos de 3,0 milhões de toneladas, em relação à safra 2016/17, estimada em 94 milhões de toneladas.

2.3.2. Demais países

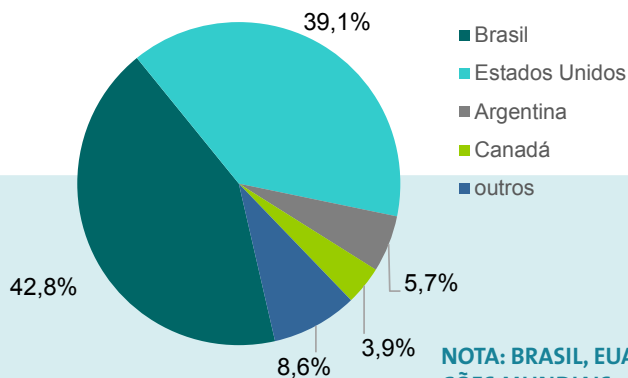
Os demais países, juntos, são responsáveis por 36,74% das importações mundiais. A União Europeia está em segundo lugar (9,96%), com importação de 14,80 milhões de toneladas e um aumento de importação estimado em 5,71%, e o México, em terceiro lugar (2,89%), com 4,30 milhões de toneladas e um aumento de importação, estimado em 2,38%.

2.4. Exportação mundial de soja

O USDA avalia que as exportações mundiais de soja no mundo, safra 2017/18, cheguem a 149,66 milhões de toneladas, representando aumento de apenas 3,09%, em relação às expectativas de exportações mundiais, safra 2016/17, que foram de 145,17 milhões de toneladas.

Como maiores produtores de soja, responsáveis por 81,12% da produção mundial, o Brasil (42,76%), os Estados Unidos (39,09%) e a Argentina (5,68%), juntos, são também responsáveis por 87,54% de todas as exportações mundiais.

Gráfico 4.
Exportação mundial soja em grãos – safra 2017/2018



Fonte: USDA/jul.2017

NOTA: BRASIL, EUA E ARGENTINA SÃO RESPONSÁVEIS POR 87,54% DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS.

País	SAFRA		DIFERENÇA %
	2016/17	2017/18	
BRASIL	61,50	64,00	4,07%
ESTADOS UNIDOS	57,15	58,51	2,38%
ARGENTINA	8,00	8,50	6,25%
CANADA	4,60	5,80	26,09%
OUTROS	13,92	12,85	-7,69%
TOTAL	145,17	149,66	3,09%

2.4.1. Brasil

O Brasil, na safra 2017/18, será o maior exportador de soja do mundo, com 64,00 milhões de toneladas de soja em grãos exportadas, aumento de 4,07%, em relação às exportações da safra 2016/17 que foram de 61,50 milhões de toneladas, segundo o USDA.

2.4.2. Estados Unidos

Os Estados Unidos viriam em seguida com 58,51 milhões de toneladas e um aumento em relação à safra passada de 2,38%, de 57,15 milhões de toneladas.

2.4.3. Argentina

A Argentina viria em terceiro lugar, de forma aproximada com 8,50 milhões de toneladas em exportações na safra 2017/18, valor esse 6,25% maior que da safra passada, de 8,00 milhões de toneladas.

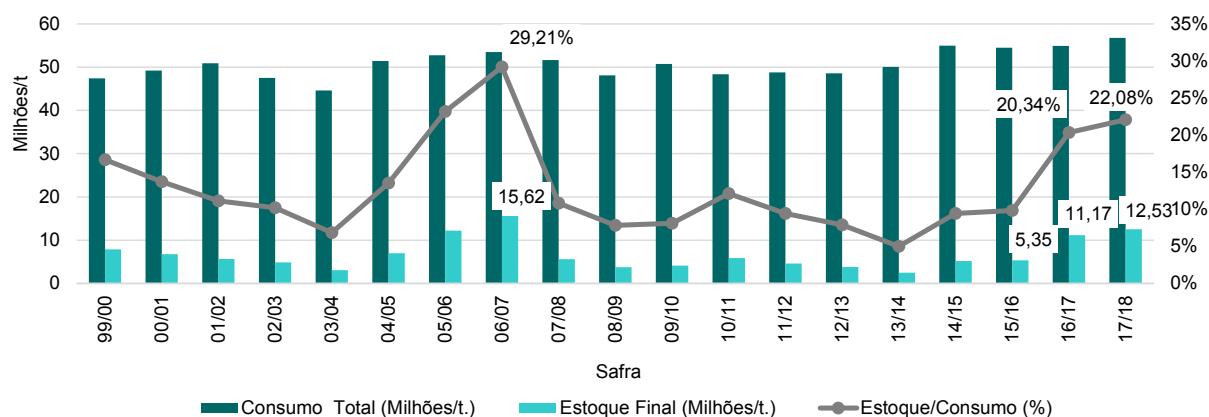
2.5. Estoque final mundial

O USDA estima uma redução dos estoques de passagem mundiais de soja para a safra 2017/18 de 1,31% a menos que o praticado no ano anterior, ficando em aproximadamente 93,53 milhões de toneladas.

2.5.1. Estados Unidos

Para a safra 2017/18, mesmo com os Estados Unidos avaliando que os esmagamentos e exportações ficarão praticamente estáveis e a produção menor que da safra anterior, os estoques de passagem americanos estão 12,15% maiores que os estimados na safra 2016/2017 em 12,53 milhões de toneladas, sendo um dos maiores valores de estoques da história. O principal valor a ser observado nos estoques de passagem é o dos Estados Unidos pois a relação estoque e consumo americano é a maior dos últimos 11 anos.

Gráfico 5.
Relação estoque e consumo EUA



Fonte: USDA

2.5.2. China

Com uma produção de apenas 14 milhões de toneladas, uma importação de 94,00 milhões de toneladas e um esmagamento de 92,50 milhões de toneladas, a China deverá diminuir seus estoques de passagem em aproximadamente, 1,30%, ou seja, estimados em 18,91 milhões de toneladas, mas, ainda considerados altos.

2.6. Preços internacionais

Devido à grande oferta de soja em grãos mundial para a safra 2017/18, quando o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) prevê que a produção mundial de soja chegue a 345,09 milhões de toneladas, os preços cotados na Bolsa de Valores de Chicago (CBOT) têm sofrido forte baixa em 2017.

Apesar do aumento de consumo estimado nos Estados Unidos, Brasil, Argentina e China, responsáveis por aproximadamente 77,11% do consumo mundial, os estoques de passagem mundiais estão estimados em 93,53 milhões de toneladas, representando, aproximadamente 27,10% de toda a produção estimada para a safra 2017/2018 no mundo, estimada em 345,09 milhões de toneladas.

Para entender o excesso de oferta mundial, basta lembra que, na safra 2013/2014, os estoques de passagem americanos foram de 2,50 milhões de toneladas e na safra 2017/18, de 12,53 milhões de toneladas, significando que, em 4 anos houve um aumento percentual de quase 500% nos estoques finais dos Estados Unidos.

Portanto e devido a estes fatos, os preços spot da Bolsa de Valores de Chicago, que em 2012 eram cotados, em média, a US\$ 14,65/bu (chegando a ser cotados a US\$ 17,70/bu, em setembro de 2012), vêm baixando gradativamente desde então.

Em 2015, com os estoques de passagem americano da safra 2013/14 passando de 2,50 milhões de toneladas para 5,19 milhões de toneladas, os preços CBOT começaram a ser cotados a um valor menor de US\$ 9,00/bu, chegando em março de 2016 ao valor de US\$ 8,50/bu.

Ainda, em 2016, depois de várias especulações climáticas de um provável problema na

safrá 2016/17 (que acabou não ocorrendo), os preços internacionais deram uma grande alavancada chegando a ser cotados a US\$ 11,78/bu.

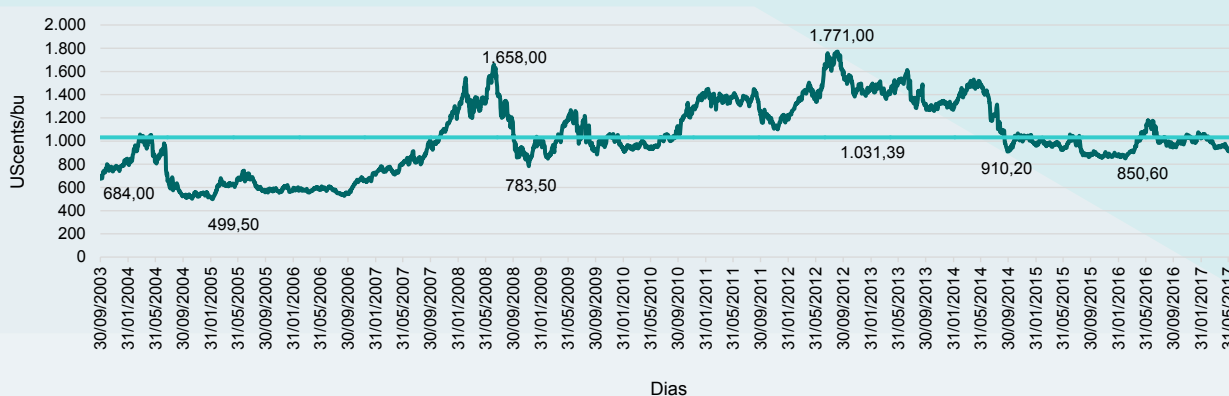
Porém, diante da confirmação de uma estimativa recorde de safrá americana estimada em mais de 117,21 milhões de toneladas, os preços internacionais no segundo semestre de 2016 tiveram uma pequena desvalorização, só não sendo pior devido à demanda aquecida pelas importações de soja em grãos da China, que estimularam as exportações americanas.

Em 2017, apesar de uma pequena redução de estimativa de produção americana que passou de 117,21 na safrá 2016/17 para 115,95 milhões de toneladas na safrá 2017/18, o consumo e as exportações não foram suficientemente grandes para diminuir os estoques finais deste país. Desta feita, os estoques de passagem estão estimados em mais de 12,53 milhões de toneladas, o maior dos últimos 11 anos.

Em que pese todas as tentativas de especulação em cima de um provável problema climático na safrá atual dos Estados Unidos, os preços spot, que até o final de maio de 2017 estavam encontrando suporte no valor de US\$ 9,40/bu, no mês de junho de 2017, diante uma possível safrá recorde americana, e sem nenhum problema climático que pudesse interferir no valor atual, começaram a cair, chegando a ser cotados ao valor de USCents 9,04/bu.

E mais uma vez, no mês de julho de 2017, as especulações climáticas influenciaram os preços internacionais, pois, o clima quente e com poucas chuvas estava influenciando a cultura, fazendo com que os preços voltassem a ser praticados acima de USCents 10,00/bu.

Gráfico 6.
Preços internacionais (CBOT) - set.2003- jun.2017



Fonte: CBot

Como descrito, os principais fatores que devem influenciar os preços internacionais até o início do plantio no Brasil (setembro 2017), podem ser citados: o excesso de oferta e o clima dos Estados Unidos.

Como o clima é o maior responsável por um provável aumento ou redução da produtividade e, conseqüentemente do valor total produzido, as especulações climáticas devem ser o fator de maior influência dos preços internacionais, até o início da colheita norte-americana (setembro 2017).

Segundo o USDA, em seu relatório semanal do progresso da cultura de soja dos Estados Unidos, no dia 24 de julho de 2017, apenas 48% da cultura plantada estava em fase de enchi-

mento de grãos, fase em que o clima exerce maior influência sobre a produtividade da cultura, e apenas 57% da cultura estava em condições consideradas boas ou excelentes. Se comparado ao mesmo período de 2016, quando o clima norte-americano foi considerado ótimo para o desenvolvimento da cultura, com chuvas e temperaturas dentro da normalidade, condição da lavoura prevista em 71% de ótima/boa, pode-se dizer que foi um valor muito superior ao estimado neste momento para a safra 2017/18.

Estas reduções dos valores das condições das lavouras norte-americana têm como causa as altas temperaturas e poucas chuvas nos principais estados produtores de soja deste país, e qualquer variação positiva de quantidade de chuva e temperatura, principalmente na fase de enchimento de grãos, pode modificar o valor médio das produtividades dos Estados Unidos.

Caso o clima norte-americano continue seco e quente, a produtividade deve baixar a um valor menor que os 3.250kg/ha estimados pelo USDA para a safra atual. Com isto, os preços internacionais devem subir e podem ficar entre o valor de US\$ 10,50/bu e US\$11,00/bu praticados no segundo semestre de 2016.

No entanto, caso as chuvas e temperatura voltem à normalidade, na fase de enchimento de grãos, as condições das lavouras estadunidenses devem melhorar, fazendo com que os preços internacionais voltem a ser cotados a menos de US\$ 10,00/bu, com suporte em US\$ 9,40/bu.

Para o primeiro semestre de 2018, os preços futuros da CBOT estão estimados com valores girando em torno de US\$ 10,00/bu e US\$ 10,20/bu, isto levando em consideração os fundamentos de mercado já descritos.

3. Mercado nacional

3.1. Safra brasileira de soja em grãos

Segundo a Conab, em seu relatório de safras do mês de julho de 2017, para a safra já colhida 2016/17, o Brasil produziu, aproximadamente, 113,93 milhões de toneladas de soja em grãos, valor 19,38% maior que os 95,43 milhões de soja em grãos produzidos na safra 2015/16. Este aumento foi provocado pelo aumento de área, estimado em 1,9%, passando de 33,25 milhões de hectares para 33,89 milhões de hectares. Mas o fator de maior impacto foi o aumento na produtividade de aproximadamente 17,1%, pois o ótimo clima nos principais estados produtores em todos os estágios da lavoura contribuiu para que a produção chegasse a este valor.

Os principais estados produtores da safra 2016/17 são: Mato Grosso, com 26,8% da produção (30,51 milhões de toneladas); Paraná, com 17,1% da produção (19,53 milhões de toneladas); Rio Grande do Sul, com 16,4% (18,71 milhões de toneladas); e Goiás, com 9,4% (10,82 milhões de toneladas).

O Matopiba teve a produção estimada em 12,49 milhões de toneladas, com um aumento de 83,9% em relação à safra passada, representando 11% de toda a produção nacional.

Há de se ressaltar que na safra 2015/16 houve quebra de produção devido a problemas

climáticos, principalmente no Mato Grosso e no chamado Matopiba, que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Tabela 2.
Soja - comparativo de área, produtividade e produção Brasil

REGIÃO/UF	ÁREA (EM MIL HA)			PRODUTIVIDADE (EM KG/HA)			PRODUÇÃO (EM MIL T)		
	SAFRA 15/16 (A)	SAFRA 16/17 (B)	VAR. % (B/A)	SAFRA 15/16 (C)	SAFRA 16/17 (D)	VAR. % (D/C)	SAFRA 15/16 (E)	SAFRA 16/17 (F)	VAR. % (F/E)
NORTE	1.576,3	1.788,3	13,4	2.422,7	3.044,2	25,7	3.818,9	5.444,0	42,6
RR	24,0	30,0	25,0	3.300,0	3.300,0	-	79,2	99,0	25,0
RO	252,6	296,0	17,2	3.028,4	3.132,0	3,4	765,0	927,1	21,2
PA	428,9	500,1	16,6	3.003,0	3.191,0	6,3	1.288,0	1.595,8	23,9
TO	870,8	962,2	10,5	1.937,0	2.933,0	51,4	1.686,7	2.822,1	67,3
NORDESTE	2.878,2	3.095,8	7,6	1.774,4	3.123,4	76,0	5.107,1	9.669,4	89,3
MA	786,3	821,7	4,5	1.590,0	3.040,0	91,2	1.250,2	2.498,0	99,8
PI	565,0	693,8	22,8	1.143,0	2.952,0	158,3	645,8	2.048,1	217,1
BA	1.526,9	1.580,3	3,5	2.103,0	3.242,0	54,2	3.211,1	5.123,3	59,5
CENTRO-OESTE	14.925,1	15.193,6	1,8	2.931,5	3.300,7	12,6	43.752,6	50.149,9	14,6
MT	9.140,0	9.322,8	2,0	2.848,0	3.273,0	14,9	26.030,7	30.513,5	17,2
MS	2.430,0	2.522,3	3,8	2.980,0	3.400,0	14,1	7.241,4	8.575,8	18,4
GO	3.285,1	3.278,5	(0,2)	3.120,0	3.300,0	5,8	10.249,5	10.819,1	5,6
DF	70,0	70,0	-	3.300,0	3.450,0	4,5	231,0	241,5	4,5
SUDESTE	2.326,9	2.351,4	1,1	3.255,4	3.456,1	6,2	7.574,9	8.126,6	7,3
MG	1.469,3	1.456,1	(0,9)	3.220,0	3.466,0	7,6	4.731,1	5.046,8	6,7
SP	857,6	895,3	4,4	3.316,0	3.440,0	3,7	2.843,8	3.079,8	8,3
SUL	11.545,4	11.459,6	(0,7)	3.047,2	3.537,7	16,1	35.181,1	40.540,3	15,2
PR	5.451,3	5.249,6	(3,7)	3.090,0	3.721,0	20,4	16.844,5	19.533,8	16,0
SC	639,1	640,4	0,2	3.341,0	3.580,0	7,2	2.135,2	2.292,6	7,4
RS	5.455,0	5.569,6	2,1	2.970,0	3.360,0	13,1	16.201,4	18.713,9	15,5
NORTE/NORDESTE	4.454,5	4.884,1	9,6	2.003,8	3.094,4	54,4	8.926,0	15.113,4	69,3
CENTRO-SUL	28.797,4	29.004,6	0,7	3.004,0	3.406,9	13,4	86.508,6	98.816,8	14,2
BRASIL	33.251,9	33.888,7	1,9	2.870,1	3.361,9	17,1	95.434,6	113.930,2	19,4

Fonte: Conab

Nota: Estimativa em julho/2017

3.2. Esmagamentos e consumo total brasileiro de soja em grãos

Em função da quebra de safra 2015/16, que motivou em uma pequena redução na oferta interna do grão e do aumento da demanda total (interna e externa) de farelo e óleo de soja para 2017, os esmagamentos brasileiros de soja para 2017 tiveram um leve aumento (6,96%) em relação a 2016, estimados em 43 milhões de toneladas.

Com o uso de sementes e outros usos somados aos esmagamentos, o consumo total de soja em grãos no Brasil passaria para 47,28 milhões de toneladas em 2017.

3.3. Exportação brasileira de soja em grãos

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) o Brasil exportou em torno de 44 milhões de toneladas de grãos de janeiro a junho de 2017, valor recorde para o período. Para o segundo semestre de 2017 as exportações brasileiras devem continuar aquecidas, tanto que

para julho de 2017 é calculada uma exportação de 7,1 milhões de toneladas, valor 23% maior que o exportado em julho de 2017.

Desta forma, as exportações para 2017 estão estimadas em 63 milhões de toneladas, valor 22% maior que o total exportado em 2016, podendo ser ainda maior caso venha a ocorrer problemas climáticos nos Estados Unidos, possibilitando que o Brasil continue com as altas exportações após a colheita americana, ou seja, nos meses de setembro a dezembro de 2017, antes do fim do ano-safra nacional.

Tabela 3.
Exportações Brasileira de Soja

MÊS/ANO	2016				2017				MÉDIA DOS 5 ANOS			
	QUANT. (t)	VALOR US\$1000FOB	%	PREÇO MÉDIO	QUANT. (t)	VALOR US\$1000FOB	%	PREÇO MÉDIO	QUANT. (t)	VALOR US\$1000FOB	%	PREÇO MÉDIO
JAN	394.432	147.635	0,76	374,30	911.827	364.833	2,07	400,11	218.679	95.996	0,50	438,98
FEV	2.036.818	715.348	3,95	351,21	3.509.447	1.404.183	7,98	400,12	1.402.995	629.556	3,24	448,72
MAR	8.374.549	2.924.902	16,24	349,26	8.979.127	3.534.058	20,41	393,59	5.117.131	2.273.498	11,82	444,29
ABR	10.085.881	3.532.371	19,55	350,23	10.432.129	3.948.237	23,72	378,47	6.927.166	3.112.919	16,00	449,38
MAI	9.915.099	3.600.309	19,22	363,11	10.959.858	4.063.423	24,91	370,76	7.900.662	3.605.779	18,24	456,39
JUN	7.761.036	2.971.369	15,05	382,86	9.197.021	3.353.722	20,91	364,65	6.726.102	3.094.452	15,53	460,07
1ª SEM.	38.567.816	13.891.935	74,77	360,20	43.989.410	16.668.455	100,00	378,92	28.292.734	12.812.200	65,33	452,84
JUL	5.787.203	2.424.555	11,22	418,95					5.632.843	2.658.398	13,01	471,95
AGO	3.816.071	1.590.493	7,40	416,79					4.099.228	1.992.515	9,47	486,07
SET	1.443.402	606.520	2,80	420,20					2.627.871	1.283.832	6,07	488,54
OUT	998.192	413.786	1,94	414,54					1.359.478	650.146	3,14	478,23
NOV	316.094	130.913	0,61	414,16					766.878	359.549	1,77	468,85
DEZ	653.098	273.122	1,27	418,19					528.229	239.682	1,22	453,75
2ª SEM.	13.014.059	5.439.389	25,23	417,96					15.014.526	7.184.121	34,67	478,48
TOTAL	51.581.875	19.331.323	100	374,77	43.989.410	16.668.455	100	378,92	43.307.260	19.996.322	100	461,73

Fonte: Secex

3.4. Estoque de passagem brasileiro de soja em grãos

Para a safra 2016/17, os estoques de passagem brasileiros de soja em grãos foram estimados em 5,42 milhões de toneladas. Este número é considerado o maior valor de estoque de passagem dos últimos 12 anos, pois o aumento dos esmagamentos nacionais e as exportações não foram suficientes para dar escoamento à produção recorde de mais de 113 milhões toneladas.

Tabela 4.
Quadro de oferta e demanda brasileira

SOJA EM GRÃOS:					
DESCRIÇÃO/SAFRA	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 (*)
ESTOQUE INICIAL	447,8	744,0	1.551,5	929,4	1.476,1
PRODUÇÃO	81.499,4	86.120,8	96.228,0	95.434,6	113.930,2
IMPORTAÇÃO	282,8	578,7	324,1	400,0	300,0
SUPRIMENTO	82.230,0	87.443,5	98.103,6	96.764,0	115.706,3
ESMAGAMENTO	35.400,0	36.800,0	39.600,0	40.200,0	43.000,0
SEMENTE E OUTROS	3.294,2	3.400,0	3.250,0	3.500,0	4.281,0
CONSUMO TOTAL	38.694,2	40.200,0	42.850,0	43.700,0	47.281,0
EXPORTAÇÃO	42.791,9	45.692,0	54.324,2	51.587,8	63.000,0
ESTOQUE FINAL	744,0	1.551,5	929,4	1.476,1	5.425,3
FARELO DE SOJA:					
DESCRIÇÃO/SAFRA	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 (*)
ESTOQUE INICIAL	868,7	447,1	268,8	835,2	1.846,3
PRODUÇÃO	27.258,0	28.336,0	30.492,0	30.954,0	33.110,0
IMPORTAÇÃO	3,9	1,0	1,1	0,8	1,0
SUPRIMENTO	28.130,6	28.784,0	30.761,9	31.790,0	34.957,3
CONSUMO INTERNO	14.350,0	14.799,3	15.100,0	15.500,0	17.000,0
EXPORTAÇÃO	13.333,5	13.716,0	14.826,7	14.443,8	15.900,0
ESTOQUE FINAL	447,1	268,8	835,2	1.846,3	2.057,3
ÓLEO DE SOJA (BRUTO E REFINADO):					
DESCRIÇÃO/SAFRA	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 (*)
ESTOQUE INICIAL	651,0	640,2	580,5	298,6	569,5
PRODUÇÃO	6.903,0	7.176,0	7.722,0	7.839,0	8.385,0
IMPORTAÇÃO	5,0	0,1	25,3	66,1	40,0
SUPRIMENTO	7.559,0	7.816,3	8.327,7	8.203,7	8.994,5
CONSUMO INTERNO	5.556,3	5.930,8	6.359,2	6.380,0	6.800,0
EXPORTAÇÃO	1.362,5	1.305,0	1.669,9	1.254,2	1.550,0
ESTOQUE FINAL	640,2	580,5	298,6	569,5	644,5

Legenda: (*) - Estimativa

(1) Refere-se ao ano civil janeiro a dezembro

Fonte: CONAB, SECEX e ABIOVE

3.5. Preços nacionais

Os preços no mercado nacional de soja em grãos são afetados por vários fatores, tais como fretes, impostos, despesas administrativas e quebras técnicas que interferem diretamente nos preços internos. No entanto, e segundo estudos, os fatores que mais afetam os preços nacionais são as variações do dólar e, principalmente, os preços internacionais.

Apesar dos preços internacionais entre os meses de janeiro a junho de 2017 estarem 1,75% mais altos que no mesmo período de 2016, os preços internos médio, entre janeiro e julho de 2017 tiveram uma redução de aproximadamente 15,91% em relação ao mesmo período de 2016, já que o dólar no período de janeiro a junho de 2016 era em torno de 15% maior que no mesmo período de 2017. Além disso, o fator de maior influência nos altos preços internos de 2016 foi a quebra de safra ocorrida na safra 2015/16, afetando a oferta interna, fazendo com que os preços praticados em 2016 fossem acima do valor real de mercado, chegando a ser cotados, em junho de 2016, a quase R\$ 90,00/60kg no estado do Paraná.

Tabela 5
Preços Pago ao Agricultor em 2016/2017 - R\$/60kg

2016								
UF	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	MÉDIA
BA	72,18	72,56	71,00	66,30	77,75	81,00	73,67	73,49
GO	67,08	67,23	61,76	62,16	70,84	79,56	73,65	68,90
MA	76,68	72,54	69,44	72,53	78,40	88,69	84,62	77,56
MG	72,20	67,26	62,72	61,52	72,36	81,19	76,97	70,60
MS	70,99	65,09	61,09	62,38	73,02	82,61	76,38	70,22
MT	66,15	63,12	59,57	61,89	74,22	82,12	74,08	68,74
PI	67,77	66,67	63,29	63,47	73,17	78,71	76,67	69,96
PR	72,68	71,27	66,38	66,12	74,26	82,18	75,88	72,68
RS	74,74	73,53	68,98	68,55	74,88	82,76	76,60	74,29
SC	71,38	71,27	66,45	68,04	75,09	83,09	76,97	73,18
TO	73,56	70,17	62,36	61,55	67,68	79,54	76,63	70,21
2017								
UF	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	MÉDIA
BA	68,17	63,75	61,3	54,06	57,64	58,54	59,92	60,48
GO	66,33	63,18	58,58	51,71	55,16	56,03	57,32	58,33
MA	70,5	66,75	64,2	61,89	63,66	63,67	66,66	65,33
MG	64,2	62,86	59,81	54,31	58,1	59,12	59,92	59,76
MS	65,77	61,68	56,67	52,6	57,2	55,71	58,55	58,31
MT	62,68	59,2	55,87	51,21	54,46	53,85	56,08	56,19
PI	-	59,29	58,77	56,92	58,93	60,1	60,17	59,03
PR	67,24	65,86	61,57	57,56	59,27	59,32	61,86	61,81
RS	68,12	65,61	63,16	56,89	58,28	59,35	61,82	61,89
SC	67,46	66,22	62,59	57,83	59,66	59,73	62,73	62,32
TO	68,33	64,88	61,75	54,94	57,71	57,78	59,41	60,69

Fontes: Conab

3.7. Rentabilidade

O custo variável de produção em maio de 2017 foi 3,01% menor que o praticado no mesmo período de 2016, o principal motivo desta baixa foi o dólar, que em maio de 2016 era cotado em média a R\$ 3,53 e em maio de 2017, a R\$ 3,20.

Também em maio de 2017, o custo variável de produção foi estimado, em média, a R\$ 37,57/60kg e os preços pagos ao agricultor, em média, a R\$ 56,55/60kg. Caso os agricultores tenham fechado contratos antecipados próximos deste valor, a margem bruta esperada para a safra 2017/18, em maio de 2017, deverá girar em torno de R\$ 18,98/60kg.

Tabela 6.
Rentabilidade de Soja no Brasil

	2016/2017	2017/2018	%
A - RECEITA BRUTA (1)	73,61	56,55	-23,11
B - DESPESAS: (2)			
B1 - DESPESAS DE CUSTEIO (DC)	31,56	30,65	-2,78
B2 - CUSTOS VARIÁVEIS (CV)	38,77	37,57	-3,01
B3 - CUSTO OPERACIONAL (CO)	44,16	42,28	-4,16
A) - MARGEM BRUTA - DC (A - B1)	42,05	25,90	-38,42
B) - MARGEM BRUTA - CV (A - B2)	34,84	18,98	-45,88
C) - MARGEM LÍQUIDA - CO (A - B3)	28,04	14,27	-47,62
C - PREÇO MÍNIMO VIGENTE (R\$)	30,17		

Fonte: Conab

PRODUTIVIDADE MÉDIA: 3.078 KG/HA

4. Análise prospectiva para a safra nacional 2017/18

Para a safra 2017/18 mundial, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), estima que a produção mundial de soja esteja em cerca de 345,09 milhões de toneladas, valor 1,90% menor que o estimado na safra 2016/17, de 313,26 milhões de toneladas.

Após uma passagem de safra em 2016, com clima extremamente favorável, a produtividade média americana estimada foi de 3.500kg/ha, valor muito superior à média de 3.250kg/ha. Por isso, este valor não deve se repetir em 2017, já que o clima nos principais estados produtivos dos Estados Unidos passam por altas temperaturas e poucas chuvas. Portanto, a produção dos Estados Unidos, para a safra 2017/18, deverá ser menor que da safra 2016/17, estimada em aproximadamente 115,94 milhões de toneladas.

Mesmo com as estimativas americanas de que para a safra 2017/18, os esmagamentos e exportações fiquem praticamente estáveis e a produção menor que da safra 2016/17, os estoques de passagem americanos estão 12,15% maiores que os da safra 2016/217, estimados em 12,53 milhões de toneladas, um dos maiores valores americano de estoques da história.

O excesso de oferta americano é o principal fator de influência nos preços CBOT em 2017. Por isso, caso o clima norte-americano continue seco e quente, a produtividade americana deve baixar a um valor menor que os 3.250kg/ha estimado pelo USDA para a safra atual e com isso, os preços internacionais devem subir, podendo ficar entre o valor de US\$ 10,50/bu e US\$11,00/bu, praticados no segundo semestre de 2016.

No entanto, caso as chuvas e temperatura voltem à normalidade, principalmente na fase de enchimento de grãos, as condições das lavouras estadunidenses devem melhorar e, com isso, os preços internacionais podem voltar a ser cotados a menos de US\$ 10,00/bu, com suporte em US\$ 9,40/bu.

Para o primeiro semestre de 2018, os preços futuros da CBOT estão estimados com valores girando em torno de US\$ 10,00/bu e US\$ 10,20/bu, isto levando em consideração os fundamentos de mercado já descritos.

Portanto, usando os valores de mercado internacional citados e com o dólar variando entre R\$ 3,20 e R\$ 3,60 esperado pelo mercado para 2018, os preços nacionais deverão ficar entre R\$ 51,02/60kg e R\$ 71,18/60kg em Sorriso-MT, e entre R\$ 62,31/60kg e R\$ 82,47/60kg em Cascavel-PR.

Tabela 7.
Expectativa de Preços Pago ao Agricultor 2018

SORRISO - MT								
		DÓLAR (R\$)						
		3,00	3,20	3,40	3,60	3,80	4,00	4,20
CBOT (USCENTS/BU)	800	37,04	40,62	44,20	47,77	51,35	54,93	58,51
	850	40,29	44,09	47,88	51,68	55,47	59,27	63,06
	900	43,54	47,55	51,57	55,58	59,59	63,60	67,61
	950	46,79	51,02	55,25	59,48	63,71	67,94	72,16
	1.000	50,05	54,49	58,94	63,38	67,83	72,27	76,72
	1.050	53,30	57,96	62,62	67,28	71,94	76,61	81,27
	1.100	56,55	61,43	66,31	71,18	76,06	80,94	85,82
	1.150	59,80	64,89	69,99	75,09	80,18	85,28	90,37
	1.200	63,05	68,36	73,68	78,99	84,30	89,61	94,92
CASCAVEL - PR								
		DÓLAR (R\$)						
		3,00	3,20	3,40	3,60	3,80	4,00	4,20
CBOT (USCENTS/BU)	800	48,33	51,90	55,48	59,06	62,64	66,22	69,79
	850	51,58	55,37	59,17	62,96	66,76	70,55	74,35
	900	54,83	58,84	62,85	66,86	70,88	74,89	78,90
	950	58,08	62,31	66,54	70,77	74,99	79,22	83,45
	1.000	61,33	65,78	70,22	74,67	79,11	83,56	88,00
	1.050	64,58	69,24	73,91	78,57	83,23	87,89	92,55
	1.100	67,83	72,71	77,59	82,47	87,35	92,23	97,11
	1.150	71,09	76,18	81,28	86,37	91,47	96,56	101,66
	1.200	74,34	79,65	84,96	90,27	95,59	100,90	106,21

Fontes: Conab, CBOT

Nota: Frete (Sorriso-MT/Paranaguá-PR) = R\$ 280,00/ton. - Frete (Cascavel-PR/Paranaguá-PR) = R\$ 90,00/t - Premio Porto Paranaguá-PR = UScents 45,00/bu

Apesar da média dos custos variáveis de 2017 ser um pouco menor que em 2016, os preços pagos ao agricultor em 2017 também ficaram, em média, um pouco mais baixos que em 2016. Dito isso, a rentabilidade média do custo variável está 45,88% menor, porém, a soja continua a ser o produto de maior rentabilidade e maior liquidez do mercado, e assim, para a safra 2017/18, espera-se que os agricultores brasileiros aumentem a área de soja nos principais estados produtores, a um valor percentual bem menor.

Segundo o USDA, a área brasileira para a safra 2017/18 de soja provavelmente terá um aumento de 2,35%, podendo chegar ao valor de 34,70 milhões de hectares. Assim como nos Estados Unidos, devido ao excelente clima em todas as fases da cultura, a produtividade média da safra brasileira 2016/17 foi muito acima da média dos últimos anos, chegando a ser cotada a 3.362kg/ha. Como existem poucas possibilidades climáticas para que este valor se repita, o USDA estima que a produtividade brasileira, para a próxima safra, seja de 3.080 kg/ha.

Portanto, a produção estimada para a safra 2017/18, pelo USDA, será de 107 milhões de toneladas, valor bastante aceitável para a safra em questão, e caso não ocorra nenhum problema climático na época de plantio, desenvolvimento de safra e colheita, o Brasil deverá continuar entre os dois primeiros produtores mundiais, assim como maior exportador de soja do mundo.

Então tomando-se por base estes dados de produção, o Brasil deve ter uma produção menor na safra 2017/18 que a estimada em 2016/17 pela Conab, ou seja, passando de 113,93 milhões de toneladas para 107 milhões de toneladas e, mesmo com um aumento de importação chinesa feita pelo USDA para a safra 2017/18, as exportações brasileiras não devem ter um aumento significativo e devem passar de 63 milhões de toneladas para 64 milhões de toneladas.

Já os esmagamentos e uso interno devem continuar estáveis em 2018, pois o uso de óleo para consumo humano e biodiesel não deve aumentar, assim como o uso de farelos de soja para consumo animal e industrial. Por este motivo, os esmagamentos estimados para a safra 2017/18 são de aproximadamente 43 milhões de toneladas e com um consumo interno total girando em torno de 47 milhões de toneladas, estimando um estoque de passagem de aproximadamente 1,72 milhões de toneladas.

Tabela 8.
Soja em grãos - oferta e demanda Brasil¹ - em mil t

DESCRIÇÃO/SAFRA	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 (*)	2017/18 (*)
ESTOQUE INICIAL	744,0	1.551,5	929,4	1.476,1	5.425,3
PRODUÇÃO	86.120,8	96.228,0	95.434,6	113.930,2	107.000,0
IMPORTAÇÃO	578,7	324,1	400,0	300,0	300,0
SUPRIMENTO	87.443,5	98.103,6	96.764,0	115.706,3	112.725,3
ESMAGAMENTO	36.800,0	39.600,0	40.200,0	43.000,0	43.000,0
SEMENTE E OUTROS	3.400,0	3.250,0	3.500,0	4.281,0	4.000,0
CONSUMO TOTAL	40.200,0	42.850,0	43.700,0	47.281,0	47.000,0
EXPORTAÇÃO	45.692,0	54.324,2	51.587,8	63.000,0	64.000,0
ESTOQUE FINAL	1.551,5	929,4	1.476,1	5.425,3	1.725,3

Legenda: (1) refere-se ao ano civil janeiro a dezembro

(*) - Estimativa

Fonte: CONAB COM BASE NOS NÚMEROS DO USDA, SECEX e ABIOVE



MINISTÉRIO DA
**AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO**

